

TEXTOS

PARA ALÉM DO REFLUXO...¹

Inajara Erthal Amaral²

Resumo: O trabalho discute a incidência muito frequente do diagnóstico de RGE (refluxo gastroesofágico) em bebês, e problematiza as diferentes condutas que podem ser tomadas frente ao diagnóstico orgânico e suas consequências sobre a constituição do sujeito.

Palavras-chave: psicanálise, constituição subjetiva, diagnóstico, refluxo.

BEYOND REFLUX...

Abstract: This work discusses the high incidence of diagnosis of RGH in babies, problematizing the different interventions regarding this organic diagnosis, and its consequences on the constitution of the subject.

Keywords: psychoanalysis, subjective constitution, diagnosis, reflux.

¹ Trabalho escrito a partir de apresentação no *Núcleo de Psicanálise de Crianças* da APPOA, no dia 10 de março de 2008.

² Psicanalista; Membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA); Especialista em Atendimento Clínico pela UFRGS. E-mail: inajara@cpovo.net

No trabalho com bebês, tenho me deparado com o diagnóstico médico de refluxo gastroesofágico (RGE). Tal diagnóstico suscita muitas dúvidas, afinal está presente em várias situações clínicas e toma diferentes abordagens, caso a caso. É um diagnóstico que traz vários questionamentos, pois acaba por incidir, sempre, como qualquer questão física do bebê, na delicada relação dos pais; daria para dizer: principalmente da mãe com seu bebê. Saliento a relação da mãe com seu filho ainda bebê por ser o primeiro ano de vida um tempo decisivo em termos da constituição orgânica e psíquica, decisivo no sentido de ser nesse primeiro tempo que se estruturam as bases psíquicas e neurológicas do sujeito. É um tempo constituinte e é justamente nesse tempo que a mãe toma lugar de potência geradora³. Sônia Pereira Pinto da Motta (2002) salienta que nada no homem é natural, nem sua humanidade; isso significa que, para existir, todos precisamos de uma antecipação simbólica que nos situe na história e no tempo, antecipando nosso lugar psíquico na parentalidade, antecipação que nos subjetiva enquanto seres de desejo. Nas suas palavras:

O 'ninho' – amparo para humanizar é de outra ordem: o Simbólico. Só a função Simbólica possibilita a antecipação que produz um lugar psíquico para a criança na parentalidade, a partir de uma promessa simbólica de subjetivação do novo ser. Estruturalmente, herança da função paterna, que separa e diferencia, ao mesmo tempo em que possibilita a organização dos tempos de construção do lugar de filho no imaginário dos pais, é essa estranha temporalidade, a da antecipação, que pode falhar na maternidade ou no pós-natal. O imaginário parental, mas principalmente o da mãe, pode ficar impossibilitado, temporária ou radicalmente, de dar lugar e sentido ao novo ser. A função materna pode ficar então vazia (Motta, 2002 p. 113).

Sabe-se das consequências nefastas da privação materna para o bebê, como a melancolização do laço mãe-bebê; ou outra forma problemática nessa

³ Com essa expressão, quero salientar o lugar que a mãe ocupa e que é gerador da motivação psíquica no bebê para fazer uso de seu potencial motor, neurológico, cognitivo emocional e, assim, poder assimilar o mundo e fazer laço com as pessoas que o cercam.

mesma via, como o excesso de mãe, que não consegue se deixar ausentar de gozar do bebê, em nenhum instante, locupletando o lugar, mas também deixando de ocupar a função, já que é condição de função materna em funcionamento deixar uma abertura, quando pode, assim, se colocar o exercício da função paterna. É nesse tempo constituinte, em que o laço mãe-bebê é o fundamento da constituição do sujeito, que iremos interferir quando fazemos qualquer diagnóstico ou observação sobre a condição física ou psíquica do bebê. Estaremos interferindo no potencial que toda mãe pode ter de convocar, resgatando (atribuição) o recém-nascido do seu status biológico, inserindo-o na cultura.

É a hipersensibilidade materna que vai efetuar finas discriminações nas modulações do tônus muscular do bebê, nas primeiras vocalizações e sonoridades, nos seus gritos e choros, e na sua mímica gestual e corporal. Esse registro não é somente perceptivo, é perceptivo, interpretativo e comunicativo. O olhar, a voz, o toque, o abraço, o estilo materno de lidar com o corpo do seu bebê, e suas palavras, vão penetrando a sua biologia, sendo eficaz ao pôr em funcionamento os órgãos, podendo até modificar sua própria mecânica. Enfim, as funções parentais propulsionam ou obstaculizam a instalação da estrutura desejante do bebê, e isso já acontece mesmo antes do seu nascimento, a partir do empenho na implantação da sua vida psíquica ou a partir das diferentes formas de negação da existência do bebê. E o cuidado, quando existe uma questão orgânica, por exemplo, é o de saber como tal questão vai interferir nesse contexto de subjetivação do bebê.

Para seguir, é importante situar a definição médica para refluxo gastroesofágico (RGE), e, assim, lançar a discussão sobre a interferência do diagnóstico de refluxo no enlace dos pais com o bebê. A partir daí, apontar algumas questões que a clínica com bebês interroga e a dificuldade dessa abordagem, tomando o RGE como pano de fundo para pensarmos suas implicações. E, então, ilustrar minhas questões com um caso clínico.

Tomando a palavra *refluxo* na sua etimologia, é de origem latina e significa: *re* (para trás) e *fluere* (escorrer, derramar, fluir). Podemos, aludir que o fluxo para trás, o que reflui, pode ser algo que remete a um tempo anterior, algo do sujeito que volta. Essa “forçagem”, deve-se às observações feitas de alguns casos de bebês com diagnóstico de refluxo, e que exponho adiante. O refluxo gastro esofágico⁴ (RGE) é definido como o trânsito retrógrado de ácidos e ou-

⁴ É também descrito como calasia: caracteriza-se por incapacidade do relaxamento do esfíncter esofágico distal e ausência de peristalse propulsiva no corpo do esôfago (Nelson, 1994).

tras substâncias para o esôfago, e está sempre presente no recém-nascido, pois é fisiológico, ou seja, faz parte desse pequeno organismo. Esse ponto é importante porque nos bebês, até os três meses, é difícil estabelecer os limites entre o patológico e o normal, a não ser quando o RGE é muito acentuado. Acontece que, nesses casos, o RGE não se apresenta como caso isolado, mas, de modo geral, como parte de um quadro de patologia neurológica ou de alguma síndrome. Tomando esse contexto, é importante salientar que as queixas das mães dos bebês que acompanhei falavam de recusa ao alimento, o que é diferente de não conseguir comer, não poder comer. Isso já nos dá pistas para questionar a possível intervenção analítica. Porque, segundo minha escuta, pausada na rede significativa que constitui a história familiar dos casos em questão, a diferença está no quanto o diagnóstico de refluxo interfere na relação da mãe com seu bebê, justamente no ponto em que o comer ou o não comer não é somente questão fisiológica. Toda mãe sabe o “trabalho” necessário para fazer o filho comer.

Minha questão é justamente a implicação subjetiva do enlace com o bebê, a ponto de pensar que em algumas situações, como no caso comentado mais adiante, as questões subjetivas são definitivas para o prognóstico do caso. Não se trata de generalizar os casos de refluxo, tampouco de tomar posição tentando compreender quem veio primeiro, se a questão fisiológica ou as questões psíquicas, o que faria uma oposição desnecessária e infrutífera. Quero problematizar o quanto as questões subjetivas estão presentes e a importância de se estar atento a elas para conduzir o tratamento, seja ele médico ou não. E o contrário também confere. Afinal, o bebê está em constituição do seu corpo biológico e psíquico, quero dizer, do seu esquema e da sua imagem corporal⁵, tomando um conceito de Dolto (1984), que acho muito caro para compreendermos as idiosincrasias da constituição subjetiva.

Acrescento ainda que, no senso comum, o refluxo é tido como um quadro de vômitos em jato, e muito frequentes. Mas, sabe-se que o RGE pode não ter quadro de vômitos. Um dos indicadores pode ser o fato de a criança não conseguir ganhar peso nos três primeiros meses de vida, entre outros.

O RGE atinge o mecanismo cefalocaudal (responsável pela movimentação do alimento da boca até o ânus) e pode ser classificado como fisiológico,

⁵ O esquema corporal se refere ao desenvolvimento ligado à necessária maturação do organismo, igual para todos os seres humanos, e a imagem corporal está ligada à imagem inconsciente do corpo, referindo-se ao necessário nó entre o real, o simbólico e o imaginário, para sustentar o corpo.

funcional e patológico⁶. O refluxo fisiológico é considerado “normal” até por volta dos três meses de vida. Alguns médicos prolongam esse tempo para os seis meses, época em que o refluxo, caso não seja patológico, necessariamente desaparece pela introdução de alimentos sólidos e pela possibilidade de a criança permanecer mais tempo sentada. Durante os primeiros meses, há proximidade muito grande entre as estruturas orgânicas envolvidas na sucção, deglutição, respiração e fonação; e a válvula que liga o esôfago ao estômago ainda não está madura para agir com competência. É essa válvula do esôfago, que ainda não está totalmente madura quando o bebê nasce, que normalmente impede o líquido gástrico de refluir para o esôfago e sair. O líquido que reflui é, em geral, mais ácido e pode incomodar o bebê, com dor ou com sensação de azia. Ou, também, o bebê pode não ficar incomodado. O refluxo funcional está ainda dentro do fisiológico; apresenta-se de forma mais acentuada, mas não provoca doenças. Quando é muito acentuado, provocando doenças, como esofagite, pneumonia, sinusites, bronquites, otites de repetição, irritação, perda de peso, distúrbios do sono, anemia, distúrbios de deglutição, dor ao engolir, etc., o RGE é considerado patológico.

As medicações comumente usadas para refluxo trabalham para acelerar a digestão e diminuir a acidez, combatendo o desconforto. Tais medicações possuem muitos efeitos colaterais. O uso da medicação nos casos de doença do refluxo é importante para amenizar o quadro e evitar que surjam outras doenças em consequência do RGE. Uma interrogação que faço é sobre a adoção do tratamento medicamentoso como única indicação de tratamento, nos casos em que o sintoma de base para o diagnóstico de refluxo se apresenta como recusa da criança em se alimentar. Teríamos, nesses casos, a premência de trabalho interdisciplinar, pois aí parece que a angústia parental e-ou as implicações do enlace da mãe com seu bebê são preponderantes para o surgimento do quadro, ou para o agravamento nos casos da constatação de refluxo patológico, interferindo na melhora do paciente. Teríamos, então, indicativos para uma investigação-intervenção psicanalítica.

A descrição médica, nos casos que acompanhei, classifica considerando sinais observados diretamente no exame clínico e avaliando o resultado a partir de teste terapêutico, sem, entretanto, contar com a investigação da incidência orgânica suposta como determinante do quadro clínico. Nas situações em que a hipótese de etiologia orgânica é duvidosa, como, por exemplo, nos

⁶ Agradeço ao Dr. Gilson Firpo, colega no Acalanto, psicanalista e pediatra, pelo auxílio na descrição médica do RGE feita neste texto.

quadros de refluxo fisiológico ou funcional, as manifestações compõem os sinais do quadro clínico observado sem maior organicidade, atestadas nos casos de refluxo patológico. A suposta nitidez na determinação do exame clínico do quadro sobrepõe-se e anula, muitas vezes, qualquer investigação sobre as incidências de ordem subjetiva que influiriam no posicionamento dos pacientes no campo simbólico, podendo interferir no enlace da mãe com o bebê.

Situo esse ponto porque os bebês que acompanhei chegavam para atendimento por não estarem respondendo ao tratamento medicamentoso, ministrado sem o substrato de investigações via exames⁷. Existem casos em que foram necessárias cirurgias para normalizar o funcionamento da válvula, por exemplo, e mesmo assim não houve melhora do quadro de sintomas, o que aponta para o imbricamento do funcionamento orgânico com as questões subjetivas. Minha experiência com casos de bebês que não respondem ao tratamento medicamentoso, ao teste terapêutico, respalda para questionar qual a condução adequada do tratamento, pois acompanhar bebês, nos defronta, necessariamente, com uma constituição orgânica e subjetiva em trânsito, implicando intervenção urgente e atenção redobrada na forma de intervir.

Acrescento observações da fonoaudióloga⁸ sobre características observadas em bebês com refluxo: apresentam aumento exagerado de “sensibilidade na boca e na face, e esse aumento da sensibilidade traz uma consequente alteração do tônus da musculatura oral”. Os bebês com RGE experimentam mal-estar no momento do refluxo, e é muito comum, nesse momento, ver a criança querer sugar, muitas vezes colocar a própria mão na boca, às vezes levando-a até a garganta, chegando a provocar náuseas.

Para combater os picos de refluxo, a criança lança mão de reflexos de defesa: tosse, vômito e engasgo. Segundo a fonoaudióloga, acontece que o reflexo do vômito, que deveria estar localizado na parte posterior da boca, se anterioriza. Assim, há bebês que só ao ter os lábios tocados já vomitam, como se os lábios estivessem funcionando com o automatismo da válvula do esôfago.

⁷ Exames mais comuns: endoscopia digestiva alta, com biópsia esofágica, cintilografia esofágica, é um dos exames mais solicitados, entretanto não é conclusivo quanto ao diagnóstico de doença do refluxo, porque não diferencia o refluxo gastroesofágico do fisiológico e do patológico e não é capaz de determinar se a lentidão do esvaziamento gástrico é por refluxo ou alergia. É também utilizada a pHmetria e a impedanciometria, que têm permitido diagnóstico um pouco mais apurado.

⁸ Atualmente trabalho com o grupo Acalanto, que, a partir de abordagem interdisciplinar, se dedica ao atendimento de bebês, ao estudo e à pesquisa, tomando o enlace mãe-bebê. A colega fonoaudióloga que me refiro faz parte do grupo.

Todo esse desequilíbrio da sensibilidade e do tônus causa alterações nas funções de sucção e deglutição, provocando dificuldades na alimentação. Podem ocorrer engasgos, tosse e espirros com as refeições, retorno do alimento pelo nariz e até microaspiração; ou seja, por um problema de deglutição, o bebê pode aspirar partículas de alimento para o pulmão e adoecer. Vale notar que foi investigando pneumonias de repetição que os pediatras localizaram o RGE como causa dessas doenças; tanto que hoje, qualquer bebê que vomite “muito” é logo suspeito de estar com refluxo.

É comum o bebê receber tratamento medicamentoso para o refluxo e não apresentar melhora do quadro; isso acontece, geralmente, não porque o refluxo não tenha melhorado, mas porque, com o refluxo, se instala, como consequência, um problema de deglutição. Normalmente, quando se inicia o tratamento desse distúrbio de deglutição, a criança apresenta melhoras. Porém a questão é quando o problema se centra na recusa do alimento pela criança. Esse comportamento inclui sintomas difíceis de diagnosticar. Não se trata de dizer qual a origem dos sintomas, como salientei anteriormente, mas de trabalhar com clareza sobre o quanto, principalmente nos três primeiros anos de vida, a interferência do psíquico no orgânico, e vice versa, é mais radical, no sentido de que traz consequências mais danosas, por ser um período em que o corpo está se constituindo, fisiológica, neurológica e psicologicamente.

Atualmente, percebemos dificuldade de suportar o choro, recurso do bebê para dar conta do seu processo de desenvolvimento⁹, que inclui, para além do crescimento físico, as questões psíquicas. Os possíveis incômodos que o bebê pode ter no processo de crescimento, em função da necessidade de dar conta do organismo em constituição e da subjetividade em curso, o levam a lançar mão do recurso mais eficiente que é capaz de implementar, o choro, que, ao ser tomado pela via da insuportabilidade, por muitos adultos, acaba gerando angústias; e pode-se entrar, assim, num ciclo que inclui a família, o bebê, o pediatra e os laboratórios, querendo vender seus medicamentos. Na busca de encontrar solução para o sofrimento, pode acontecer que o menos considerado seja a subjetividade do bebê. Percebe-se que, em alguns casos, os pediatras podem se engatar na angústia materna, e então o choro é medicalizado. O lugar que o

⁹ “Desenvolvimento é o trabalho que a criança tem que fazer para se inserir e percorrer a lógica que as funções parentais lhe propõem – lógica que se encontra desenhada no psiquismo daqueles que encarnam essas funções” (Molina, 2002, p. 91).

pediatra ocupa nesse ciclo é de fundamental importância, pois, muitas vezes, é ele quem vai conseguir fazer valer a função terceira no enlace mãe-bebê. Ele detém o lugar, especialmente hoje, do que sabe sobre tudo que diz respeito ao bebê. É aí que seu trabalho toma dimensão extremamente delicada; por isso, a sua sensibilidade para escutar algo que pode estar além das questões fisiológicas em desenvolvimento no bebê é de fundamental importância para a abordagem adequada das questões que envolvem o bebê que sofre de RGE.

Para pensarmos sobre a sutileza da construção do laço entre o bebê e seu entorno temos que entender quais são as implicações psíquicas para ele. O bebê se faz o objeto de outro sujeito, e nesse movimento irá tentar fisgar o gozo desse outro, que, fisgado no seu gozo pelo bebê, precisa saber que esse gozo lhe é interdito. É de extrema importância entender esse lugar do bebê, de se fazer objeto, porque aponta para o potencial ativo do bebê e para as possibilidades de enlace, ou para as impossibilidades do seu estabelecimento com a mãe. E, no trabalho com bebês, é desse possível enlace que vamos nos ocupar.

É também através de possibilidades ou impossibilidades de enlace que podemos pensar o lugar do bebê na cultura, bem como o da maternidade. O que quero apontar é para o fato de que essa posição do bebê, tomado desde sua impotência e dependência, e do seu potencial em se fazer objeto do outro, tem seus efeitos no discurso, na cultura.

A teorização sobre a constituição subjetiva, introduzida por Lacan ([1956-1957] 1994), contribuiu para o desenvolvimento da clínica precoce¹⁰, principalmente por ampliar o entendimento do quanto não é somente em sua primeira infância, mas também na sua pré-história que se acham as bases da história do sujeito. Isso implica que o trabalho do analista com os bebês deve levar em

¹⁰ Clínica precoce porque se refere ao tempo que caracteriza o atendimento, um tempo em que tudo está em constituição, tempo de estruturação em curso. Entre os profissionais que atendem bebês é comum essa referência ao trabalho com bebês como clínica precoce, ou seja, uma clínica dos tempos iniciais, primordiais, da vida do sujeito; portanto, existe aí a possibilidade de intervir antes. Antes do quê? Podemos atribuir o antes à possibilidade de antecipar, como por exemplo, o diagnóstico de autismo. Laznik (1997) não deixa dúvida quanto ao início precoce desses distúrbios e quanto à necessidade de um trabalho com os profissionais, no sentido de estarem instrumentalizados para o diagnóstico precoce de problemas psíquicos, que, ao serem desconsiderados, podem levar ao surgimento de várias patologias. Tal abordagem implica também saber definir que bebê precisa de atendimento.

conta a fala dos pais, para tentar analisar com eles o lugar da criança em seu discurso e tentar compreender o que faz repetição em suas histórias. Dessa maneira, segundo Telma Queiroz (2005), pode ser evitado que o que eles destinavam aos seus pais não seja desviado para a criança. O sintoma da criança é o representante da verdade recalçada da estrutura familiar, em geral em resposta às falhas da simbolização. Esse sintoma pode ser a alteração de uma função corporal, por excesso ou inibição, anorexia, diarreia, asma, distúrbios da linguagem, distúrbios do sono, etc. Podemos interrogar a possibilidade de incluir o refluxo nessa condição sintomática, em determinados casos. Como no exemplo clínico que exponho em seguida.

O funcionamento corporal é marcado pelos enunciados parentais. A criança está na dependência simbólica do Outro, alienado no discurso do Outro. Na criança, o lugar do Outro é ocupado pelos outros reais, os pais. Para a psicanálise lacaniana, as imagens parentais são desvalorizadas em proveito do lugar de enunciação. Assim, como o bebê ainda vive a fragilidade de estar em constituição, seu lugar de enunciação é tomado desde um lugar no discurso dos pais, que enunciam por ele. Isso torna o trabalho mais delicado, pois atinge mais diretamente o narcisismo dos pais, que têm dificuldade, inclusive, de descrever o que acontece com o filho. Também nos bebês, o distanciamento necessário ainda está se operando entre mãe e filho, a mãe ainda é tomada como corpo e suporte corporal; no bebê, a estruturação psíquica está em pleno curso. Ou seja, o exercício da função materna que inscreve sua lógica simbólico-imaginária no real do corpo do bebê, gestando, no momento da inscrição da pulsão, a sua condição metonímica, conforme cadeia significativa do laço social, está ainda em aposta.

É então que a cultura ganha um peso significativo. Principalmente uma cultura como a nossa, que faz ampla oferta de objetos, em que os medicamentos estão incluídos como oferta; também é uma cultura que estimula a adoção de posturas cada vez mais objetivas, e, para isso, então, mais absolutas; e condutas ágeis, rápidas, na resolução das dificuldades, que devem ser, de preferência, abolidas.

Caso clínico:

Chamarei o bebê de Tom. Estava com um ano e 10 meses quando o recebi, encaminhado por sua pediatra. A questão da pediatra era com o fato de Tom não responder ao tratamento medicamentoso desde os 4 meses. Minha questão é com relação ao tempo de intervir e o tempo de espera, quando se trata de bebês em sofrimento.

A história pediátrica: nasceu a termo, com 2 kg e 800g, após gestação de risco. A mãe ficou em repouso durante os três últimos meses de gestação. A gravidez foi programada por pais acima dos 35 anos: a mãe com 37, o pai com 42, na época da gravidez. É o primeiro filho do casal. Tom consegue mamar, a mãe produz leite em abundância e ele ganha bastante peso rapidamente, ficando um pouco acima, na curva do gráfico de acompanhamento do seu crescimento. Ao final do segundo mês, os choros se tornam muito frequentes e Tom continua não dormindo bem, acorda de duas em duas horas para mamar. Suspeita-se de refluxo mais acentuado, e, com quatro meses, em função de o quadro permanecer o mesmo, a pediatra ministra medicações usuais em caso de refluxo. Os sintomas ora amenizados mantinham a família em períodos de preocupação e sossego, com a melhora do quadro. Porém, esse se agrava no momento em que a mãe, em seu retorno ao trabalho, deixa o leite armazenado e o filho se recusa a tomá-lo. Fica sem alimento algum, na ausência da mãe, fato que angustia inclusive a babá. Ao introduzir outro alimento, come algumas vezes; outras, se nega, às vezes chorando muito. A mãe relata momentos em que Tom chorava só de olhar para a cadeirinha do “papa”. Passa a ficar somente com o seio, como alimento, emagrece muito e fica anêmico. Esse quadro faz os pais o levarem a um gastropediatra, que prescreve as mesmas medicações, porém com dosagens maiores; segundo ele, o tratamento não funcionava pela dosagem estar baixa. A alimentação deve ser pastosa e de duas em duas horas.

Tom começa a aceitar a mamadeira e desmama aos 15 meses (um ano e três meses), passando a mamar de duas em duas horas. Nessa época, começam a questionar seu comportamento: acham que ele está muito parado, comparando-o às outras crianças. Ele vai para o maternal e as professoras relatam algumas dificuldades motoras e de linguagem. Nesse momento é encaminhado para atendimento psicoterápico. Quando começa a atendê-lo, ele está somente com a mamadeira; já tinha recuperado sua curva de crescimento, a anemia tinha cedido. É uma criança sem curiosidade, mais “parada”, pouco ativa para sua idade. Tem também um problema sério de constipação, só resolvido com medicação.

Os pais chegam muito chateados. O pai fala de quanto o filho, inicialmente vinha correspondendo às suas expectativas, mas, de um tempo para cá, essa negativa de comer o incomoda muito. A mãe sente-se pressionada e só confia na sua mãe para deixar seu filho. Tem desconfiança das tias do maternal. Percebe-se, no discurso materno, uma referência ao crescimento do filho, quando diz que ele quer continuar um bebê. Ela mesma tem postura bastante infantilizada com relação a sua mãe, que a coloca na condição de não saber

lidar bem com o filho. Ela sempre teve relação de dependência com a mãe, é filha única, a mãe mudou de cidade para estar próxima da filha, foi quem cuidou da filha quando esta teve dificuldades na gestação. O problema gestacional é um dado significativo, pois me perguntava como a mãe lidou com a possibilidade de morte do filho, fantasma que esteve presente desde o momento em que soube da gravidez. Achava que poderia não estar de fato grávida. O risco de não existir sempre rondando, como um fantasma anterior ainda ao nascimento da mãe de Tom. A avó materna do menino teve vários abortos antes de ter sua filha, que, por sua vez teve um aborto antes de ter o seu filho. Tom, ao nascer, chega a entrar em sofrimento fetal, por isso o parto por cesariana. A morte dos filhos ainda em gestação é um acontecimento que faz sintoma nas mulheres dessa família. Parecem não conseguir lidar bem com o bebê que consegue sobreviver. Isso fica claro na ansiedade materna, na sua dificuldade de tirar os olhos do filho, sua impossibilidade de antecipar algo para ele. No seu discurso está presente a dúvida sobre se ele conseguirá, se irá conseguir se alimentar, se conseguirá andar, falar... Se sobreviverá sem o seu olhar constante e seu saber, estruturado no conhecimento científico de como lidar com os bebês. Ela não recebe de sua mãe a experiência de como procedeu, quando cuidou da filha-bebê; é uma avó que só traz notícias sobre os livros que lê. A mãe de Tom, por sua vez, segue se referindo aos livros que lê e aos profissionais que consulta para dizer porque age de determinada maneira com o filho. Enfim, uma mãe que, ao buscar saber o que fazer com seu filho doente, não consegue o movimento necessário para conseguir girar essa história de mortes, que associa com o não comer do filho. Questiono o que teria acontecido se Tom tivesse sido tratado antes, se não tivessem esperado tanto tempo para incluir no tratamento o atendimento psicanalítico. Ouso dizer que talvez tivesse sido possível amenizar, para a mãe, sua dor com relação ao fantasma do risco de vida do filho, porque acredito que, nesse caso, as questões psíquicas foram decisivas para a constituição do sintoma, que se agravou pela ansiedade da família na lide com o filho, que não queria comer; ou seja, com a problemática relacionada ao quadro do refluxo gastroesofágico parece ter sido encontrada uma rede significativa da história familiar que impossibilitou a melhora. Disso resultou o aparecimento de problemáticas que foram para além de uma questão alimentar, interferindo no desenvolvimento motor, na fala e no desenvolvimento cognitivo do menino, neurológica e fisiologicamente saudável.

Ao me ater no nome fictício que escolhi para me referir ao paciente, me dou conta de que Tom parece dar conta do tom que as histórias de morte têm para essa família e do quanto é a força desse significante, que faz o tom dado ao problema de refluxo tornar-se agudo demais para o menino Tom.

Gostaria de problematizar o lugar da morte no caso citado, e apontar comentários de uma pesquisa realizada pela equipe do INFANS¹¹ em parceria com o Centro de Estudos em Medicina Fetal de São Paulo¹². Tal pesquisa apresenta, como observação do acompanhamento dos bebês que nasceram de mães com algum tipo de indicação de risco médico na gestação, o fato de sempre estar presente o refluxo nas crianças investigadas, mostrando, em alguns casos de bebês portadores de refluxo, a impossibilidade imaginária, nessa dupla, de estruturar o binômio presença-ausência.

Segundo Ângela Vorcaro (1999), o real do organismo neonato é inserido na realidade psíquica do agente materno, equivalendo ao termo simbólico que o localizava no campo discursivo antes que ele nascesse... Podemos pensar a especificidade para uma gestante que vive o risco de perder o filho, seja por problemas na gestação em questão, seja em gestações anteriores. “Ao supor um risco que enfraqueça a borda imaginariamente construída sobre vida e morte, essas mulheres já possuem um senão no termo simbólico que localiza o bebê na rede discursiva que o precede” (Pesquisa INFANS, 2000, p. 37).

Isso nos traz questionamentos para pensarmos a clínica, que é sempre específica, pois concerne a cada sujeito, o que não impede de considerarmos a repetição pontuada na pesquisa para nos ajudar a deslocar as questões sobre refluxo, que devem ser tomadas a cada situação. A pesquisa nos ajuda também a referendar a importância das questões subjetivas nas manifestações orgânicas. É impossível tentar prevenir o sujeito do que quer que seja, porque ninguém pode decifrar para ele o enigma diante do outro, intervalo vindo desse Outro lugar, o que poderia ser da ordem do desejo. É responsabilidade de cada sujeito atacar esse ponto de vazio, de intervalo, e preencher isso com sua invenção, escolha pela qual ele é responsável. Mas a psicanálise aponta para a importância de favorecer condições fundamentais à constituição do sujeito. Este, ficando a mercê de possível fracasso na instauração da demanda e do desejo, da lei e da linguagem, terá em risco todo seu funcionamento corporal. Aí, até mesmo os encaminhamentos médicos correm o risco de não serem eficazes na busca da cura dos sintomas. Então, quais as consequências, em alguns casos, quando o refluxo é tomado somente do ponto de vista orgânico?

¹¹ INFANS - Unidade de atendimento ao bebê - é uma OCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) criada em 1999 e atuando nas regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador.

¹² Encontram-se comentários dessa pesquisa, não publicada, na *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, n. 4, dez. 2000.

Ao tentar responder, retomo Ângela Vorcaro, quando trabalha, no seu livro *Crianças na psicanálise* (1999), a descrição dos movimentos do real, do simbólico e do imaginário, para fazer o amarramento do organismo do sujeito a partir da linguagem. Ela situa seis movimentos para planificar real, simbólico e imaginário – RSI –, como três linhas vizinhas e maleáveis que sofrem deformações contínuas.

No início, a relação entre mãe e criança é ritmada numa continuidade; eu diria que esse início se dá na gestação. No momento em que existe a descontinuidade, surge o primeiro movimento da incidência do real na matriz simbólica. O segundo movimento, caracterizado como incidência do imaginário no real, é o movimento da mãe para responder à descontinuidade que se atravessa no ritmo contínuo entre ela e o filho. E ela responde desde uma posição imaginária mítica. Como o real do organismo se superpõe à posição simbólica, é o investimento imaginário nesse corpo que possibilita que algo do mito se construa. Mas são necessários outros movimentos, para que o simbólico ultrapasse o imaginário, possibilitando ao bebê se inserir na linguagem e construir sua história.

São esses movimentos que podem estar comprometidos no momento em que o bebê for tratado somente de forma objetiva. Pode ficar comprometida sua imagem inconsciente do corpo. Dolto nos ajuda na diferenciação que faz entre esquema corporal e imagem inconsciente do corpo:

Se o esquema corporal é, em princípio, o mesmo para todos os indivíduos da espécie humana, a imagem do corpo, em contrapartida, é peculiar a cada um: está ligada ao sujeito e a sua história. É graças à nossa imagem do corpo sustentada por – e que se cruza com – nosso esquema corporal que podemos entrar em comunicação com outrem, pois é na imagem do corpo, suporte do narcisismo, que o tempo se cruza com o espaço, e que o passado inconsciente ressoa na relação presente (Dolto, 1984, p. 14-15).

Na medida em que a única saída é medicamentosa, acaba-se adotando a prática somente de controle, em detrimento do movimento de buscar as implicações da lógica que afeta esse corpo, com o risco de engessar o corpo no orgânico, interferindo na imagem constitutiva do sujeito, fazendo com que suas dificuldades se ampliem para além das dificuldades digestivas, como no exemplo do caso comentado anteriormente. A partir da necessidade de dar conta do sofrimento do bebê, acaba-se, por vezes, na pressa em tratar, e aí se anula o tempo necessário entre o um e o outro.

Assim, aponto para nossa responsabilidade no trabalho de fazer interdisciplina, na necessidade de que possamos indicar os riscos que o excesso de medicação pode causar num corpo-sujeito em constituição. Um deles é o fato de que, ao alterarem o funcionamento dos órgãos, os medicamentos afetam a percepção que o sujeito terá do funcionamento interior, interferindo no seu domínio sobre o próprio corpo¹³. O problema é que as mães estão cada vez mais capturadas pelo discurso médico-científico e acabam não conseguindo perceber quando esse discurso vem como absoluto e desumanizante. E isso é perceptível no momento em que se furtam de perguntar por que seu filho se nega a comer, questionamento possibilitador do deslocamento das indagações subjetivas geradoras de angústia, e que podem interferir no funcionamento dos órgãos. Assim, talvez até o medicamento se tornasse mais eficaz. Faz-se necessária a compreensão que leve em conta a subjetividade, e isso é possível a partir da abordagem interdisciplinar, que poderia melhorar qualitativamente os serviços prestados na área da saúde em nosso país. Do nosso lado, é necessário nos fazermos responsáveis pelo que nos cabe enquanto analistas. Falo da disposição para o trabalho interdisciplinar, para juntos podermos pensar se realmente em todos os casos se trata de refluxo gastroesofágico, e também, quando for o caso, poder amenizar os efeitos do excesso de manipulação e angústia gerados pelo tratamento. Apostando que assim, com uma intervenção a tempo, talvez Tom não tivesse tido tantas consequências motoras e cognitivas, pois teve dificuldades significativas para andar, falar e se relacionar.

Então, do nosso lado, fazer valer a importância de tomar o bebê como um vir-a-ser-sujeito, possibilitando que nosso pequeno paciente possa apropriar-se do passado que lhe corresponde, para, desse modo, deixar abertos os caminhos concretos do futuro.

REFERÊNCIAS

- BERNARDINO, Leda; ROHENKOHL, Cláudia (org.). *O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- DOLTO, Françoise. *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 4: a relação de objeto [1956-1957]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

¹³ Segundo Alfredo Jerusalinsky, em sua fala proferida no dia 12 de janeiro de 2008, durante um encontro do *Núcleo de Psicanálise de Crianças*, da APPOA, (fala não publicada), a intropercepção (percepção do funcionamento interno do organismo) auxilia o surgimento da angústia, necessária para que o sujeito se aproprie do seu corpo, da sua história; não existe sujeito sem angústia.

- LAZNIK, M. C. Poderíamos pensar numa prevenção da síndrome autística? In: WANDERLEY, D. (org). *Palavras em torno do berço*. Salvador: Ágalma, 1997.
- _____. *Rumo à palavra*. São Paulo: Escuta, 1997.
- MOLINA, Sílvia. O bebê na sincronia e na diacronia: algumas questões. In: ROHENDOHL, Leda; MASCARENHAS, Cláudia (orgs.) *O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- MOTTA, Sônia Pereira Pinto. Prevenção em saúde mental – por que não? In: ROHENDOHL, Leda; MASCARENHAS, Cláudia (orgs.) *O bebê e a modernidade: abordagens teórico-clínicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- NELSON. *Tratado de Pediatria*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A, 1994.
- Pesquisa INFANS. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba*, n. 4, dez. 2000.
- QUEIROZ, Telma Corrêa da Nóbrega. *Do desmame ao sujeito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- VORCARO, Ângela M.R. *Criança na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

Recebido em 12/11/2008

Aceito em 05/01/2009

Revisado por Daniel Ritzel

TEXTOS

**O ESPELHO QUEBRADO:
a imagem na psicose infantil**

Nympha Amaral¹

Resumo: O presente texto visa, através da discussão do estatuto do corpo no autismo infantil, interrogar os efeitos do trabalho analítico sobre o autista, as vicissitudes do amor transferencial nessa clínica e em que medida podemos afirmar que se trata de clínica psicanalítica do sujeito do inconsciente.

Palavras-chave: autismo, psicanálise com crianças, sujeito do inconsciente.

THE BROKEN MIRROR: IMAGE IN CHILD PSYCHOSIS

Abstract: This paper aims to discuss, using for this proposal the status of body in autism, the effects of psychoanalytical clinic with the autist, the developments based on transference love and how far we can assure that this is truly a psychoanalytical clinic of the unconscious subject.

Keywords: autism, psychoanalysis with children, unconscious subject.

¹ Psicanalista; Membro do Laço Analítico Escola de Psicanálise – sede Rio de Janeiro; Mestre em Psicologia Clínica pela PUC/Rio; Psicanalista do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi) Pequeno Hans; Professora Adjunto-Mestre da UNIGRANRIO; Supervisora clínica do CAPSi-COMPP de Brasília-DF; Professora convidada do Curso de Especialização em Teoria e Clínica Psicanalítica da Universidade de Cuiabá (UNIC). E-mail: nympha@terra.com.br

*“[...] mas é que sempre há no corpo,
em virtude desse engajamento
na dialética significante, algo de separado,
algo de sacrificado, algo de inerte,
que é a libra de carne.”
(Lacan, 2005)*

Nos casos graves das psicoses desencadeadas na infância, dentre os quais o autismo é paradigmático, podemos ter a impressão de que no lugar em que aquela criança se cria, todos os espelhos são quebrados. Sua imagem corporal não parece ter tessitura qualquer: nem consiste no reflexo que poderia vislumbrar em um vidro polido, nem se ampara no olhar do Outro, espelho-mãe por excelência, que aí aparenta quebraçura mais significativa do que aquela que poderíamos verificar em qualquer vidro desses que há no mundo.

A questão que move este escrito interroga o lugar do analista junto a essas crianças. Partindo de dois fragmentos clínicos, postulo que algo do efeito analista sobre esses sujeitos faz suplência e permite um arranjo imaginário que fornece ao sujeito autista um “corpo-próprio” que antes não habitava. Mais do que interrogar a precisão do rigor teórico dessa afirmação ou as peculiaridades desse arranjo “narcísico”, interessa aqui saber o efeito da intervenção psicanalítica no arranjo imaginário do sujeito autista que se submete ao dispositivo analítico.

Vou destacar dois exemplos, pequenos fragmentos de dois atendimentos que, apesar das diferenças existentes entre eles, guardam semelhança fundamental.

O primeiro caso é de K., atendido durante seis anos por mim em um dispositivo de Centro de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil (CAPSi). A peculiaridade que trago aqui diz respeito à condição corporal com que essa criança chega ao serviço, qual seja: a de total ausência de tônus muscular e de aparente cegueira e surdez. Ele nos chega através de seu pediatra. A mãe o supunha vítima de cegueira e surdez intermitentes, dado que em alguns momentos ela estava convencida de que o menino nada via nem escutava, mas, em outros, lhe parecia que ele captava estímulos fornecidos por ela. Ela relata que esse menino, aos quatro meses de idade, passeando na rua com ela, começa a chorar e, pelos próximos dez dias, à exceção das poucas horas em que dormia, chorava desesperado. Ao final desse prazo, durante o qual foram feitas diversas investigações médicas sobre o que poderia estar havendo com a criança, o menino silenciou, e, a partir de então, ficou alheio a tudo e a todos. Ao chegar ao CAPSi, aos dois anos, ele não sustentava o olhar em qualquer direção que fosse, não

sustentava o pescoço, não sentava, não ficava de pé e nem andava. Deitava-se de bruços sobre o chão, de boca aberta, e babava.

O segundo é o caso de A., que chega para atendimento em meu consultório particular, o que poderia fazer supor um destino diverso para a transferência. Ela vem ao atendimento após obter alta do tratamento neurológico que fazia na Rede de Hospitais de Neurologia Sarah Kubistcheck (Rede Sarah). A menina, nascida ligeiramente prematura (35 semanas de uma gestação conturbada) obteve ao nascer índice de Apgar 8/9 e foi encaminhada ao berçário sem monitoramento. Lá apresentou uma apneia grave, com anóxia. Houve, na sequência, importante demora no atendimento, o que veio a gerar dano neurológico, que consiste em redução proporcional do tamanho do cérebro. Após quase dois anos de tratamento neurológico, os médicos verificaram, através de exames de última geração, que o cérebro havia, por sua plasticidade na infância, compensado em outras áreas não afetadas qualquer eventual dano, e nada explicava o fato de A. não falar, não engatinhar, não andar, não se arrastar, não sentar sem apoio, isso aos 22 meses de idade. Não conseguindo fazer avanços no tratamento, sugerem um atendimento *psi*, supondo alguma questão que ultrapassa a de um cérebro que não quer sustentar o corpo.

Essas duas crianças, na época quase bebês, estão hoje, respectivamente, com dez e com cinco anos. Ambos sustentam o corpo, andam, sobem degraus, movem-se com habilidade no espaço físico, jogam bola, beijam, abraçam, sorriem, fazem birra. São autistas. Estão em tratamento psicanalítico. Não fazem uso de medicação. Tal arranjo corporal se deu no trabalho de análise e em ambos os casos, podemos verificar o estabelecimento de intensa transferência amorosa por parte das crianças.

O que será que podemos supor que opere no campo da constituição da imagem corporal minimamente organizada a partir do estabelecimento da transferência para a criança autista? O que terá operado esse arranjo imaginário a partir do dispositivo analítico? E por que vias?

Nossa hipótese é a de que o que aí faz seus efeitos intervém como algo da ordem de uma suplência ao registro do imaginário. Sabemos, com Lacan em *Joyce – o sinthoma* (Lacan, 2006), que o 4º nó, o sigma (Σ), aquele que permite que incluamos o sujeito no esquema do nó borromeano, é um desdobramento do registro do simbólico, já aí tomado por Lacan, desde o *RSI* (Lacan, inédito), como sendo um buraco que permite a articulação dos nós. Buraco-simbólico, buraco-sujeito, tem, no entanto, como necessária à sua articulação borromeana, a rodeia do imaginário. Sem a consistência do imaginário, não podemos falar em sujeito. No autismo, enquanto analista, apostamos na existência do sujeito. Mas sem que um analista tenha nisso investido, não é possível falar de sujeito autista.

Poderíamos dizer que isso vale para qualquer um. No entanto, a parceria do paciente no empreendimento sujeito através da suposição de saber e do estabelecimento da transferência analítica desencadeada pela fala endereçada parece mais palpável na neurose ou na paranoia do que no autismo. Creio que no autismo, se o sujeito não for *inventado*² pelo analista, só poderemos falar de condutas típicas e estereotípias. O sujeito tem um corpo e, de alguma forma, pelas vias do buraco do simbólico, se há aposta no sujeito, há forçosamente também a aposta de que, enquanto tal, ele encarne nesse corpo, o sustente, faça uso dele para gozar. O que será que se articula e opera, do lado desse sujeito no qual apostamos, de modo a que essa encarnação e essa sustentação sejam possíveis, tal como verificamos na clínica? No autista sob transferência, de que operações sobre o corpo podemos falar?

O que sabemos:

1. Que nestas crianças não se articula o narcisismo através do estádio do espelho, daí, portanto, não resultando um ego corporal. Vemos que o que se especulariza, em alguns casos, é a linguagem, eco da fala do Outro, sem o uso do *shifter* que o Eu representa.

2. Que algo da ordem fálica é forcluído naquilo que, abusivamente, aqui chamaremos de Outro dessas crianças, em sua relação de (falta) de objeto com esses filhos, de modo a situá-los como coisa ou fetiche, não concorrendo para o ordenamento do sujeito pela via da metáfora paterna e nem mesmo para o estabelecimento de alguma versão do Pai, como na psicose paranoica, na mania ou mesmo no travestismo (perversão). Falta radicalmente a possibilidade de tomar o filho como aquilo que, *parcialmente*, viesse saturar algo da ordem de uma falta, quando então ele seria, portanto, tomado na via fálica.

3. Que Lacan adverte em seu texto *Nota sobre a criança* (Lacan, 2003 p. 369) que “o sintoma da criança acha-se em condição de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar” e indica que a criança responde a isso podendo se posicionar em duas vertentes: o sintoma da criança ora é revelador da verdade do sintoma do casal familiar, ora “decorre da subjetividade da mãe”, na qual a criança é implicada como correlata de uma fantasia, obturando a falta em que se especifica o desejo materno, *realizando* a presença do objeto a na fantasia e revelando a verdade desse objeto. É sempre dessa segunda circunstância que se trata nas psicoses da infância, apesar de não ser exclusividade delas.

² Dizemos inventado no sentido de uma aposta sustentada pelo desejo do analista, sem a pretensão de estar “inventando” um novo conceito.

Trata-se então de operar em análise a transformação de uma *realização* do objeto a da fantasia materna em uma *suposição* de sujeito, com os possíveis efeitos que daí decorrem para os corpos. Trata-se, portanto, se pudermos assim dizer, não de uma metáfora paterna, mas de uma “metáfora analítica” no ato da entrada propriamente dita do autista no dispositivo (no momento de seu assentimento ao tratamento).

4. Que, ainda segundo Lacan, agora no seminário *RSI* (Lacan, inédito), apresentado mais de dez anos após a redação da *Nota*, a estrutura do sujeito, ou melhor dizendo, o campo de ação do sujeito para a decisão de sua posição de gozar, decorrerá da função, da posição, da versão de pai que presidirá a constelação de suas marcas. Ele dirá que todo risco de psicose advém de um pai que, ao invés de situar a causa de seu desejo em uma mulher, se toma pelo pai propriamente dito, não estando *père-vertidamente* dirigido à mulher.

O que queremos saber:

Que estatuto assume o analista na transferência para essas crianças e que possibilita esse ordenamento de um arremedo de Ego que chega a permitir o tônus corporal, a sonorização da voz (e não apenas ruídos guturais), o canto musicado, o ritmo no corpo, etc.? Ou, em última instância, como os efeitos do desejo do analista operam aí?

Podemos supor que o analista aí se “empresta” a ser suplência, consistência, articulação simbólica, ou seja, o buraco por dentro do qual os nós podem ser feitos, as rodela podem perpassar? Pensamos ser dessa ordem de operações que agenciamos nesta clínica.

O que faz o efeito decisivo para uma suplência de Ego e que permite a distinção entre o corpo próprio e o corpo do outro é, aí, mais decisivamente o efeito de causa que opera a partir da função-analista ou o elemento sujeito, no caso o amor dirigido a algo que encarna essa falta e que ecoa no pequeno sujeito como apelo? Ou são ambos indissociáveis e, portanto, uma só e mesma coisa?

Em seu seminário 4, Lacan (1994) traz o *apelo* como marca originária de toda e qualquer simbolização. Esse apelo, no entanto, não se dirige *senão* à mãe que falta, à mãe do *fort-da*, àquela que, por poder ser ausência, se torna potência, a potência do dom do amor. Logo, o advento inaugural do apelo não está disponível àqueles a quem sucede “estar exposto a todas as capturas fantasísticas” (idem, ibidem), encarnando o próprio objeto do fantasma materno.

Em seu seminário 10, ao apresentar a função da *causa*, Lacan afirma que

“[...] se essa causa se revela tão irreduzível, é na medida em que se superpõe, em que é idêntica, em sua função ao que lhes venho

ensinando a delimitar e a manejar, este ano, como a parte de nós mesmos, a parte de nossa carne que permanece necessariamente aprisionada na máquina formal, [...] essa parte de nós que é aprisionada na máquina [do significante] fica irrecuperável para sempre. Objeto perdido nos diferentes níveis da experiência corporal em que se produz seu corte, é ela que constitui o suporte, o substrato autêntico, de toda e qualquer função da causa. Essa parte corporal de nós é, essencialmente e por função, parcial” (Lacan, 2005, p.128).

Estamos, portanto, em “maus lençóis”. Apelo é prerrogativa daqueles a quem afeta a perda inerente à dialética da frustração. Sofrer o efeito da função da causa, privilégio (por irônico que possa parecer) daqueles a quem a “máquina de moer carne” que é o simbólico, através do encontro do sujeito com o significante decepcionou seu quinhão na libra de carne, ou seja, daqueles passíveis a se submeterem à castração. Como podemos nos autorizar a falar de crianças autistas afetadas pela função da causa, capturadas pelo dispositivo analítico e, a partir daí, nos trilhos do apelo, via amor de transferência? Ou então, de que outra forma poderíamos pensar a entrada no e a captura pelo dispositivo analítico e o subsequente enlaçamento amoroso que daí decorre, senão pelas vias acima expostas? *Porque de uma coisa não duvidamos: do fato clínico de que a criança autista em tratamento ama.*

Será essa convicção resultante de uma aposta delirante do analista? Como justificar, então, os efeitos no corpo dos sujeitos? Como explicar que se passe a cantar e bater palmas, pedir colo e dar abraço, sorrir e sentir dor, quando antes era fria e pura a indiferença à própria carne?

Nesse ponto de nossa elaboração, ainda não avançamos o suficiente para oferecer uma articulação mais precisa do papel exercido pela experiência da análise sobre a resposta dada por esses sujeitos-corpos, mas podemos supor que se trata de produzir novas ficções, novas produções discursivas sobre uma realidade antes intangível para a psicanálise: *é a ação do efeito de causa sobre aquele que, por definição, não tem acesso à parcialidade que se trata de supor.* Se vemos os efeitos, talvez estejamos autorizados a dizer que se fez a invenção. Como é possível escavar um furo ali no lugar que é, por definição, como afirmou Lacan a Jenny Aubry, o do empréstimo de si mesmo para suturar e saturar o objeto da fantasia materna; o oposto mesmo, portanto, da possibilidade de destacar de si o objeto, o parcial?

A invenção do analista produz em cada tempo seus efeitos sobre a estrutura, ou seja – produz sempre sujeito. Não será essa ficção, que agora produzi-

mos discursivamente, que cria a condição mesma das análises dessas crianças? Pois se a função da causa é o germe que sustenta a função-analista, que não se realiza sem que opere o desejo do analista, podemos dar o braço a Lacan e, num de seus mais citados e paradigmáticos trechos, encontrar suporte para os efeitos de analista sobre o autista, em particular sobre a ordenação do corpo do autista a partir da análise, por sofrer efeitos da causa e responder apelando ao amor. Senão, vejamos:

O desejo do analista não é um desejo puro. É um desejo de obter a diferença absoluta, aquela que intervém quando, confrontado com o significante primordial, o sujeito vem, pela primeira vez, à posição de se assujeitar a ele. *Só aí pode surgir a significação de um amor sem limite, porque fora dos limites da lei*, somente onde ele pode viver (Lacan, 1980, 235; grifo nosso).

Não é então, e sempre, o sujeito uma ficção do analista? Não é sempre o analista aquele que aposta na existência do significante diante dos seres de linguagem que a ele se dirigem? Por que isso seria diferente para essas crianças? É a “ficção” do analista que supõe o buraco do simbólico como inerente à estrutura discursiva para cada um daqueles que se postam diante dele. Isso faz seus efeitos. Faz efeito-sujeito. Isso, longe de ser modelar, cria todo o peculiar com que nos deparamos em nossa práxis, a partir de nossa invenção. Cria também, às vezes, *corpo*, ali onde antes só havia posta de carne.

REFERÊNCIAS

- LACAN, J. *O seminário, livro 4: as relações de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1980.
- _____. *O seminário, livro 22: RSI, inédito*.
- _____. *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Recebido em 05/10/2008

Aceito em 09/11/2008

Revisado por Sandra D. Torossian

TEXTOS

A CLÍNICA PSICANALÍTICA COM CRIANÇAS NÃO É CRISTALIZADA¹

Beatriz Kauri dos Reis²

Resumo: O artigo propõe uma reflexão sobre algumas características atuais dos pedidos de tratamentos psicanalíticos na infância e seus desdobramentos. Sustentada em sua clínica infantil, a autora aborda fragmentos de um caso, trabalhando questões relativas ao lugar do analista de crianças na transferência. **Palavras-chave:** transitivismo, transferência, desejo do psicanalista, psicanálise de crianças.

CHILD PSYCHOANALYSIS IS NOT CRYSTALLIZED

Abstract: The article proposes a critical reflection on some current demands for child psychoanalytic treatment and their consequences. Based on her practice, the author approaches fragments of a clinical case in order to deal with questions related to the role of the child psychoanalyst in the transference.

Keywords: transitivismo, transference, desire of the analyst, child psychoanalysis.

¹ Esta é uma versão escrita da conferência *La clínica psicoanalítica con niños hoy* apresentada no Foro Iberoamericano de Experiencias Profesionales em Psicologia, na Faculdade de Psicologia da Universidade Autónoma da San Luis Potosí, no México.

² Psicóloga; Psicanalista; Membro da APPOA; Integrante da equipe do Centro Lydia Coriat de Porto Alegre; Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. E-mail: biakauri@portoweb.com.br

Normalmente, estamos tão mergulhados no nosso fazer cotidiano que já não nos surpreendem mais determinados sinais que surgem na clínica e que apontam numa direção única. A saber, aquela em que se exige que as crianças estejam adaptadas ao seu meio, a sua família e a sua escola. Se não estão, espera-se que passem a estar o mais rapidamente possível e, de preferência, que usem um medicamento capaz de devolvê-las ao “estado normal”, imediatamente. Se assim fosse, estaríamos economizando o tempo de todos, criança, pais, professores e analista.

A clínica psicanalítica não funciona dessa maneira, o trabalho é demorado e exige o comprometimento subjetivo dos envolvidos. Muitas vezes é preciso fazer toda uma abordagem preliminar com os pais e professores, a fim de poder contar com a reflexão e o engajamento deles na condução do trabalho; se não, nada feito; sozinhos os terapeutas da infância não podem estar.

Sem falar na transferência, conceito criado por Freud e tão caro também a nós, terapeutas da infância. Sabemos que, se a transferência não for incidente nos pais, não será também nos filhos. Logo, não podemos, simplesmente, criticá-los pela pressa com que chegam, demandando a rápida cura de suas crianças. É preciso bem mais do que isso. É mister acolhê-los com suas urgências e trabalhar no desdobramento de suas expectativas e exigências.

Embora nossa prática não seja médica, isso não impede que o pedido explícito de se ministrar medicação psicotrópica que acabe com o sofrimento da criança e de sua família se faça presente. Há o esclarecimento aos pais sobre o fato de que, como psicólogos, não medicamos; não importa, eles nos pedem encaminhamento aos profissionais médicos. Querem ainda ouvir de nós um diagnóstico preciso, um nome científico que possa situá-los sobre a identidade de seus filhos. E aí está mais um impasse, já que as estruturas psicopatológicas da infância são não decididas. Há uma provisoriedade estrutural nesse período da vida, queiramos ou não; sendo assim, o diagnóstico fechado não contempla as passagens que são inexoráveis na infância; passagens psíquicas que rearranjam a inserção da criança na família e no laço social e que causam mudanças, transformam os sintomas.

Sendo assim, se faz necessário realizar um trabalho preliminar junto aos pais, a fim de fisgá-los na transferência, implicando-os na construção de respostas e saídas do sintoma psicopatológico.

Quanto à abordagem com a criança, propriamente dita, partiremos sempre de uma aposta. Nossa aposta antecipa um lugar de enunciação possível, desde o qual a criança poderá se apropriar e falar, desenhar, modelar, associar...

Jean Bergès (2003), psicanalista francês que nos legou vasta produção no campo da infância, não deixava de evidenciar em seus textos que o que vem

primeiro na criança é o simbólico. Ele afirmava: “é central não confinar a criança a uma abordagem imaginária invasiva” (p.30).

Temos recebido na clínica, cada vez mais, crianças pequenas, de três ou quatro anos, que não falam. Em geral, elas estão inseridas em escolas infantis ou creches, ou seja, são crianças que têm alguma circulação social e assim fazem notar suas dificuldades mais espetacularmente. Apresentam-se alijadas do grupo dos demais alunos e demandam dos professores ou auxiliares cuidado materno-infantil, uma vez que se mostram, via de regra, impotentes para interagir com seus semelhantes.

Esses são casos que nos interrogam muito, porque fazem atuar o nosso imaginário, embora saibamos que, se formos excessivos em nossa intervenção, só estaremos fixando a criança em seu silêncio. Logo, nos encontramos num questionamento constante, nossas hipóteses são vistas e revistas todo o tempo.

Outras interferências que ocorrem são as advindas das “práticas alternativas”, nas suas mais diversas formas e crenças. Por exemplo, recentemente, numa entrevista que eu realizava com a mãe de uma criança com as características a que acabo de me referir, questionava sobre o meu conhecimento a respeito das chamadas “crianças-cristais”. Ela sugeria que seu filho de três anos, que ainda não fala nada, pudesse ser uma dessas crianças. Eu já havia lido sobre “crianças índigo”, mas ainda não conhecia sobre as “cristais”; imediatamente saí em busca dessas informações. Se abro essa discussão, não é porque encontrei aí respostas, mas, pelo contrário, é porque fiquei muito preocupada com os efeitos iatrogênicos que tais teorias podem causar em crianças com psicopatologias tão graves.

Eis aqui algumas noções que recortei de um site, chamado *Mago da Luz*, sobre tais denominações:

Em primeiro lugar eles situam uma mudança energética que está acontecendo no nosso meio e se completará no início do próximo ano, a qual permitirá integrar a energia cristal. Os seguidores dessa teoria de renovação cósmica acreditam que a Terra se encontra em processo de mudança para uma forma cristalina, o que já poderia ser percebido, na medida em que a maior parte de nosso planeta é de natureza cristalina.

Eles possuem um conceito de crianças evoluídas que estão entrando no planeta com atributos elevados. Afirmam que essas crianças são capazes de ler pensamentos; logo, são tidas como telepáticas. Eles preveem que elas terão em breve capacidades psicocinéticas, graças à forma como refratam a luz dentro de seus próprios corpos. Assim, poderão mover coisas com o poder de suas mentes, ou seja, reestruturarão a matéria com o pensamento. E, por fim, fazem

graça com o fato de que inventamos histórias para nosso próprio entretenimento, cujo teor gira em torno de seres alienígenas possuidores de grandes poderes mentais que poderiam dominar o mundo. Pois as histórias se tornarão reais, preconizam, e nós perceberemos que eles, os alienígenas, são nossas próprias crianças.

É, no mínimo, preocupante o viés salvacionista que essa teoria acerca de uma mudança cósmica sugere.

Quando estou diante do menino que antes mencionei, imerso no mutismo como se encontra, sendo suposto detentor de algo superior, capaz de ler pensamentos e desenvolver outras proezas mágicas, me assombro. Pois o quadro de uma “psicose não decidida” poderá facilmente regredir para maior desconexão, estruturando definitivamente um quadro de autismo. Já que seus pais, se seguirem com essa suposição, continuarão repetindo o que até agora eles vêm fazendo, ou seja, continuarão sendo extremados nos cuidados a nível das necessidades dessa criança, porém não poderão oferecer um lugar de identificação possível no interior dessa família.

Porque, ao observá-los juntos, pai, mãe e filho em sessão, percebo um comportamento errante do menino. Ele não é capaz de se fixar em nada, nenhum brinquedo; não há curiosidade sobre os objetos. Seus pais conversam entre si sobre o estado de ânimo em que ele se encontra, devido ao sono que possa estar sentindo ou ao incômodo em função de ter evacuado e agora talvez estar com as fraldas sujas. Nesse momento, a mãe puxa a criança para seu lado, examina suas fraldas fazendo careta, por antecipar um odor, mas sem lhe dirigir a palavra.

Eu já sabia que o menino se interessa por canetas. Em casa eles retiram as cargas das canetas para que ele não risque as coisas. Inclusive me alertaram para o risco de ele riscar todo o meu consultório. Resolvo correr o risco, pois acho que o traço de que ele é capaz e gosta de fazer pode se configurar em uma janela pulsional por onde uma inscrição significativa possa se imprimir, oferecendo-lhe sustentação para que construa (enuncie) algo próprio. Assim estaremos inventando formas e imagens, contextos em que ele possa se inserir, encontrar um lugar, uma âncora para se fixar, diminuindo a deriva em que está.

Se os pais ficam na expectativa de obter uma resposta que confirme suas suspeitas de ter um filho “cristal”, eles permanecerão em atitude de espera diante do filho. A crença de que ele é um ser evoluído e, como tal, sua comunicação com os outros é telepática, o lança num abismo. Ao invés disso, urge que os pais sejam trabalhados, a fim de que possam oferecer-lhe significantes e significados emergentes da história de vida deles, para que, a partir daí, esse

menino encontre traços de identificação nos quais possa se ancorar. Deixe de ser visto como um alienígena e passe a ser visto como um dos seus.

É assim que nos vemos, uma e outra vez, ocupando o lugar de Outro na condução da cura de crianças. Pois sabemos que, devido à fragilidade própria da infância de sustentar o lugar de sujeito, é necessário que o Outro seja encarnado por um adulto.

Seguindo a teorização de Jean Bergès (2002) em conjunto com Gabriel Balbo, sobre o transitivismo na infância, podemos considerar que o Outro primordial é sempre encarnado, e que é próprio da função materna, além dessa encarnação, fazer a suposição de um Outro no filho. Ou são dois Outros ou é nenhum, já que, se a mãe não constrói essa suposição, ela não faz função simbólica, não antecipa nem desejo nem saber sobre o seu filho. Quando falo sobre a alteridade que a mãe confere à sua criança, lembro-me de um exemplo que Bergès apresenta nos seus escritos, que se refere a uma cena de amamentação. A jovem mãe alimenta seu bebê, quando se prepara para fazer uma prova, um exame de residência. Logo, como está tendo que estudar muito, então toma o filho nos braços e lhe oferece o seio. E enquanto ele mama, ela estuda. Só que o “digníssimo”, como ela o chama, só mama quando ela retira os olhos de seus papéis e repousa o olhar sobre ele. Aí está a mamãe, seu bebê e o “digníssimo”, ou seja, as coisas não se passam a dois, mas a três, desde os primórdios da constituição psíquica do sujeito, que aqui em nosso exemplo é um bebezinho que já faz suas demandas. Cabe aos representantes das funções parentais percebê-las, antecipá-las e atribuir-lhes significado.

Só que esse transitivismo constitutivo da alteridade da criança nem sempre se cumpre, e a seqüela que assim se instaura gerará quadros psicopatológicos graves. São casos em que teremos, forçosamente, que encarnar a função simbólica na transferência, até que se possa vir a partilhar esse lugar com os pais de nossos pacientes.

Chegamos ao ponto em que se faz necessário situar o conceito “desejo do psicanalista”, para em seguida articulá-lo à clínica de crianças. Lacan (1967) propõe o desejo do psicanalista como um operador clínico que permite instituir o lugar da falta, pela própria presença do psicanalista. Segundo Leda Bernardino (2004), trata-se de um lugar vazio em que poderá aparecer o Outro do paciente, tal qual comparece na história pessoal dele e tal qual se impõe – na leitura realizada pelo paciente – o desejo, ao incidir sobre uma posição objetual desse sujeito, que é convocado a se reconhecer como objeto nessa fantasia infantil e a conhecer, então, suas determinações.

Será que podemos utilizar esse operador clínico na análise de crianças?

A resposta é sim, embora tenhamos que fazer algumas ressalvas. Seguindo as palavras de Bernardino:

[...] o vazio que o analista introduz com seu silêncio, sua não-demanda, sua espera – vai confrontar a criança com algo inédito. Um adulto que não é imperativo; que mesmo que seja colocado por ela mesma na posição de mestre, não a ocupa; um adulto que não dá orientações, não dá ordens, não ensina, nada pede a não ser que a criança ocupe um lugar ali; produz-se uma reação ao novo, uma inquietação: “o que quer ele de mim?”, pergunta-se a criança. Este novo abre a possibilidade, para a criança, de localizar seu desejo como podendo ser diferente do que interpretou como desejo do Outro, destacado deste (Bernardino, 2004, p.148).

Sendo assim, é a partir da posição que o analista ocupa na transferência que será possível descolar desejo e grande Outro. Logo, a criança poderá contar com seu analista como um acompanhante no percurso de desdobramento da função “desejo”, para traçar seu próprio caminho. Assim ela poderá encontrar as ferramentas para se destacar do corpo materno e, ao elaborar esse luto do descolamento, terá chances de constituir a imagem unificadora de seu corpo próprio.

Se, conforme Lacan, na análise de adultos o analista permanecerá no lugar do morto, na análise de crianças ele terá que se presentificar, mas se ausentando logo em seguida, pois sua posição é necessariamente móvel. Na alternância do exercício de ir e vir é que daremos lugar para que os pequenos se apropriem dos enunciados que na cena terapêutica se armam, sem que aí deixemos transbordar o nosso desejo.

REFERÊNCIAS

- BALBO, G.; BERGÈS, J. *Jogo de posições da mãe e da criança; ensaio sobre o transitivismo*. Porto Alegre: CMC, 2002.
- BERNARDINO, L. F. *As psicoses não decididas da infância: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- Despertando as Crianças de Cristal. Disponível em <http://www.magodaluz.com.br/cristal/crianças_de_cristal.htm>. Acessado em: 10 out. 2008.
- LACAN, J., *L'acte psychanalytique*, (1967-68). [Paris]: *Association Lacanienne Internationale*, 1997. Publication hors commerce.

Recebido em 10/11/2008

Aceito em 20/12/2008

Revisado por Siloé Rey

TEXTOS

ENCONTROS
Sonata para psicanálise
a várias vozes¹

Ricardo Rodulfo²

Resumo: O presente texto trabalha o tema do *encontro* a partir das propostas de Winnicott e desconstrói concepções muitas vezes insuficientemente discutidas pela psicanálise. O brincar é uma delas. Este é aqui problematizado pela discussão da emergência do *desejo de brincar* desde os primeiros meses de vida. Da mesma forma, apresenta-se o *brinquedo* não somente como mero objeto dentre outros, mas requerendo *invenção* para transformar-se em tal. Propõe-se, assim, a passagem de um paradigma que prioriza o par ativo-passivo para um paradigma ativo-ativo.

Palavras-chave: encontros, desconstrução, brincar, paradigma ativo-ativo.

MEETINGS

Abstract: The present text approaches the subject of *meeting* using Winnicott's theory and deconstructs some concepts that are often insufficiently discussed by psychoanalysis, one of which is playing. Playing is problematized here by the discussion of *playing desire* emergency from the early months of life. It always presents the *toy* by needing some *invention* and not only as a mere object between others. The passage from active-passive paradigm to active-active paradigm is here proposed.

Key words: meetings, deconstruction, playing, active-active paradigm.

¹ A Marisa Cherubini e Sandra Torossian, interlocutoras.

² Psicanalista (Ar). Prof. titular na cátedra de clínica e de psicopatologia com crianças e adolescentes da Graduação e Pós-graduação da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires. Autor, entre outros, de: *O brincar e o significativo* (Porto Alegre: Artes Médicas, 1990); *Estudios clínicos* (Buenos Aires: Paidós, 1992); *El psicoanálisis de nuevo* (Buenos Aires: Eudeba, 2004); *Futuro porvenir* (Buenos Aires: Noveduc, 2009). E-mail: myrrodulfo@arnet.com.ar

Largo e cantabile

Para Winnicott (1990) o “centro da questão” radica na maquinaria – um termo que dificilmente adotaria – do gesto (bem elevado nessa mão curiosa estendida do bebê a partir dos seis meses e do deambulador) que materializa sugestivamente o que para um comportamentalista – ou para um “estruturalista” psicanalítico – “já estava ali” sem estar, sem contar no plano da experiência humana. O gesto espontâneo e criador. Porém, não solipsista. Na carta a Melanie Klein, que *deveria* ser célebre como emblema contra qualquer dogmatismo, Winnicott evoca o tremor frustrado de um gesto quando não encontra nada do outro lado. O encontro não é com a satisfação, nem com o prazer, nem com a realização de um desejo postulado incestuoso: é com o encontro.

Posições tradicionais ou “refor(ma)listas” são suficientemente colocadas de lado (e isso é suficiente para um pensamento que elude a radicalidade ao perseguir o leve rastro da sutileza); a adaptação à realidade – pedra angular à qual sempre ficará referido “o inconsciente”; o “ingresso” em uma ordem sempre em precedência: a primeira delas, deixada à sua própria sorte, se tornaria o equivalente da simples obediência; o segundo correria o risco de ter o mesmo destino, se aquele que ingressa não pode estabelecer suas condições e só vale como objeto – passivo – de desejo, quando não de gozo; e a precedência de um ordenamento histórico-mítico não pode *ganhar vida* – “a vida própria dos signos”, de Saussure *dixit* –, não pode vir a preceder sem essa labareda imprevisível, acidental, do gesto, que, ao tropeçar com ela, a cria, a faz viver.

Ganhar vida. Vamos tomar nota disso para depois.

Se quiséssemos — quereríamos? Por acaso seria conveniente querê-lo? A quem conviria? — um mito de postulado, nós o começariamos assim:

No princípio, não neurônios e quantidade;
no princípio não o significante e o que ele não consegue escrever;
no princípio – melhor: num princípio; melhor ainda: em algum princípio, ou em mais de um princípio – o arrancar da espontaneidade (que sempre leva consigo algum *gesto*) e o *entre*, o entre-não-de-uns.

Quando esse entre funciona e produz encontro, o gesto alcança ser ato ou, ainda, ação específica.

Allegro

Pois bem, esse gesto que não pode ser causado nem predeterminado em seu decurso – do qual não sabemos nem quando nem aonde nem como, apenas “sabemos” que ele terá existido em um abrir e fechar do tempo – em um gesto de jogo. Só essa referência o abrange, não bastaria para nada dizer que é “sensório-motor” ou “instintivo”; além disso, é gratuito a respeito de qualquer “necessidade” positivista – e é comovedor o respeito do estruturalismo, em psicanálise ao menos, pela necessidade positivista, essa repartição imperial de territórios: “eu fico com o desejo, tu ficas com...”. Também não se trata de defini-lo reacionalmente a um ente metafísico ou a uma ontologia do outro. Nenhum outro nem outra “dá” o brincar, facilita ou obstrui, o que é uma outra coisa.

E esse gesto de jogo está saturado de alegria. “Seu” afeto é a alegria. Não pode ser lido a não ser como preconceito fechado como “defesa” contra a angústia, ou o retorno dela. Se ela dominar, poderá haver grito, mas não brincar nem o grito alvoroçado do brincar.

Que psicanálise é essa que nunca teria se deixado interrogar pela alegria, o gozo, o júbilo, o alvoroço, o entusiasmo, o humor, que jamais fez o ensaio de lhes reconhecer alguma prioridade, nem teórica nem como meta clínica, que outorgasse um critério de término, ou pior, que ainda relegou, *desocupou* (no sentido de *beseizung*) esses e outros termos afins?

Que psicanálise é essa, e qual pode ser seu futuro, no longo declínio do judeu-cristianismo, na medida em que as “pessoas” já não se deixam culpar tão facilmente?

Será o futuro dessa psicanálise a condição de possibilidade futura de todo “cognitivismo comportamental” ou coisa parecida?

Também deveríamos saber sublinhar – e dificilmente chegaria um momento em que o considerássemos suficiente – o gesto que proporciona entrar na vida anímica pelo sinuoso caminho – trajetória de *garatuja*, antes que “via régia” ou “estrada principal”, se impõem as *holzwege* de Heidegger – do brincar, desde suas emergências mais primordiais. Quando nos aproximamos de um bebê muito pequeno, não há indicadores mais precisos de que se trata ali de outro, e não de um organismo, que o desabrochar do seu brincar em alguma manifestação (uma sonoridade já musical, por exemplo, não um gesto despojado de subjetividade) e seu ir se fazendo nos enredos de um *entre* a cuja existência se abre toda a sua sensibilidade... já que nasce e se ativa ali. Esses dois indicadores nos guiam para não nos confundir.

Essa nova sensibilidade a tão precoce emergência, que caberia melhor pensar como um *emergir com*, pois não há “sujeito” prévio a um brincar que

começaria depois – segundo a pauta tradicional, em psicologia como em psicanálise – permite pelo menos um par de desmarcações decisivas:

1) Do (neo) positivismo, o velho neopositivismo, para o qual o bebê é um alternar de comer e dormir... “necessidades”; o “psíquico” viria depois, maturação mediante.

2) Das posições “estruturalistas” que, no caso da psicanálise, tomaram conta (e apostaram seu destino) do logocentrismo da metafísica ocidental, equiparando redutoramente a vida anímica à palavra – como algo exclusivo do “campo da palavra” –, para as quais o bebê é uma alternância de comer e dormir... “necessidades”; alguém que só pode existir como *objeto*, mais do que sujeito, do desejo da mãe; alguém que não fala, mas já é *objeto*, também, da palavra do Outro... seu advento “psíquico” ativo – melhor, ativo-reativo nesta concepção que é tão *reacional* quanto a mais clássica – é para depois.

Notemos o surpreendente paralelismo entre as duas concepções. Surpreendente se não lembrássemos, com Derrida, a cumplicidade solidária do empirismo com o idealismo transcendental.

O começo de Winnicott pela via da brincadeira, e mais precisamente do *brincar* – como ação ou prática singularizante em um nível mais decisivo que o dos significados, conscientes ou inconscientes – dribla aqueles obstáculos e oferece a oportunidade de um recomeço, não para alguma suposta “refundação” da psicanálise, senão para voltar a discutir tudo de novo, o que implica confirmações e desconfirmações do saber adquirido, de seus postulados e de seus modos de produção – iniciando porque o referente é, a partir de agora, o gesto irresistível da mão que se estica (a *ereção* da mão) em direção a não-só-a-mãe e não o neurótico no divã discorrendo sobre sua impotência ou pelo menos sobre a sua ambivalência diante de qualquer gesto desejanste. Um brincar que não tem “depois”, na pretensa passagem de um ser-de-organismo a um ser-de-psiquismo, nem tampouco, por isso mesmo, como “sublimação”, destino pulsional, que o deixaria numa ordem secundária; está a nos esperar – se sabemos detectá-lo – sempre desde um *antes*, sempre *antes* das datas de aparição que havíamos proposto (nesse sentido, é surpreendente a rotina e a cegueira – “não existe pior cego que aquele que não quer ver”, diz um ditado castelhano – com a qual grande parte dos psicanalistas segue protocolizando o “fort/da” como “primeiro” brincar; comportam-se como aqueles dos quais Freud dizia que não queriam reconhecer as evidências da sexualidade infantil: estes parecem cegos à multiplicação da atividade lúdica durante o primeiro ano de vida em uma textura de jogos de escritura alheia ao corpo, e que é outra coisa que esse “primeiro brincar”. E, ainda, cegueira também bibliográfica: em data tão recente como... 1941, Winnicott demonstrou que aquela era a fase final de uma sequência mais

longa e complexa cujos passos estabeleceu mais tarde. Em um texto de 1988 (mas que retoma rascunhos de 1985) continuei essa investigação, inventariando brincadeiras típicas do primeiro ano de vida decisivas para o desenvolvimento e a estruturação subjetiva); não se “apoiar³ em nenhuma necessidade positivista porque, ao contrário, é *nele que se apoiam* diversos processos: é suficiente considerar o que acontece com a alimentação do bebê quando “lhe dão de comer” – o giro já é para pensar e não para dizê-lo com tanta naturalidade – à margem e por fora duma cena de escritura lúdica. E, por outra parte, também não espera a linguagem para se antecipar, não só porque já se desdobrou consideravelmente antes de falar e entender palavras, senão porque a própria aquisição da linguagem se apoia nele; sem os jogos sonoros – *musicais*, não linguísticos – do primeiro ano, não haveria possibilidade de uma fala que não seja ecológica. Sobretudo, o brincar é indiferente à consabida verbal/não verbal: um som dentro da boca é tão brinquedo quanto o móvel colorido, o carrinho ou a boneca. Entre o Scila do sempre-de-novo-positivismo empirista e o Caríbdis do estruturalismo transcendental falologocêntrico, o brincar traça seu próprio percurso. E tratando-se de uma “clínica de crianças”, que melhor ponto de partida que esse, para que ela repercuta percute percute retumbe estronde sobre a psicanálise toda? Dito teoricamente: é possível analisar uma criança que *brinque sem falar* como é impossível analisar uma que *fale sem brincar*, independente da idade que ela tenha.

Formulado assim, para não eludir o conflito com uma série de proposições tradicionais insigniadas por nomes próprios transformados em significantes... do Super-Eu. A vigência da psicanálise requer de forma *urgente* o encontro na discussão; faz muito mal esse brincar paralelo do desencontro com qualquer outro que não seja o menos outro possível. O mesmo gesto espontâneo, sublinha Winnicott dramaticamente, termina sem ele por se apagar.

O primeiro grande deslocamento provocado pelo ingresso “pra valer” do brincar proposto por Winnicott, para remediar um grande “descuido” histórico, suplemento inintegrável aos grandes sistemas teóricos da psicanálise, é o ascenso da alegria ao apogeu, a um lugar onde não poderá não se fazer visível – ainda que costume ser o ponto cego por excelência dos psicanalistas – ; claro, se o “paradigma” é agora um pequeno na brincadeira e não um adulto carregado com a dor do seu sintoma, inevitavelmente percebe-se que o “afeto

³ O autor usa as duas vezes o termo *apuntalamiento*, que é a tradução comum da *Anlehnung*, de Freud, em espanhol. Nota de tradução.

adequado” para essa cena é a alegria, ora tranquila, “subclínica”, ora excitada. Resulta forçado fazer surgir o brincar de uma reação diante da angústia – porque, para começar, uma criança angustiada *pode* brincar, mas um *bebê* preso da ansiedade não –, salvo que vocês decidam desperdiçar de forma maciça todas as observações, cotidianas, psicológicas, psicanalíticas, a modo de uma *Verwerfung* fundamentalista. O “estado natural” do brincar é o estar sentir-se contente, intrínseco das “condições iniciais”. O brincar não espera a angústia para se desencadear, como a chuva não espera a seca para chover. Parte dele mesmo, sem necessidade de ter um *sentido*; sua ulterior admissão da angústia, se for capaz disso, é um “destino” secundário, por grande que seja sua importância clínica. Não vem preencher nenhuma falta, não é falta nem sobra: vem *porque sim*. Sutileza de Winnicott vestida de obviedade: “Por quê brincam as crianças? Porque elas gostam”. Obviedade complicada, porque, ao afirmá-la, tomava-se distância de *toda* a teoria vigente estabelecida e de *toda* a sua metapsicologia. Está em jogo o gozo de produzir *difference*, não o “defender-se” da vida (defensivo, além disso, o brincar com frequência decai, adocece, perde riqueza e variedade). O eixo angústia-culpa perde sua hegemonia, absoluta até então; como mínimo, deve compartilhar o reino. Mesmo que não seja aconselhável ceder à simetria.

Também não nos queremos limitar à bastante limitada concepção de um “afeto”–descarga, correlato de “representações”. Interessa-nos, servindo-nos dos desenvolvimentos de Heidegger, a alegria como *atitude* existencial, que é muito mais ampla que o afeto manifesto; atitude de fazer *difference*, de repetição não compulsiva, de experienciar-se integrado a outra coisa, de esgotar a diferença do presente sem esse viver em antecipação próprio dos modos neuróticos apanhados pela angústia e a longo prazo no *culto* da angústia, no seu cultivo, ocasionalmente bem administrado por um oportuno tratamento psicanalítico que a fetichiza. A alegria como *existenciário*, em definitivo. O que inclui um modo de “sentir” o corporal, como se disséssemos “pictogramático”, e uma ética de experienciar a vida sem virar as costas para ela, mesmo na dor; a plenitude, mesmo na dor (até por isso, não cabe uma simetrização simples com a angústia nem simplesmente opô-las). Seu ser em Moebius é muito mais interessante. Não é o mesmo, para o caso, uma alegria que envolve e se enxerta na angústia que uma angústia intoxicando o desdobramento de todo júbilo possível.

Andante con moto

Diversas situações em que o fator ambiental ataca ou desfavorece, da mesma forma que em outras em que se trata de fator genético ou congênito,

nos permitem “definir” o brincar como aquilo que na singularidade *resiste* a seu esmagamento ou a sua redução a objeto dessubjetivado. Alguém se encontra com um *self* ficcional, suposto, brincando. *Ali, eu não sei quem sou, mas sei que sou*. Ou saberei que “sou” a minha diferença, se a mais elementar prudência não nos obrigasse a lembrar que a diferença de que falamos – a *differance* – não é meu ser nem não-ser, que este venerável verbo não é o que lhe convém; sua atmosfera secular a mataria, neutralizando a diferença entre entes derivados da ontologia de rotina mais universitária, na sua discursividade. Ela difere, por isso – e sobre tudo difere disso – do ser e da sua parceria com o nada.

Os entes que o brincar dispõe são apenas “simulacros”; mas o brincar “sabe” diferir, sabe praticar *differance*.

Será por isso que *sabe* encontrar a outra, o outro, os outros, isso que é outro? Poderiam encontrar-se duas pessoas que estudaram juntas, falaram, copularam, brigaram, mas nunca *brincaram* juntas?

Isso é o que Winnicott entreviu, o que, propriamente falando, *descobriu* através do exercício da pediatria: não era mamando que se estabelecia o campo relacional entre genuínas alteridades, tampouco através de outras variedades de atividade libidinal infantil (poder-se-ia encontrar prazer sexual indefinidamente sem nunca ativar a dimensão “outro”); também pelo caminho do “valor educativo” da frustração: uma “teologia negativa” não é apta para gerar *encontros* (notar que o *meeting* inglês ao qual Winnicott recorre, para se referir nada menos que a uma *necessidade*, não comunga com chupar ou morder ou canibalizar, limita-se estritamente ao encontro entre e com pessoas, inaplicável ao encontro de “coisas”, *finding*) (a necessidade mais radical será pois a do *encontro*, o que “acidentalmente” Spitz também descobriu pelo seu lado mais ou menos na mesma época). É por essa razão que Winnicott deve denunciar a teoria da sexualidade infantil e seus estádios para abrir espaço ao brincar e suas funções. É por essa razão que a pulsionalidade, nas suas diversas tópicas, cai silenciosamente, desaparece do seu vocabulário e da sua forma de pensar: era o tributo que a psicanálise vinha pagando ao positivismo (e a esperança vã de fazer amizade com ele) e que não se resolve com uma transposição idealista a uma pulsão “gramaticalizada”, feita de palavras. O brincar suplanta violentamente o pulsional – e a pretendida “necessidade” teórica de um *fundo* pulsional – tal como o motivo do povo soberano desloca o rei como autoridade com fundamento divino.

Então o olhar ficou liberado para descobrir e tentar o inventário dessa riquíssima, intrincada, textura de brincades que vão atravessando pontes e mais pontes, desde o conglomerado bebê-mãe, uma galáxia sem “uns” nem propriamente falando “díadas”; senão labirintos singulares que *armam* um *efeito de díada*. Passa muito trabalho essa tradição monádica própria do individualismo

capitalista, para não verter isso na forma de duas “unidades” que se vinculam entre si (para o qual a imagineria pulsional vinha como uma luva). Mas não há nenhum bebê e nenhuma mãe *antes do entre*, entretecido por essa multiplicidade brincante disseminada, local, sem centros.

E será lindo comer (da) mamãe se mamãe brinca comigo e o seu seio é um *brinquedo*.

Fugindo à monotonia do exemplo, todo o dramatismo do encontro com os pares, tão precocemente quanto a gente quiser, proporciona-nos toda a exemplificação de que a gente precisa. E o mesmo vale para as *zonas de brincar* nas quais os adolescentes se relacionam, inclusive para a sua sexualidade.

A posteriori, entendemos agora muito bem por que, para fazer possível um trabalho psicanalítico com crianças, estabilizado e regular, não restava outra possibilidade que não fosse inventar alguma “técnica” de brincar com o brincar, sem importar quais seriam os códigos interpretativos.

E havia que inventar uma “técnica” do brincar com a palavra, para que existisse uma clínica com pacientes adultos. Assim, esse encontro peculiar, que foi chamado de *transferência*, se fez possível, gerou-se inesperadamente a partir desse brincar-juntos, que combinava *associação livre com atenção flutuante*, duas posições assimétricas do brincar.

Isso não é tudo. A entrada do brincar na cena de escritura da teoria – e evocaríamos como essa entrada costuma deixar tudo bagunçado, “de pernas para o ar”, na cena do brincar infantil: nada fica organizado como estava – consegue enviesar por fim as igualmente insatisfatórias alternativas: ou passivizar o pequeno, sob pretexto da sua colocação assimétrica, fazendo dele um eco do Outro (todo um neoambientalismo psicanalítico, não sem profundas ressonâncias aparentadas com o comportamentalismo, o qual é um desenlace surpreendente apenas para aquele que carece de toda formação filosófica) ou bem fazer de conta que o fator ambiental não conta nem como desencadeante, fazendo surgir a vida psíquica da libido ou da fantasia da criança.

Pois nenhuma pessoa grande nos ensina, quando somos bebês, a agarrar e puxar uma mecha de cabelo nem a transformar uma colher num instrumento de percussão. Mas, ao mesmo tempo, já dizemos, já citamos, não há gesto *espontâneo* que prospere sem a resposta ou a proposta espontânea da outra pessoa.

Dito na linguagem da época: pela primeira vez estão dadas as condições para que um par ativo-ativo substitua o velho paradigma ativo-passivo – em geral nunca resolvido a favor da criança – sobre o qual alguma vez Freud se interrogou, rondando uma porta sempre fechada que acabou condicionando absolutamente toda a sexualidade que a psicanálise foi capaz de pensar.

Scherzando

A segunda função do *playing* que aqui me interessa destacar é concernente à gestação de um tipo muito especial de *objeto* no próprio processo e como um dos resultados do brincar: o brinquedo. Se na linguagem comum dizemos que a criança brinca *com* brinquedos – a preposição faz supor que estes vêm de fora do brincar enquanto tal, proporcionados pelo adulto em primeiro lugar – na paisagem que desenha Winnicott, o brinquedo é fabricado no próprio interior do processo lúdico; apesar de nós “darmos” os brinquedos ao pequenino, é só *e/le* que pode ativá-los e fazê-los funcionar como tais; o clínico está cansado de ver crianças que não podem brincar, mesmo que pela no manifesto estejam cheias de brinquedos. Sem aquela ativação, o “brinquedo” é apenas um objeto entre os outros, sem especificidade alguma. Reciprocamente, a criança nos demonstra – e mais ainda no princípio da vida – que sabe fazer brinquedos com qualquer coisa. E essa coisa passa a ser um brinquedo tão bom quanto o mais sofisticado e “oficialmente” reconhecido.

Winnicott designa esse processo de *criação* em uma direção mais parecida ao que Derrida (1987) trabalha como *invenção*, mais afastada da sua primeira acepção, na qual o que é criado é a partir do nada. A verdade é que – como vimos *acima* em relação a *obstáculos* na psicanálise – ultrapassa de um modo muito pessoal a dicotomia idealismo-materialismo: se Berkeley é toda uma referência no seu fazer equivaler *ser* com *ser percebido* – o que torna a percepção um ato de criação e não de simples registro – não se coloca em dúvida a existência totalmente independente do “*not me*”; pelo contrário, a insistência em uma dimensão do outro irreduzível à fantasia e à projeção é obsessiva: porém toda a materialidade do material permanece inerte se cada experiência *pessoal* (termo cuja relevância em Winnicott não se compara em nada a seu uso eventual no campo psicanalítico) não o recria cada vez com tal força de forma tal que se repete infinitamente uma *primeira vez*: é o que torna fácil captar o gesto nascente do bebê, criando, a partir do que chamamos colher, uma divertida e salpicante maquininha musical, e criando pele bem garantida com uma mistura de baba, ranho e purê ou restos de leite alegremente estendida acima de uma superfície epitelial que não seria pele sem essa mistura; chupando o punho para fabricá-lo inaugurando-o na boca – e é necessário compreender que essa pele, essa mão, são tão *brinquedos* quanto o ursinho de rotineiro exemplo. É essa atividade lúdica a que qualifica, impregnando-a, inclusive os primeiros brotos de erogenização precoce, que sem ela não passariam de “prazer de órgão” fisiológico (ou mecânico, em patologias de dessubjetivação). Como se falássemos: sexualidade + brincar = erogenidade, “equação” cujo valor se

mantém invariável ao longo da nossa existência: um prazer sem sujeito advém sujeito de prazer pela mediação do brincar – um corpo de brinquedo, ficcional, que se acende na marcha desses processos lúdicos. Em muitas análises as crianças nos demonstrarão quanto os seus corpos podem ser ricos e flexíveis brinquedos, ao longo de múltiplas dramatizações propriamente *teatrais*.

Dito de outra forma: revisemos uma denotação de brinquedo muito estreita, insignificante.

Se o brinquedo é o tipo de objeto mais específico que cria a criança enquanto brinca, perseguir seus alcances não é coisa fácil: É a mesma coisa uma palavra-de-brinquedo – uso-o para deconstruir a ontologia da metafísica ocidental – que a palavra adquirida só por adaptação replicante? É a mesma coisa o jogo da imitação no qual o bebê se esforça por recriar um som gostoso que a ecolalia passiva? E quais são então os *alcances* deste objeto singular, o brinquedo, jamais visitado pela ontologia tradicional? Onde se detém, até onde insemina objetos que não são tais? Que significa, levado a sério, “brincar com as idéias”? Devem elas e o seu tratamento alguma coisa também ao brinquedo?

Que implica o desrespeito do brinquedo e de toda a respiração que preside a sua emergência? Que acontece com aqueles psicanalistas que fetichizam certas idéias, “respeitando-as” a ponto de não poder brincar com elas, imobilizando-as a ponto de não as deixar brincar com outras idéias, sob pretexto de que seriam muito distintas? “Não andes com esse menino, ele é...”

Se isso é assim, nenhuma técnica nem lei alguma poderiam bastar para que exista o que chamamos uma sessão; para fazê-la, deve-se encontrar um encontro no qual cada um facilite o processo de criação lúdica do outro. Crianças que chegam até nós muito doentes, muito danificadas, nos bloqueiam, nos entediam, nos angustiam ou nos saturam: não nos deixam brincar nosso jogo de diferir, como analistas, da habitual normativa de “adultos”.

O caso dos jogos regrados ou o destino da regra nos jogos é todo um caso testemunha. Costuma se conceber como se houvesse uma “lei” presidindo, em posição transcendental, um campo de jogo que ela mesma regularia. Na realidade, a regra, para que seja tal, tem que ser criada como qualquer outro brinquedo, e o seu simples acatamento pouco nos diz sobre o verdadeiro estado de coisas em relação a ela. De fato, em inúmeras sessões, os pacientezinhos começam a nos propor regras: “tal coisa não vale”, “ganha quem..”, a propósito de batalhas às quais eles nos convocam como atores-brinquedos brincantes. Regras mais fixas ou mais móveis, segundo a ocasião. Existe uma rica e ambígua transição, que vai do jogo narrativo ao de regras, e não é tão difícil apreciar o caráter narrativo que atinge até os videogames. Em conclusão, a regra se cria jogando *entre*, e não é colocada desde um fora-do-jogo. Quando parece que vem

de fora, esconde uma debilidade de fundo, por mais rigidamente que pretenda funcionar: como em um brinquedo de loja de brinquedos, falta-lhe o “lampejo divino” da criação da criança-artesã. Toda a precedência preexistência que se deseje invocar é como a do gene: nula se não se expressa por ativação. E a ativação só pode ser realizada por um ato subjetivo, um ato de brincar. Será igual tratando-se da “proibição do incesto” ou do jogo do ganso⁴.

É certo que, no desdobramento do brincar, a criança atinge seu ponto mais alto como inassimilável a uma máquina biológica ou social, e daí a raiz que Winnicott situa com o termo *experiência cultural*: arte, ciência, religião, etcétera. *Cultural*, não se diz *social*. Compreende-se a lógica dessa derivação ao perceber-se que, na perspectiva da evolução das espécies, em que o brincar substitui a “programação” instintiva, ambas as categorias possuem uma estrita correlação inversa. Por isso, “brincar” designa muito mais que uma atividade “psicológica” entre outras, uma manifestação fortuita do “simbólico” ou alguma outra disputa ontológica, uma “sublimação” entre tantas outras.

E a sua articulação com o conceito de desejo inconsciente exige problematizações que *não* se resolvem com citações recitadas: de fato, o que chamamos *desejo* costuma emergir como *desejo de brincar já* com toda clareza durante os primeiros meses de vida. No “vamos brincar...?”, que uma criança propõe a outra, ressoa toda essa flutuação que autonomiza o desejar de um objeto determinado *a priori*, *indicado* de antemão por alguma sistemática orientadora, seja biológica ou seja psicanalítica.

O brincar também cria pontos de reticências...

Molto vivace

O brinquedo está vivo. Primeira questão ao abordar uma terceira *tarefa*, um terceiro *trabalho do lúdico*.

Esse evidente caráter vivente transgride intranquiliza as fronteiras confortáveis da “vida” biologicamente entendida. Tal divisão clássica não nos serve para nada.

Assim como a psicanálise confirmou: a) que os sonhos eram uma escritura; b) que os fantasmas existiam, tomando partido pelas intuições comuns, confirma-se a partir de Winnicott; c) que os brinquedos têm vida “por conta

⁴ É um jogo de dados em que os jogadores seguem a trilha até um ponto central, a casa do ganso, semelhante ao jogo-da-glória. Nota de Tradução.

própria” para além de uma convenção consciente. Assim, toma partido pelo saber das crianças.

Não somente vale essa descoberta para bonecas e ursinhos de pelúcia: já nas mãos do bebê o bico a chupeta o fio de luz que se mexe a coisa que faz barulho ou brilha em *vermelho* ganham vida.

O brincar consiste em animar o inanimado. Exatamente ao inverso opera o autismo ou o transtorno de Asperger: um pacientezinho, do qual se suspeita essa designação, brinca do que chama “transformar”, e um animal se transforma em robô. Existem desanimações ainda piores, que apenas retêm do vivo o movimento giratório.

Mas se um deambulador manipula objetos ou escuta o rugir de um motor, não tem dúvidas de que tudo isso vive. Essa infusão de vida, atribuição de vida, funciona exatamente igual à atribuição de subjetividade que uma mulher grávida faz com o seu bebê em gestação⁵. E a ausência dessa atribuição é grave em ambos os casos.

Não é casual que Winnicott se referisse à preocupação com que a teoria se tornasse “linguagem morta”, como o pior dos cenários possíveis.

A imagem especular também deve viver, “refletir” é o menos importante, o que subsiste de um recalque. *Imaginar imaginação* fala basicamente disso.

Daí as *Toy stories*, os duplos atravessando telas, os robôs com sentimentos e preocupações próprias (v. *Guerra nas estrelas*), a multiplicidade em que a ficção ataca a problemática do vivente, inscrevendo e sustentando a sua dimensão *ficcional*. No plano subjetivo é impossível e faz dano opor vida “real” a ficção imaginativa.

E o decisivo da imaginação conserva seu peso até no plano mais recôndito da ciência.

Já é tempo de dizer: eludimos a referência a “símbolo”, “simbólico”, “simbolização”. Quase em primeiro lugar porque em bom romance usa-se demasiado em psicanálise como sinônimo de *verbal*. Em segundo lugar costuma justificar uma muito pobre concepção de *substituto* multiuso. Por último, contrabandeia teorias míticas de gênero. Obviamente patriarcais.

Por esse motivo, prefiro falar do brincar que emerge depois dos três anos, atendo-me a sua qualidade *narrativa*. A narração não é por força logocêntrica nem verbalista.

⁵ Aqui o autor usa a expressão *en ciernes*, que significa um projeto ou algo que está começando em uma fase muito inicial. Nota de tradução.

A irrupção, se aceitarmos esse viver do brinquedo e do brincar, é tão importante que empalidece a bengala do simbólico. Ainda, a delimitação que com esse termo se propõe é tão absurda como seria negar o caráter de pintura à pintura não figurativa; uma garatuja então não é “simbólico”. Mas simbólica ou não, a garatuja está viva e María Elena Walsh⁶ acerta na mosca mais do que(a ser preenchido pelo leitor).

Se conseguimos sentir essa perspectiva, o mundo dança de outra forma. E repararíamos em como é essencial que a nossa interpretação tenha vida.

E que é isso? O que devemos proteger do discurso universitário. E também do analista, tão submetido ao motivo metafísico da verdade.

Preparando a finalização, quero destacar a importância de avaliar o estado dessas três funções nas primeiras entrevistas com uma criança, em que medida possui capacidade para a alteridade, seu coeficiente de criação do brinquedo, a vitalidade que lhe infunde. Essa avaliação permite brinquedos de diagnóstico diferencial que não se sobrepõem às diversas classificações psicopatológicas disponíveis. E depara frutos mais ricos, menos convencionais. Abrem para um pensamento psicanalítico da saúde.

Arrisco uma interpretação pessoal: provavelmente foi essa *propriedade* do brincar de dar *vida* ali por onde passa que levou Winnicott a se decidir pelo termo *criação* em lugar de *invenção*, *fabricação* ou *produção*. Nas suas próprias palavras, ele que comparecia com tão grande paixão para perceber os processos de crescimento mais imperceptíveis, pôde sentir que ali morava algo “sagrado”, estranho a um saber técnico transmissível pelo hábito ocidental que ele chamava de “ter palavras para tudo”. Esse lugar onde Beethoven afirmava que apenas a música chegava.

E a música comporta uma especificidade sem parâmetro para penetrar o corpo de vida; sua função *animadora* é sem comparação, e só por isso chega até pacientes já inatingíveis por outros meios.

E ainda o enigma: brincar consiste em animar o inanimado ou o que só está em um corte parcial, cartesiano, que separa o que o brincar reúne sem opor.

⁶ Maria Helena Walsh foi uma compositora argentina que fez belíssimas músicas infantis, em que a maioria dos objetos e animais tinha vida e interesses próprios. Uma das suas músicas mais conhecidas fala da animação de todos os objetos e comidas da mesa na hora do chá. Nota de tradução.

Notas

Nota zero: Este texto – cheio de marcas, de pegadas, como corresponde – revela o impacto do encontro – faz já uma longa década – com Zeljko Loparic e Elsa Oliveira Dias, a importância de cujo persistente e *instituído* trabalho de leitura de Winnicott não havia forma de exagerar. A revista *Natureza humana* retroativamente revelou um espaço vazio, e duplamente, por Winnicott e pela ausência de uma atualização filosófica da psicanálise: ali foi possível ler textos como os de *Heidegger e Winnicott*, de Loparic, assim como outros de Joel Birman, Leopoldo Fulgencio, Jaime Coloma Andrews, e tantos outros.

Ao mesmo tempo agradece-se o encontro com colegas com os quais muito é aquilo que não se compartilha e também se compartilha a possibilidade – aproveitada ou não – de uma discussão minuciosa. E o outro não me ensina somente quando me é fácil coincidir com ele. Um exemplo importante a esse respeito é o de Alfredo Jerusalinsky, cujos notáveis e meritórios esforços por alongar o campo clínico, ao ocupar-se de crianças *a priori* excluídas da consideração psicanalítica, se vêem a nosso juízo honrados tanto pela convergência quanto pela dissidência, pois os verdadeiros problemas radicam em outra parte, na exclusão do outro, por exemplo, não reconhecendo sua existência às custas do próprio prejuízo causado por um tecido intertextual anêmico. Também pelo abuso de declarações que convertem conceitos em ordens, como quando a permanente referência de certos autores ao jogo do significante não está devidamente acompanhada por um jogar efetivo com o significante. O caso do intérprete musical cabe bem aqui: podemos apreciar a inteligência dos comentários verbais de Daniel Barenboim sobre a interpretação musical de Beethoven ou de Mahler, mas isso nos deixaria muito insatisfeitos se Barenboim não pudesse sentar-se a interpretar musicalmente e sem palavras aquelas composições.

Nota sobre Winnicott: as referências aos seus textos estão necessariamente espalhadas e *não* se limitam a *Playing and reality*, incluem uma carta – em si mesma uma comovedora tomada de posição ética – a Melanie Klein onde se fala do fato – e já não do risco – de que a linguagem teórica se tenha tornado uma “linguagem morta”, além de prevenir contra o sistema em geral, o fazer do pensamento sistema teórico (*El gesto espontáneo*. Buenos Aires: Paidós, 1988).

Sobre a relação do seu pensamento com o da filosofia inglesa, dispomos desde pouco tempo atrás de um notável estudo de Roberto Graña: *Origens de Winnicott* (São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007). Tomara que gere emulação.

A obra de Jessica Benjamin e de Daniel Stern – em boa parte publicada por Editorial Paidós em castelhano, desde 1991 – levou adiante em mais de

uma direção o mais inovador do pensar de Winnicott. Não conhecê-la a fundo a esta altura é privar-se de algo indispensável.

Nota sobre Derrida: Querer precisar demais suas pegadas neste trabalho é pretender situar o insituável. Mas, a respeito do problema da *criação*, citamos um referente inequívoco: *Psyché: la invention de l'autre* (Paris: Galilée, 1987).

(O primeiro capítulo, que oferece seu nome ao livro).

Nota sobre textos com minha assinatura: *El niño y el significante* (Buenos Aires: Paidós, 1989) foi um dos primeiros até onde eu sei – se não é o primeiro – a dedicar-se inteiramente ao brincar, seu estatuto e suas funções, desde o bebê até o adolescente, inclusive. *Estudios clínicos* (Buenos Aires: Paidós, 1992) e finalmente os dois últimos: *El psicoanálisis de nuevo* (Buenos Aires: Eudeba, 2004) e *Futuro porvenir* (Buenos Aires: Noveduc, 2009), que avançam muito mais na desconstrução da psicanálise tradicional desde o ângulo do brincar e seu lugar na existência, não só humana.

Por isso mesmo, deixei num cone de sombra nomes próprios com os quais mantenho uma explicação, porque meu interesse é uma consideração crítica da psicanálise tradicional no seu conjunto – incluindo seus postulados mais silenciosos ou silenciados, seus paradigmas, suas referências filosóficas e epistemológicas – antes que distrair o leitor com polêmicas particulares.

Sem contar com que uma das minhas grandes preocupações é o uso que se faz – *política, institucional* e teoricamente – desses textos. Uso religioso no fundamental. Do qual os ilustres autores em questão são e não são responsáveis.

Faz não muitos anos o trabalho com a minha amiga, a filósofa Alejandra Tortorelli (cujo pensamento ainda permanece praticamente inédito), intensificou a minha própria perspectiva filosófica.

Por último, o livro de Marisa Rodulfo, *El niño del dibujo* (Buenos Aires: Paidós, 1992), é uma excelente demonstração de quanto rende uma concepção da escrita livre de sujeição a uma “ordem simbólica” entendida como “campo da palavra”, permitindo a leitura de desenhos não figurativos, inclusive os muito precoces, e renovando os protocolos de deciframento. Obviamente, o Derrida de *De la gramatología* é um referente-chave de tal movimento clínico-teórico.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Jéssica. *Los lazos de amor*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

BIRMAN, Joel. Escritura e psicanálise: Derrida, leitor de Freud. *Natureza humana*, v. 9, n. 2, p. 275-298, dez. 2007.

DERRIDA, J. *Gramatología*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. *Psyché: la invention de l'autre*. Paris: Galilée, 1987.

DIAS, Elsa Oliveira. Winnicott em Nova Iorque: um exemplo da incomunicabilidade

- entre paradigmas. *Natureza humana*, v. 7, n. 1, p. 179-206, jun. 2005.
- FULGENCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. *Natureza humana*, v. 6, n. 2, p. 255-270, dez. 2004.
- GRAÑA, Roberto. *Orígenes de Winnicott*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- LOPARIC, Zeljko. Heidegger and Winnicott. *Natureza humana*, v. 1, n. 1, p. 103-135, jun. 1999.
- RODULFO, Marisa. *El niño del dibujo*. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- RODULFO, Ricardo. *El niño y el significante*. Buenos Aires: Paidós, 1989.
- _____. *Estudios clínicos*. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- _____. *El psicoanálisis de nuevo*. Buenos Aires: Eudeba, 2004.
- _____. *Futuro porvenir*. Buenos Aires: Noveduc, 2009.
- STERN, Daniel. *El mundo interpersonal del infante*. Buenos Aires: Paidós, 1991.
- WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago., 1975.
- _____. *O gesto espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- _____. Observação de bebês em uma situação reestabelecida [1941]. In: WINNICOTT, Donald W. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

TEXTOS

AS ESTRUTURAS CLÍNICAS NA INFÂNCIA¹

Alfredo Jerusalinsky²

Resumo: O texto aborda a constituição do sujeito, desdobrando ponto a ponto os elementos que, ordenados pelas leis da linguagem, escrevem sua estrutura fundamental.

Palavras-chave: estrutura, discurso, linguagem, Nome-do-Pai, saber.

CLINICAL STRUCTURES IN CHILDHOOD

Abstract: The text discusses the constitution of the subject unfolding in detail the key elements that, organized by the rules of language, inscribe his fundamental structure.

Keywords: structure, discourse, language, name-of-the-father, knowledge.

¹ Texto estabelecido a partir da transcrição de palestra proferida em 14 de março de 2009, no Núcleo de Psicanálise de Crianças da APPOA. Revisado pelo autor.

² Psicanalista; Membro da APPOA, do Núcleo de Estudos Sigmund Freud e da *Association Lacanienne Internationale*; Doutor em Educação e Desenvolvimento Humano (USP). Autor dos livros: *Psicanálise do autismo* (Porto Alegre: Artes Médicas, 1984), *Psicanálise e desenvolvimento infantil* (2. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999), *Seminário I*, *Seminário II*, *Seminário III*, *Seminário IV* e *Seminário V* (São Paulo: USP) e *Saber falar: como se adquire a língua?* (Porto Alegre: Vozes, 2008). E-mail: jerusalf@uol.com.br

É curioso que Lacan escreva a estrutura fundamental do sujeito do mesmo modo com que escreve o discurso do amo. Os quatro termos fundamentais que constituem os cortes necessários para que o sujeito se constitua estão ordenados na estrutura fundamental do sujeito, do mesmo modo que na configuração do discurso do amo, a saber:

$$\frac{S_1}{\$} \rightarrow \frac{S_2}{a}$$

Essa é a escrita da estrutura fundamental do sujeito. E essa também é a escrita da estrutura, da configuração do discurso do amo.

Não é coincidência, não é casualidade, nem tampouco descuido de Lacan. O que ele indica, com isso, é que todo sujeito, para sê-lo, tem um amo. E ninguém gosta de ter amo; discutimos e brigamos, inconscientemente, o tempo todo com ele. Essa é a nossa neurose: termos que nos confrontar incessantemente com um imperativo que corta nosso barato, por dizer assim.

Há mais de duas décadas, em 1985, participei do Congresso *A psicanálise do Brasil* no Rio de Janeiro – evento de significação histórica, que ficou conhecido como o *Congresso da Banana* –, organizado pela Causa Freudiana do Brasil, a qual, na ocasião, era dirigida por M. D. Magno. Magno é um psicanalista lacaniano que levou demasiado a sério seu próprio nome. O que é lamentável, porque sua produção, na verdade, é muito importante, sobretudo no que diz respeito à intersecção entre a psicanálise e a cultura brasileira. Seus escritos sobre a intersecção entre a psicanálise e o carnaval são interessantíssimos. Pena que ele tenha se transformado em alguém demasiado magno. Naquele momento, assim transformado, ele organizou o *Congresso da Banana*. O que, por um lado, é curioso, porque, como sabemos, banana e Brasil se dão bem, pelo menos em termos simbólicos. É uma interrogação interessante.

Nesse congresso, a tese fundamental então sustentada era de que o sujeito brasileiro era a banana. Eis aí que a banana se torna demasiado magna, porque o problema da banana é que – digo, ela não sabe que tem esse problema –, mas o problema da banana é que alguém tem que falar por ela. O que é bem diferente de que alguém fale dela. É uma diferença essencial. Quando alguém tem que falar por determinado objeto, não há um sujeito aí.

Convidados os participantes a discutirem sobre o assunto, disse, naquela oportunidade, que a banana não poderia ser um sujeito. Pode parecer uma discussão absurda, mas nem tanto, porque é a discussão de nosso tempo. Os objetos falam; os objetos são sujeitos no nosso tempo. São supostos sujeitos. Eis assim que meu computador é suposto falante. É por isso que ele me obriga

a dizer coisas que eu não digo, quando me corrige o texto. Vocês já devem ter tropeçado com esse inconveniente: ele nos obriga a colocar um plural onde não queremos; ou um singular onde nós queremos o plural; ou nos muda o gênero, porque não há concordância verbal com a subordinada; e nós não queremos concordância com a subordinada, senão com a frase principal. Tais conflitos, nós conhecemos bem. E não há negociação certamente. Coloca-se o minúsculo; e ele, o maiúsculo de novo. Quer dizer, transforma em nome próprio, em sujeito, então, algo que para nós está claro que não o é.

Assim, a questão de se a banana é ou não é sujeito não é banal. É um bananal. Digamos que o que estava sendo discutido então, sob a aparência de algo muito cômico, era algo muito sério: em suma, o positivismo.

Que o psicanalista se confunda acerca de onde há sujeito, e onde não há sujeito, é muito fácil. Afinal, estamos acostumados – fomos formados para isso – a escutar aí onde há silêncio, onde o inconsciente obriga a uma lacuna. Precisamente, o inconsciente produz recalçamento, resultando num espaço de silêncio no meio do texto. É por isso, por exemplo, que há, na história da humanidade, palavras que não podem ser escritas, que é proibido escrevê-las. Precisamente, não são quaisquer, senão as palavras que têm a ver com o recalçamento.

Isso sofreu oscilações muito interessantes na história da humanidade. Houve a Inquisição e o *Index*, por exemplo. Palavras que não podiam ser escritas e que levaram à sacralização de certos espaços vazios no Antigo Testamento. Relatos que não podiam ser referidos e que permaneceram como segredos históricos. E que notadamente têm sido o mote de vários romances de sucesso de vendas. Por quê? Precisamente porque eles descrevem uma estrutura que é a nossa. Quando um *best seller* aparece, o que está aparecendo aí é algo desse silêncio dito, ou, pelo menos, circunscrito. Às vezes, abominamos os *best sellers* pelas besteiras que eles contêm. Alguns dizem coisas inteligentes; outros, não. Mas, em geral, eles despertam uma ideia de fabricação em série e certo sentimento de indignação, como se estivessem negociando com algo muito íntimo nosso, transformando em algo comercial, numa bugiganga, algo que mereceria tratamento um pouco mais respeitoso.

Não obstante, se experimentamos esse sentimento, é porque os *best sellers*, bem ou mal, falam de algo que nos tange, que nos implica. Bem, o que é isso que nos implica? Ou, dito de outro modo, qual a posição da banana em tudo isto? Por que analistas – gente mais ou menos séria e, além do mais, preocupada em lidar com tragédias humanas – se reuniram no Rio de Janeiro, há vinte anos atrás, para discutir sobre a banana?

Na verdade, fui a esse Congresso com um sentimento entre o cômico e o indignado. Quando lá cheguei e afirmei que a banana não era um sujeito, Magno

interpelou-me: “– Quem é você para cortar meu barato?” (Textual). Então, lhe respondi: “– Sou um psicanalista”. Os psicanalistas não necessariamente cortam o barato dos outros; não nos opomos, sistematicamente, ao gozo de alguém. Não é um princípio moral opor-se ao gozo; não somos a Inquisição e, muito menos, a Igreja. Mas, certamente, registramos, somos especialistas em registrar o ponto, o traço, o lugar onde o barato se corta. Porque o lugar onde se corta o barato, ou seja, o gozo, é um lugar estruturante. Esse corte é bem-vindo quando corta o gozo do sofrimento, tanto quanto é mal-vindo quando corta o gozo ligado ao prazer. De qualquer forma, nos dois casos, o efeito do corte é que se instala um gozo Outro.

O que quer dizer um gozo Outro? Vou dizê-lo de modo muito rápido. Tal qual a mulher – porque o gozo Outro lhe é próprio –, a qual, padecendo da castração, segundo Freud, aprende a gozar dela. Isso se chama a histeria normal da feminilidade. Toda mulher que é feminina o é porque aprendeu a gozar um gozo Outro, um estranho gozo de sua castração. Eis assim que, à diferença dos homens, ela se cobre de penduricalhos e enfeites. Quer dizer, seu corpo está assinalado por todos os lados. É como se ela caminhasse pela rua com setas, que indicassem para onde os olhares têm que se concentrar, qual é o mapa da mina. As mulheres efetivamente femininas fazem da castração um teatro.

Os homens, que somos muito mais panacas, não sabemos gozar de nossa castração; nós a padecemos. E por isso fazemos guerra. Levamos a sério nossa castração e precisamos demonstrar, no real, que não a temos; e, por isso, vamos com lanças e fuzis, flechas, facas, etc. pendurados por todos os lados, exibindo uma invulnerabilidade que não possuímos. No Rio Grande do Sul, o gaúcho, com o facão atravessado na cintura, toma postura de invencível.

Isso indica que o ponto de corte, de interrupção do gozo, é o ponto fundamental. O ponto de corte, o lugar do corte, está representado pelo pequeno *a*. Pois, depois de cortar o corpo humano, simbolicamente, Lacan se pergunta: “– O que resta aí?”. Ele diz: “– O que resta é uma falta”. Pois onde se faz uma fenda, nasce um buraco e a necessidade de preencher esse buraco. Quer dizer, faz falta alguma coisa. E o que faz falta aí? Entre os animais, o que faz falta já vem feito, assim como já vem feito o corte. Entre os animais, o corte não é arbitrário; e tampouco é arbitrário o objeto que corresponde a esse corte.

Para dar uma volta a mais no assunto, a fim de melhor compreendê-lo, precisarei desviar-me um pouco da psicanálise e entrar na teoria da memória, retomada por Freud e em parte por Lacan.

Na história da evolução das espécies, a memória genética – a memória que se transmite hereditariamente por via biológica – foi armazenando compor-

tamentos eficazes para adaptação. Justamente, a tese da seleção das espécies consiste em que, dentre as mutações – arbitrárias ou aleatórias, que se produzem na genética, permitindo certos comportamentos – se opera a seleção daquelas mutações adequadas à sobrevivência da espécie, ou seja, de determinados indivíduos da espécie. Sobrevivem aqueles da espécie que partilham desse comportamento. Ao longo de mil anos, vão se produzindo comportamentos. Ao longo de milhares de anos, vão se produzindo mutações seletivas. Por quê? Porque vão permanecendo na transmissão aqueles indivíduos que têm os comportamentos adequados. Portanto, vai se depositando na memória genética, pela via gênica, a configuração do DNA necessária para que o próximo indivíduo, ou as próximas gerações, vejam poupado seu trabalho adaptativo. É assim que as espécies, na medida em que avançam na escala zoológica, têm comportamentos adaptativos, um elenco deles, fixo, inamovível, e perfeitamente complementar com o meio em que essas espécies habitam.

É por isso que os animais da floresta têm comportamentos adaptativos para a floresta; os animais das calotas polares têm comportamentos adaptativos adequados para as calotas polares. Quer dizer, o macaco, por mais que seja “mais inteligente” que o urso polar, não sabe pescar no gelo, e não tem como aprender. Então, digamos que a inteligência tem a ver com esses comportamentos adaptativos. Agora, o crescimento, a expansão dos comportamentos adaptativos na memória genética tem uma grande vantagem: a adaptação automática. Escolas não são necessárias. Não há escolas de ursos polares, não há escolas de macacos, não há escolas de raposas. A tradição é gene. Mas, quando muda o que Freud chamava de *Umwelt*, o *environment*, o meio circundante, as espécies que têm muita memória genética, as espécies superiores, se vêem em desvantagem; porque não têm como se adaptar quando o meio ambiente muda. Morrem, desaparecem, se extinguem, porque não podem variar o comportamento, já que toda sua bagagem genética – sua memória operacional, sua memória RAM, para usar um termo atual – está ocupada. Tomemos o caso dos macacos. Todos os macacos do mundo vivem entre 18°C e 32°C; nem acima, nem abaixo disso sobrevivem. Por quê? É uma questão de temperatura, flora, etc. Quando acontece queda de temperatura abaixo de 18°C, sobre este dado, o computador, no macaco, diz: “– Não há registro; zona desconhecida”. Frase terrorífica do computador, ante a qual nos perguntamos: “– O que eu fiz?”.

Conclusão: a expansão da memória genética até certo ponto é uma vantagem; a partir daí, se transforma em desvantagem, porque se torna inapta para adequar o organismo às diferentes mudanças ambientais. Parece que isso teve algum efeito no nosso corpo, o dos humanos, e então nossa memória genética encolheu. Ao longo de um milhão de anos, do *australopithecus* até o *homo*

sapiens, nossa memória genética encolheu. Temos uma memória genética desprezível, a qual não nos serve para sobreviver. Nossa herança de comportamentos adaptativos exitosos é muito pequena e, além do mais, se espera que ela desapareça. Os 24 reflexos arcaicos com que nascemos desaparecem, por automatismo, até o primeiro ano de vida; e eles são justamente restos de comportamentos adaptativos exitosos. Nos macacos, esses 24 reflexos arcaicos, que também existem nos macacos superiores – não nos macacos elementares, somente nos macacos superiores – permanecem a vida toda como automatismos. E, em nós, se tais reflexos arcaicos não se extinguirem ao longo do primeiro ano de vida, haverá uma patologia neurológica, porque eles se opõem a que entre em nós outra memória, que não é genética, e que é a memória principal dos humanos.

Essa memória principal dos humanos, o modo como nós acumulamos saber, está fora de nosso corpo e se chama discurso, está na linguagem. A linguagem é nossa memória principal. Nossa memória genética é banal. Nós inventamos um dispositivo de depósito de lembranças externo a nosso corpo, mas que funciona, como disse Saussure, como se fosse orgânico, como se fosse um órgão. Parece vivo, e está vivo, porque ele está a serviço de nossa sobrevivência, mas obedece a leis que não são as bioquímicas, nem as biológicas. Não são as mesmas leis que o DNA. Ele tem leis próprias, do âmbito da lógica linguística. É por isso que a descoberta da psicanálise, a descoberta de Freud, é uma descoberta em consonância com o darwinismo. E assim como a Igreja travou guerra contra o darwinismo, assim a Igreja travou guerra contra a psicanálise. Pois a psicanálise convergia para a mesma direção da descoberta científica fundamental acerca do lugar do homem no universo: o homem não é o centro da criação, mas é uma experiência singular, até onde alcança nosso conhecimento sobre o universo e a natureza.

Uma experiência não natural da natureza, porque essa memória externa que nós inventamos, e que se chama linguagem, é arbitrária no que diz respeito à correspondência material das coisas. Ela não obedece à correspondência material das coisas: um elefante pode fazer amor com uma formiga; uma abelhinha, se apaixonar por um cavalo; e um tijolo ser um objeto de estimação. É de uma notável arbitrariedade. Eis aí que, durante milhares de anos, submetidos a essa arbitrariedade da linguagem, que colocava em rede de relações objetos que não tinham nada a ver um com outro do ponto de vista material, os humanos tiveram que encontrar explicações místicas, divinas, para semelhante tipo de relações: a chuva e a riqueza, o relâmpago e o fogo, todas essas coisas que surgiam-lhes relacionadas em suas cabeças. Sem falar das relações sexuais, ou seja, nosso corpo significado de modo arbitrário por essa memória, não

genética, que nos obrigava a cobrir justamente aquelas partes do corpo que eram as que, pela sua maior sensibilidade, deveriam estar descobertas. É flagrante a contradição: justamente as partes do corpo com as quais se exercita a maior intimidade de conexão com o outro são as que temos ocultas, reservadas, recalçadas, banidas; é o último que o outro conhece de nós. Poder-se-ia dizer, pela lógica física, deveria ser o primeiro, já que é aí que irá se realizar a intimidade da conexão. E por que não começar por aí? Porque para produzir uma transmissão dessa ordem, da memória fundamental³, a linguagem, para funcionar, precisa não corresponder ao objeto material. Quer dizer, não se trata de uma adaptação positiva, física, porque, se assim o fosse, seria fixa. Justamente, a linguagem extrai sua mobilidade do fato de as representações, tanto das coisas como das pessoas, serem operadas por algo que se chama *significante*, e cuja função fundamental é a de significar. Por isso se chama *significante*. É um gerúndio substantivado; quer dizer que está em ato o significar. A função fundamental desse termo, que é a palavra, não é transmitir um significado determinado, como ocorre com os sinais e os signos entre os animais, já que entre estes também há comunicação. Há uma linguagem animal, a qual, entretanto, não tem a mesma função que a nossa. Eles se comunicam e possuem traços de linguagem que não têm função *significante*, cujo papel fundamental não é significar, senão transmitir um significado determinado. Poderíamos dizer que o que transmitem os animais entre si são significados. E não são poucos, pois entre os macacos muriquis há 247 signos linguísticos. Há gente que fala com muito menos – em geral, os maridos.

Mas qual é a particularidade da linguagem muriqui? Este é um macaco brasileiro, que consta entre os mais falantes do mundo. Não é por acaso. A função dos signos é transmitir significados precisos e inequívocos: certo tipo de grito quer dizer “tem banana aí”; outro tipo de grito quer dizer “estamos em perigo”. E comunicam, pois o conjunto dos macacos age em consequência com tais gritos. É maravilhoso. Só que eles não têm escolas, porque não precisam aprender o significado desses signos linguísticos. Eles já o sabem; está geneticamente estabelecido.

Ao invés, nós precisamos de escolas intermináveis. Primeiro, é o 1º grau, oito anos. Nós dizemos: “– Bom, oito anos dá para aguentar”. Depois, mais três: “– Ah, me enganaram!”. Depois, mais cinco, mais seis: “– Como? Eu já estava pronto!” Não, ainda há mais possibilidades de significação. E, depois, o

³ Lacan a chama de *tesouro do significante*. Denominação que absolutamente faz jus ao que nomeia, pois realmente a linguagem é o tesouro da humanidade.

mestrado e, depois, o doutorado e, depois, os livros que não terminam de sair. E mais significados, e mais significados, intermináveis. É impressionante. Por outro lado, é maravilhoso que sejamos capazes de inventar tantas significações, como para não acabar nunca. Só que isso nos deixa também confusos, coloca-nos uma série de dúvidas que não terminam de se resolver nunca. Nem no nosso último dia, no leito de morte, teremos certeza de qualquer coisa.

Então, os animais, aqueles que vivem com significados precisos, eles têm certeza. Por isso é que recebem o nome de selvagens. Selvagens, alguns o são devido ao fato de que, com eles, não tem conversa. Do tigre, pode-se dizer que se é inimigo, que se está a favor da ecologia, que se o considera um bichinho muito simpático, e tudo o mais; mas não tem jeito.

Um sujeito se constitui quando o corte que se opera sobre seu corpo é arbitrário; e esse corte provém da memória coletiva, não genética, que é a linguagem. Quer dizer que o sujeito não vem feito. Podemos ter algumas características hereditárias, ou, enfim, geneticamente transmitidas, algumas disposições de humor talvez, de temperamento; há gente mais ligada, menos ligada. Alguns nascem com mais terminais nervosos em certa região; outros, com um pouco menos noutra região. A sensibilidade corporal não é absolutamente uniforme no conjunto da humanidade. Mas essa variabilidade que, desde o ponto de vista físico inclusive, é muito maior na espécie humana que nas outras espécies, seguramente é produto de evolução menos determinada biologicamente. Ou seja, o fato de terem sobrevivido indivíduos da espécie humana que não possuem armazenamento de memória genética adequada para sobreviver em tal condição ambiental, por exemplo, na calota polar, ou na Sibéria, ou na Groenlândia, mas que sabem que no *shopping center* se compram agasalhos contra o frio. Isso permite que a variabilidade de sobrevivência genética entre os humanos seja maior. E de fato o é. De fato o é biologicamente. Comparando-se a espécie humana com outras espécies, imediatamente constata-se que a quantidade de genes de que dispõe a espécie humana é sensivelmente maior quando comparada com a extensão do genoma das espécies que se lhe seguem, retrocedendo na linha da evolução. O projeto genoma revelou diferença aproximada entre dois a três por cento maior, numericamente, entre os humanos e as outras espécies de mamíferos superiores. Tal porcentagem é uma enormidade numa estrutura, apesar de que possa parecer pequena; um três por cento muda tudo. Aumentem-se dois ou três por cento na memória operacional do computador, e veja-se a diferença.

A variabilidade genética aumentou, razão pela qual temos, na espécie humana, indivíduos de muitas cores, de muitos tipos de cabelo, com diversos alcances visuais. O alcance visual das águias é uniforme. O dos humanos, não;

por isso, alguns usam óculos, outros os usam somente para ler. Inventamos aparelhos, a fim de suprir tais diferenças que se tornam deficiências. Nossa capacidade de adaptação automática diminuiu. Nossa memória genética encolheu. Por isso, tivemos que criar uma memória externa a nosso corpo. Uma memória coletiva que se chama linguagem, e que, na sua condição de portadora de saber, toma a forma de discurso. Lacan denominou essa memória de um saber coletivo como Grande Outro.

Portanto, uma criança, para se constituir em sujeito, precisa da transmissão desse Outro, que se chama discurso e que é essa memória coletiva. E que não é memória de sentido, não é memória de significados. É uma memória operacional. A diferença entre nós e o computador é que o computador possui uma memória de significados muito grande e uma memória operacional, comparativamente, muito pequena. Nossa memória é exatamente inversa. Nós temos uma memória operacional enorme e uma memória de significados muito pequena. Esquecemo-nos do significado das coisas, mas a memória operacional, não. Quando começa a falhar a memória operacional, por exemplo, na doença de Alzheimer, aí estamos fritos. Aí, sim, que a coisa se torna problemática. Agora, se esquecemos o número da casa onde morava nossa avó não acontece nada, porque nossa avó continua sendo a nossa avó. Quer dizer, o valor simbólico do personagem permanece. Podem nos faltar dados, mas não importa.

Ao contrário, no computador, se faltam dados, acabou. Hoje, a memória operacional de um bom computador tem três, quatro gigabaites, a memória RAM. Nós temos a memória RAM de um bilhão de gigabaites. O computador tem uma memória informática, um depósito, vamos supor de 80GB, 120GB, 150GB. Nós temos uma memória informática de 2GB ou 3GB – e isso para aquele que tem boa memória. A memória comporta-se de forma exatamente inversa, entre os humanos e o computador. Compartilhamos com o computador coisas muito íntimas; ele guarda segredos de nossa vida que não dividiríamos com ninguém. Afinal, na vida há territórios que somente na solidão se revelam: cartas são escritas no computador, que somente nós as lemos; ou se as recebe. Entretanto, é curioso que mesmo compartilhando tanta intimidade com o computador, ao mesmo tempo, tenhamos com ele uma relação de tanto estranhamento, como para ter certa desconfiança do que ele fará com o que nós depositamos nele. Desconfiança que nasce, precisamente, do fato de ele ter um princípio de funcionamento inverso ao nosso. Ele funciona, principalmente, com significados determinados, fixos, enquanto que nós funcionamos principalmente com significados aleatórios e indeterminados, desde o ponto de vista físico, desde o ponto de vista material, e desde o ponto de vista da relação entre o signo e o significado, que não é fixa.

É por isso que transmitir a uma criança esse sistema operacional não é nada fácil. Por isso é que os pais passam muito trabalho; e um erro de lógica no funcionamento desse sistema de memória pode ter consequências drásticas e terríveis. Quando uma criança não tem acesso, não tem ponte, não tem elo com o discurso, as coisas se transformam num problema gravíssimo. Agora, as razões pelas quais pode haver um erro – impossibilidade ou claudicação – na transmissão desse sistema, dessa memória podem ser as mais variadas. Pode ser que o equipamento biológico, genético, com que a criança foi dotada não lhe permita absorver, receber e incorporar esse sistema. Ou pode ser que ela, desde o ponto de vista genético, tenha as melhores condições para isso, e os que a rodeiam, o ambiente, as circunstâncias, cooperem contra a transmissão. Entre um extremo e outro, há todas as combinações que se possam imaginar. As causas das dificuldades de uma criança, na sua articulação como sujeito, podem ser as mais variadas.

Agora, uma coisa é falar de causa da neurose; outra coisa é falar de etiologia da neurose. Etiologia significa as condições que se reúnem para que um fenômeno patológico se manifeste. Note-se bem: se manifeste. Ou seja: que as causas se tornem as condições que precisam se reunir para que, em conjunto, elas tenham a suficiente eficácia como para promover e impor a manifestação da patologia. Portanto, a psicanálise não se pergunta sobre a causa material; nunca ela se pergunta qual é a causa material de nada. Ao escrever seu artigo *Formulações sobre a causalidade psíquica*, Lacan ([1946] 1998) o faz ironicamente. Ele aí compõe uma ironia, como se dissesse: “Já que, na ciência, falam de causalidade, também vamos falar de causalidade. Vou lhes mostrar como a causalidade psíquica não é causalidade”. Por quê? Ele exemplifica: as pombas têm uma conduta sexual que está condicionada à percepção de um semelhante. Assim também os gafanhotos. Se a pomba, na idade em que o relógio genético determina que se produza a sua maturação gonadal, não tem outra pomba a sua frente, ou seja, está isolada, suas gônadas, seus órgãos reprodutores não amadurecem. Basta que se lhe coloque um espelho à frente, e ela se veja a si mesma, para que suas gônadas amadureçam. É fantástico! O automatismo genético hereditário, a memória, no que diz respeito à vida sexual da pomba, é automático e perfeito. (Bem que eu queria que minha vida sexual se organizasse desse modo... Bastaria um espelho todas as manhãs... Alguns o fazem, mas não têm muita sorte, pois igual, a insatisfação pelo vazio do lugar do outro aparece).

Por isso é que, quando fala da causalidade psíquica, Lacan lembra que nossa causalidade não é a da pomba; falamos de etiologia. A etiologia de uma patologia psíquica de um sujeito qualquer se situa, precisamente, nessa inter-

seção entre o corpo, o organismo e o discurso. Pelo modo arbitrário com que o discurso fez operar sobre esse corpo uma lógica de desejo que não obedece às condições naturais. É por isso que o humano pode desejar coisas extravagantes. Ou pode desejar pessoas, semelhantes, os quais não seriam objeto sexual, se estivéssemos em outro âmbito da escala animal.

No filme *Amores perros*, em português, *Amores brutos*, fica evidente a arbitrariedade; por isso os amores são *perros*. É evidente que os objetos de desejo amoroso, o tema do filme, demonstram aí o grau de sua arbitrariedade, tanto em termos de proibição, como de desejo. Quer dizer, o que deveria estar proibido não o está; o que deveria se aceder facilmente, não se o acede; todas as contradições e todos os conflitos.

Retornando ao ponto de partida, dizíamos que todo sujeito tem um amo. Ante o grau de arbitrariedade desse discurso no ordenamento das significações das partes de nosso corpo, é inevitável perguntar-se: por que deveríamos lhe obedecer? Lacan denomina o discurso de “Grande Outro”, um “Outro” com maiúsculo, não um outro qualquer, senão um Outro que tem o privilégio, a condição superlativa de gozar de certo poder sobre nós, que lhe permite nos impor certos comportamentos, certas significações, certos endereçamentos de nossa vida que, naturalmente, não faríamos. Naturalmente, não acordaríamos às seis e meia da manhã para ir à escola, e estudar nas escolas durante 25 anos. E o fazemos. Então, a pergunta que surge é: de onde vem o poder tão grande desse grande Outro? Esse Outro se torna grande precisamente por esse poder. O poder provém de que nós sabemos que qualquer saber que nos permita sobreviver neste mundo está aí no discurso. Ensinam-nos desde muito pequeninos; e se nós não formos buscar no discurso esse saber, estaremos fritos. Os humanos não têm nenhuma forma de saber como sobreviver senão através das marcas linguísticas que estão armazenadas no discurso. E esse grande Outro, que não é uma pessoa, é o discurso, é o saber coletivo, ele contém uma série de leis de representação. As leis desse grande Outro são leis que afetam, que ordenam, que dizem, que impõem, e estabelecem como se produzem as representações do mundo em que vivemos.

Freud ([1892-99]1988), na *Carta 52*, escrita em 1896, fez uma descoberta essencial acerca da lei fundamental do modo como se estabelecem as representações no discurso; descoberta que mudou tudo no âmbito do saber e da consciência, tal qual a descoberta de Darwin, a revolução copernicana ou a revolução de Galileu Galilei. Ela dizia aproximadamente o seguinte: o modo com que os humanos armazenam as lembranças dos objetos na memória não é sob a forma de objetos, se não de traços, de restos linguísticos. Essa é a

razão pela qual uma palavra, diz ele, é capaz de produzir em nós as mesmas emoções sexuais que um objeto material.

S. Freud, nessa descoberta – a do inconsciente – decifra de que está feita nossa memória, pois embora ela esteja armazenada no nosso cérebro, está sob a forma da linguagem. Definição retomada por Lacan, setenta anos mais tarde, no enunciado: “O inconsciente está estruturado como uma linguagem” (Lacan [1964]1979, p. 142).

A transmissão da linguagem é fundamental para que o pequeno ser humano participe do saber que o discurso armazena. E, se não receber a linguagem, ele não tem como aceder aos códigos que lhe permitam decifrar os saberes que no discurso estão. É por tal motivo que o que se altera num psicótico é da ordem do saber. Ele acredita que sabe o que não sabe. Porque seus códigos estão equivocados. Como diz Lacan, o psicótico fala uma língua estrangeira. Justamente não fala a língua do discurso. É interessante isso, porque não é que, morando na Alemanha, o psicótico fale em inglês; ou morando na Inglaterra, o psicótico fale em alemão; ou morando na Itália, fale espanhol; ou morando na Espanha, fale em italiano. Não é a essa *estrangeiridade* que ele se refere; senão a uma *estrangeiridade* muito mais radical: àquela que torna o sujeito falante de uma língua que não responde às leis do discurso, que responde às leis de uma linguagem que faz exceção no discurso – que rompe a lógica do discurso, que não obedece a ela –, que não tem amo. O psicótico não tem amo; precisa fabricá-lo, e o fabrica na imaginação, armando um personagem muito temível, ou o fabrica na perseguição, montando um perseguidor implacável. Os amos que o psicótico fabrica são muito mais cruéis do que os amos que estão no discurso. O que faz com que a reação do psicótico seja muito mais intemperada, mais violenta, muito mais imprevisível.

É assim que a pequena criança, desde o início, pode estar mostrando se ela está ou não se articulando com a lógica do discurso. E não é no seu comportamento que isso será observado; senão no deciframento de seu comportamento, a fim de averiguar se ele obedece à lógica do discurso ou não. Não é no comportamento em si.

Uma criança range os dentes. Então, se range os dentes, é psicótica? Já conheci muita criança com bruxismo que não era psicótica. Ou uma criança tem encoprese. E isso significa um prognóstico *borderline*. Essas suposições não têm fundamento. Depende do que signifique o cocô para ela, nesse ato de defecação. A anorexia precoce nas meninas é um indicador de risco de ela ter herdado um gene esquizofrênico – um dos mais recentes achados da psiquiatria biológica. Por sorte, há psiquiatria mais inteligente, aquela que respeita que a memória dos humanos não é fundamentalmente genética.

Como se inicia a transmissão da lógica do discurso? Freud e Lacan coincidem num ponto: a história começa pela identificação ao pai. Fato curioso, já que a relação primária tem início com a mãe. E bem que gostaríamos que continuasse desse modo. Só que aí vem o intruso, justamente para cortar o barato. A esse respeito, cabe lembrar uma charge de Quino. Uma mulher grávida, primeiros meses de gravidez, conversa com seu filhinho na barriga: “– Filhinho que bom quando você crescer, como vamos nos entender e...”. Depois a barriga cresce um pouco mais, e ela diz: “– Ah você já está ocupando muito espaço, já está grande, já está forte, estou louca para vê-lo”. Depois, com a barriga a ponto de explodir, ela diz: “– Bom, já está na hora de sair, quero conhecer a sua carinha”. E então, lhe responde ele: “– Mãe, eu saio somente se você mandar embora esse panaca que dorme com você”.

Esse intruso, esse panaca, que foi buscar sexo e encontrou filhos, se intromete. Se intromete, pois ele é justamente aquele que não está situado no comércio corporal direto de gozo entre o filho e a mãe. Entre estes, há um contato corporal de gozo direto, que a criança com o homem não tem. É uma diferença entre masculinidade e feminilidade importante.

Depois, se pode pensar que maternidade e paternidade não estão identificados, necessariamente, com os gêneros sexuais desde o ponto de vista físico. Sim, mas isso requer uma elaboração secundária de algo que não se opera aí. E essa elaboração secundária, o sujeito paterno, ou materno, tem que estar em condições de produzi-la. Caso contrário, haverá problemas, porque os códigos do discurso irão reclamar ao pequeno sujeito um recorte corporal que tenha a ver com o real do gozo próprio dessa tramitação que foi recalçada. Quando aparece outra marca, o código do discurso não a reconhece – como diríamos do computador, “não reconhece esse conteúdo”. Então, qual seria o destino desse estranhamento com o discurso? É o interrogante ao qual ainda não temos, historicamente, como responder. Mas é um interrogante. Não é que nos oponhamos a que haja outro tipo de adoções, como as realizadas por casais homossexuais, por exemplo. Não podemos nos opor a algo que não sabemos se virá ou não a causar dano. Até agora, o que sabemos é que faz diferença, sim, que não é a mesma coisa. Dizer que é a mesma coisa seria denegar. Desde o ponto de vista jurídico, pode ser preservar os mesmo direitos para os homo e heterossexuais, em termos de não gerar opressão por uma escolha sexual ou amorosa. Mas uma coisa é gerar a precedência jurídica, ou a equivalência jurídica, outra coisa é, psicanaliticamente, na ciência que trata do sujeito, nós nos autoenganarmos, ao dizer que é a mesma coisa quando não o é. Quais as consequências dessa diferença? Ainda veremos. São poucos os casos; além disso, recentes. Não há suficiente história a esse respeito, para decidirmos ou

para nos pronunciarmos. Por outro lado, quem somos nós para nos pronunciarmos acerca do destino do outro? A psicanálise veio descobrir a infinita variabilidade das significações possíveis. Portanto, por que iríamos tolher alguém de produzir alguma nova? Não se trata disso, mas também não podemos negar para nós mesmos; fazer uma denegação, dizendo que é a mesma coisa. Seria tomar uma atitude cientificamente perversa. Certamente não o é.

No comércio direto, corpo a corpo, que há entre a mãe e o filho, evidentemente se estabelece um gozo do qual o homem não participa, e do qual, inevitavelmente, ele tem ciúmes. Todo pai é ciumento do comércio que, com a sua mulher, o filho tem. Por melhor que seja o pai, e por mais recalcados ou negados que sejam os ciúmes, eles continuam aí. Não é por acaso que a mulher, durante o primeiro ano de vida de seu filho, fica muito preocupada, de modo geral, com as andanças de seu marido. Mesmo que confie nele, às oito da noite ela dá um toque no celular para lhe contar, durante 35 minutos telefônicos – em que ela o retirou da suposta reunião de trabalho –, todas as proezas do pequeno bebê, para que ele se lembre de que é pai. Então, ele diz: “– Bom, logo volto para casa”.

Desde a perspectiva do pequeno bebê, o pai entra na relação com o filho fora do comércio corporal de gozo que com a mãe este tem. Portanto, tudo aquilo que a mãe impõe à criança como interrupção de gozo, contrariando a ordem da satisfação, será representado pelo pai.

A satisfação – ou, conforme Freud, a experiência primária de satisfação ou afirmação primordial – adquire muito valor, justamente pela sua negativa. Quando a mãe diz “não” é porque está começando a ordenar a vida do filho numa ordem não natural. Está cortando: “– Agora, isso não [...] Teta, agora? Não [...] Agora, xixi aqui? Não [...] Acordado a essa hora? Não. É hora de dormir, etc”. Ou seja, o ritmo entre o dia e a noite, entre a vigília e o sono, tem uma base natural; há ritmos biológicos que predispõem, mas, no ser humano, são extremamente frágeis e débeis, e também se extinguem com enorme facilidade. Então, se a mãe não escreve esse ritmo no filho, dia e noite nada significarão para ele; se algo querem dizer, é no âmbito do discurso que eles estão, e não no da genética. Embora, efetivamente, a luminosidade predisponha a certa aceleração do metabolismo, etc., isso não é suficiente para governar o ordenamento do comportamento do filho.

Um neurologista japonês investigou esses ritmos biológicos chamados *circadianos*, que se encontram no recém-nascido, mas que duram apenas 30 dias. Passado esse tempo, essa disposição de alternância entre atividade e passividade desaparece, se a mãe não ordena discursivamente a vida do bebê. Pois, o que nos obriga, do ponto de vista material, hoje, a viver de dia e dormir de

noite? Nada. São inúmeras as pessoas que fazem o contrário; existem trabalhos que assim o exigem. E qual seria o tempo biológico de um piloto de avião de viagem internacional? Espero que ele não sofra de nenhum automatismo biológico que o obrigue a dormir em determinadas horas...

É a mãe quem introduz, junto ao seu bebê, o que é preciso comer, como é feita a higiene, o que é necessário cobrir em seu corpo e o que não o é. Tais arbitrariedades, que vão marcando, cortando e significando o corpo, não são da ordem do comércio de gozo, da satisfação corporal direta. É quando aparece uma outra satisfação: a que se expressa no olhar contente da mãe, quando seu filho responde à ordem do discurso. Assim o fazendo, ela lhe manifesta uma outra ordem, a qual facilmente será suposta e personificada naquele que não participa do comércio do gozo corporal direto, primário. Então, a identificação ao pai, por mais que ela seja segunda em termos cronológicos, ela é primeira em termos da importância que possui; é primária no sentido da importância que tem para marcar a relação e a posição dessa criança com o discurso.

Tal ponto de identificação, Lacan chama de Nome-do-Pai. Esse Nome-do-Pai é o significante 1, o primeiro, o primordial, o fundamental, aquele que introduz e representa o corte; não representa nenhum significado, nenhum objeto; representa uma operação: o corte. O olhar do pai não representa um significado. Quem teve um pai bem estruturado deve lembrar o olhar que nele enxergava na infância: “– Meu pai olhou para mim? Bah! Aí tem coisa! Que coisa tem? Ah! Não sei”. E até ele falar, ficava-se na expectativa. O problema é que, às vezes, ele não falava nunca. Há pais que permanecem calados até a eternidade. Isso também é um problema, pois dessa forma não ocorre precipitação de algum sentido que possa ser elaborado, e reclamamos disso.

Para que nos serve o Nome-do-Pai, esse significante operacional? No que resulta um corte no nosso corpo? Para nos perguntarmos, a partir do corte: por que esse corte? Para quê? Que significa? Que lógica corporal é essa que ele me impõe, que me coloca em posição de perguntar ao discurso o que tenho que fazer com meu corpo? Um saber, S_2 . S_2 é o saber. O Nome-do-Pai corta em mim, marca, neste contínuo indiferenciado que é meu corpo, uma posição desde a qual eu possa perguntar qual o saber que me corresponde nesse feito, nessa circunstância, nessa condição. Por isso, do S_1 se passa ao S_2 . Isso é o que aparece na superfície.

Desde a perspectiva do pequeno sujeito, sob tal situação, o que acontece em sua memória não genética? O que ali se precipita? Uma condição de sujeito que outro me outorga, porque me habilita – colocando nesse corte a pergunta – a perguntar que saber me corresponde. Habilita-me, não no campo natural de minha biologia, senão que me habilita a participar da lógica do discurso.

so. Inicialmente, ainda de modo muito elementar; pois o que pode perguntar uma criança de meses? Nada. Mas pode demandar, pode solicitar. Então, eu grito: “– Será que o outro virá?” Se o outro vem: “– Interessante, neste mundo tem mais do que bananas”. Os gritos valem, valem significância, têm um efeito. Por isso, quando, ao apelo da criança, a mãe não responde, ou é indiferente, o estrago é muito grande, já que se trata da fundação de um sujeito. Por isso, a depressão de uma mãe, no primeiro ano de vida, é catastrófica, e tem efeitos que perduram a vida toda; os quais uma análise, na transferência, às vezes, consegue corrigir em certa proporção, mas dificilmente em sua totalidade.

Essas marcas são estruturantes por bem, ou por mal; na boa direção, ou na ruim. Porém, se as coisas vêm mal inscritas – se na operação entre o Nome-do-Pai e o saber falha essa passagem, a da inscrição primordial – a situação ainda pode ter seu rumo corrigido se um analista se ocupar dela bem cedo; se isso acontece dez anos depois, não. Razão pela qual a intervenção precoce é tão importante, assim como a detecção precoce.

O sujeito não vem feito, ele está no momento de sua estruturação. Se ele já viesse feito, não seria importante a intervenção precoce, e, sim, a resignação: “– Já está feito”. Basta falar com os pais para que o aceitem. Aqueles que consideram que os quadros psicopatológicos graves vêm feitos geneticamente e aqueles que consideram que a posição do indivíduo da espécie humana já está feita mental e geneticamente ensinam aos pais a se resignar com a situação, e não a transformá-la para buscar alguma mudança de estrutura. Por isso, as estruturas psicopatológicas da infância são necessariamente indecidas do ponto de vista lógico, porque elas se decidem no andar dessa inscrição, na medida em que a experiência do sujeito vai lhe confirmando a falha com que foi inscrito. E se essa experiência é corrigida, é interrompida, e transformada precocemente, a inscrição muda. É por isso que existem autistas que se curam, apesar da declaração absurda de que não há cura para o autismo. Não digo que todos os autistas se curem; dependerá da razão que impede que o S1 produza o corte. Mas não há como negar que existe uma boa porção de razões pelas quais um Nome-do-Pai pode não fazer corte; e existe uma boa porção dessas razões que se ignoram. Como declarar que sei algo sobre o qual os pais ignoram e que pode vir a lhe dar o poder de acabar com o sujeito que aí poderia nascer? Em nome de quê? Isso pode ser em nome de uma inquisição religiosa, que se chama positivismo. O positivismo criou uma religião.

Sob essa operação manifesta do Nome-do-Pai, há um sujeito que se relaciona com um resto de objeto – o que restou dessa operação – e com certa forma da falta. Por isso é que, com nosso corpo, nós mantemos a vida toda uma relação vergonhosa de gozo oculto, de intimidade proibida que não é levada

adiante. Sabemos que, com nosso corpo, poderíamos explorar o gozo desconhecido que não exploraremos. Estou falando dos neuróticos. Nos psicóticos, como neles fracassa essa barragem, emerge a relação com os objetos primários, aqueles residuais de seu corpo; e é por isso que o psicótico tem com suas fezes, com sua urina, com seu suor, com sua sujeira, com seus genitais, com sua excrecência, com a comida, tem uma relação que aos neuróticos resulta-lhes repulsiva. Precisamente porque foi nestes recalcado. Agora, isso que foi recalcado, por mais que nós o rejeitemos, inconscientemente, nos faz falta. É por isso que, nas piadas, os objetos primários retornam: o cocô, o xixi, o pinto, o peito, retornam nas piadas; elas tematizam essa falta. Nós rimos precisamente de que alguém se equivoque – as piadas são assim, alguém se equivoca na pequena historinha, e acaba revelando seu gozo secreto, sem se dar conta de quão é vergonhoso o que acabou de revelar. Então, nós rimos dele. Mas, ao fazê-lo, estamos rindo de nós mesmos. Por isso, eu sempre digo, o riso mais honesto é aquele que ri de si mesmo.

REFERÊNCIAS

- FREUD, Sigmund. Carta 52 (6 de diciembre de 1896). Fragmentos de la correspondencia con Fliess [1892-99]. In: FREUD, S. *Obras completas*. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- LACAN, Jacques. Formulações sobre a causalidade psíquica [1946]. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *O seminário – Livro 11; Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* [1964]. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TEXTOS

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Daniel Paola¹

Resumo: O presente artigo propõe a disjunção entre o início da primeira relação sexual e a entrada na adolescência, sendo esta última situada fora do tempo cronológico. Trabalha, também, com a articulação da *não-função*, daquilo que falha, com o gozo. O artigo ilustra essa discussão através da gravidez na adolescência.

Palavras-chave: iniciação, adolescência, passagem ao ato, gravidez.

PREGNANCY IN ADOLESCENCE

Abstract: The present article proposes the disjunction between the first sexual intercourse and the entry in adolescence, the last being situated apart from chronological time. It deals, as well, with the articulation of *no function*, of what lacks, jouissance. The article illustrates this discussion through pregnancy in adolescence

Keywords: initiation, adolescence, passage to the act, pregnancy.

¹ Psicanalista; Membro da *Escuela Freudiana de Buenos Aires*; Autor de diversos artigos e livros, dentre eles: *Lo incorpóreo* (Homo Sapiens, 2000), *Erradamente la pulsión* (Homo Sapiens, 2005) e *Transadolescencia* (Letra Viva, 2007). E-mail: purple@sion.com

Não há iniciação sexual

A definição do termo *adolescência* traz de *início* o primeiro problema. Não acho prudente defini-lo exatamente ligado ao cronológico, já que existem sujeitos que se comportam a vida toda como adolescentes, acreditando que efetivamente há *iniciação eficaz no que diz respeito ao sexual*.

A própria experiência demonstra que a eficácia não existe por saber. Que um indivíduo transite pela primeira relação sexual não é garantia de nenhuma iniciação, uma vez que não assegura nenhuma eficácia de função na próxima relação sexual.

De toda forma, atravessar esse momento de *início*, fato que geralmente transcorre na *adolescência*, não é igual a não o fazer, já que é justamente então que se coloca à prova uma inscrição irreduzível do sujeito, refiro-me ao recalque primordial, que atua como suporte para tolerar a perpétua falta de garantia no que diz respeito à função.

É no seminário *Os nomes do pai* ([1973-1974] 1981) que Jacques Lacan desenvolve esse ensino. Que não haja iniciação, quer dizer que não há mais do que um véu de sentido para o sujeito. Assim, não seria possível despertar de forma alguma após uma iniciação, pois não há possibilidade de fazer disso uma inscrição. Haveria portanto um registro no qual é possível supor a falta de inscrição: esse registro é o *real*.

Não há iniciação no real quer dizer que todo sujeito deverá suportar a consequência da diferença entre o *imaginário* e o *sentido* que nele se imagina. Essa consequência é a ineficácia de todo sujeito para estabelecer uma *inscrição de início*. Portanto, dizer que *não há iniciação* é o mesmo que dizer que *não há relação sexual*, e também é não supor que a *iniciação* estaria ligada ao sexual.

Nesse sentido, S. Freud teria sido, segundo J.Lacan, um verdadeiro incauto do real, por nunca se ter valido do estabelecimento de uma iniciação e, ao contrário sim, eu acrescentaria, de uma retroação inconsciente, para demonstrar o retorno do recalco.

E dever-se-á pensar também que essa retroação impõe ao ser falante a convicção de que existe fim, embora não haja início. Poderá haver um momento de concluir, caso se entenda que só existe o instante de ver, e o escópico está sempre esburacado de escotoma.

O que não funciona

Esclareço que, quando insisto em sustentar que a *adolescência* poderia ser um tempo que dura a vida toda, não estou me referindo a uma vulgar configu-

ração da imagem que o indivíduo porta, seja em hábitos, vestimenta, música preferida ou inclusive em condutas sexuais. Aquilo que liga à *adolescência* está relacionado à crença falsa de atingir uma iniciação que seja garantia eficiente de função, seja do sexual, seja do próprio inconsciente.

Essa crença é própria de toda *mentalidade* pela qual transcorre cada ser falante e que certamente poderia concluir em vida, caso se tolere, a inexistência dessa garantia que recai sobre a função.

A *mentalidade* é um espaço extensamente desenvolvido por J.Lacan nos últimos *seminários*, de que se deduzem algumas considerações. Não será já a mesma coisa pensar o conceito de inconsciente sem aludir ao *sentimental* do ser falante, enquanto o amor e o ódio, como *ódioamoramento*, constituem o obstáculo próprio ao qual se aferra todo sujeito para não se deparar com a essência da significação: *existe o que não funciona*.

A gravidez exigida pelo registro imaginário é de tal magnitude que a invenção da psicanálise, desenvolvida por S.Freud, nos situa em relação ao *lapso* como paradigma do inconsciente de forma positiva. Foi assim que, através do *lapso*, muitos psicanalistas acreditaram poder chegar a alguma *quinta-essência*, porque a versão primeira, como correspondia, demonstrava um descobrimento sem falha.

Ao invés disso, uma releitura de S.Freud em virtude da extensa contribuição de J.Lacan, não deixa entrever nenhuma euforia, seja genital ou seja aquela provocada por um atravessamento fantasmático. Aquilo que universaliza a existência do inconsciente é, mais precisamente, a própria falha, que tem como pano de fundo a *não-função*.

Sob esse critério, de que vocês poderão ou não compartilhar, a direção da cura é mais um processo que, mediado pelo *lapso*, como paradigma do inconsciente, leva a desprender-se de todos aqueles fonemas que se associaram ao transcendental dos primeiros anos de vida. Como resultado desse devir, ficará a existência ligada à mesma estrutura do sonho, com seu umbigo ou escotoma, dando a esse buraco o privilégio de constituir-se na via de saída de tudo o que se paga como usura de *falsas verdades*.

A frase de J.Lacan ([1976-1977]1998), na aula de 19 de abril de 1977, que para mim dá testemunho desta temática, encontra-se no seminário *L'insu...* e diz assim: "Teríamos que tentar, como o enuncia S.Freud, ver sobre o que está fundado esse algo que não funciona senão para a usura cuja verdade está suposta"(p.115).

Ou seja que a questão que se desenvolve na *adolescência* a respeito da *não-função*, e que leva ao estabelecimento do sintoma, é própria da essência que atravessa e aprofunda toda análise, porque, segundo o meu critério, toda

análise será a insistente demonstração do que *não funciona* e pelo qual o sujeito paga um preço desnecessário, chamado gozo, devido a que é preciso sustentar uma *falsa verdade*. Se não se adverte que essa *não-função* é realmente operativa e se chama *falo*, a consequência será a constância de um *tabu: a virgindade*.

Efetivamente, a vida e a clínica psicanalítica nos demonstram que seria possível existir com pleno uso da *virgindade*, na espera de uma perpetuidade da consolidação da garantia da função universal que não produz errância. É óbvio, que ao referir-me à virgindade, não estou fazendo absolutamente alusão ao genital, senão a um estado da mentalidade na qual o sujeito acredita, acima de tudo, no que *sempre funciona*, seja na psicopatologia, na religião ou na injúria.

A passagem ao ato

Eis aqui então porque hoje chegamos a um território ainda mais vivo..., aquele que conota os momentos da repetição. A repetição já falei a que ela corresponde: à passagem ao ato como fundadora do sujeito (Lacan, [1967-19] 2004, p.250).

A citação pertence ao seminário de J. Lacan *A lógica do fantasma* ([1966-1967]2004), aula de 19 de abril de 1967. Nele podemos apreciar que a constância da *repetição lança o ser falante numa* dimensão de *fracasso do gozo*, a qual o sustenta prioritariamente no sentido de que aporta a *alienação*.

Mas o primeiro movimento do sujeito não é *sem passagem ao ato*. Vale dizer que para se instalar no circuito da *repetição*, que vela a *alienação* com seu sentido, é necessário primeiro passar por uma desapareição súbita de uma cena para instalar-se em outra.

Essa passagem, que é *passagem ao ato* e se realiza sem saber, acontece pela primeira vez na *adolescência*, e é justamente aquele que de uma cena a outra atravessa a aversão ao sentido, que aporta o que *não funciona* como *falta de qualquer garantia*.

A passagem da angústia ao fantasma não é sem uma primeira *passagem ao ato*, que instaura, dessa forma, no sujeito o sinal do que *não funciona* e que se encontra no coração de todo sintoma.

Assim, é comum encontrar os primeiros acessos de angústia na *adolescência*, que são reconhecidos pelo sujeito pela comoção que repercute no corpo. Esses acessos estão determinados pela irrupção da passagem de uma cena válida unicamente por retroação e que corresponde à infância, e outra com validade sexual. Nessa última, o sentido da alienação oculta a falta de garantia

determinada pela *não-função*, que determina a ausência de inscrição de algo no sujeito que realmente funcione: *trata-se da passagem pelo falo*.

A gravidez adolescente

Uma vez feita a introdução, poderia afirmar que: *a gravidez na adolescência é anterior à passagem ao ato, que introduz a angústia no fantasma*. Se é possível constatar a presença de angústia por causa de uma gravidez, poderia sustentar-se, ao contrário, que essa passagem já teria sido efetivada, com a consequente culpabilidade do supereu como índice dessa falta de garantia que estabelece a *não-função*. Estaríamos num tempo de declínio desse período da vida.

A série poderá escrever-se assim: *gravidez-passagem ao ato-angústia*. Ao chegar na angústia, como tempo final, poder-se-á dizer que existiu passagem ao fantasma, que sela com o sintoma a essência da falta de garantia.

É comum constatar, na clínica analítica, como adolescentes de ambos os sexos transitam pela gravidez *sem* apresentar nenhuma angústia. Essa angústia, em compensação, é vivida pelos pais como uma falha do seu fazer, ao passo que o adolescente transita por um caminho de inibição, sem dar fé plenamente do problema.

Alguns poderão fugir da angústia a vida toda e ficar grávidos perpetuamente como forma de garantia. Mesmo se o adolescente produz uma gravidez sem angústia, também poder-se-ia afirmar que o caminho da série já se iniciou e que mais tarde ou mais cedo esse afeto irá aparecer na vida do sujeito, quando se efetuar essa passagem de sentido ao fantasma que posiciona diante da *não-função*.

Se, caso contrário, a angústia estiver presente na adolescente grávida ou no adolescente que a engravidou, o resultado será outro, seja porque a *adolescência* precisamente é concluída com esse ato no qual se produziu a gravidez, ou porque já tinha acontecido essa passagem e já existe um sintoma que oclui a *não-função*.

Haverá então distintos tempos. Se a gravidez se produz quando não houve ainda a passagem da angústia para o fantasma, a consequência será pior e a repercussão ficará como um estigma que se acrescentará ao sintoma, ao estilo do imodificável, quando essa passagem, cedo ou tarde, se produza. Se, caso contrário, a angústia invadir o adolescente, em relação às consequências que deverá enfrentar, a constituição do sintoma de alguma forma antecede, sendo então menor o perigo de uma *passagem ao ato*, porque essa passagem já se efetivou e foi fundante.

As passagens ao ato, as quedas da cena protagonizadas por um sujeito, são muito mais tratáveis pelo psicanalista se já aconteceu uma primeira passagem, fundante da passagem de sentido que estabelece a primazia fálica.

Será difícil falar da temática da gravidez com o adolescente se não existir a angústia. Nesse caso, a gravidez conduzirá ao desinteresse pelo produto, que implicará em depositá-lo nos pais, os quais, geralmente, sentem a responsabilidade da qual o filho carece. Esse sujeito que carece de interesse pelo produto, mais tarde ou mais cedo ficará implicado como objeto, da mesma forma em que ele o produziu.

Mas se, pelo contrário, a angústia o comove, de acordo com o tempo no qual seu fantasma está operante, a possibilidade de tramitar um encontro efetivo com o produto será maior, e o futuro ficará mais leve das consequências de um *supereu* arrasador.

A palavra *produto* situa certa ambiguidade em relação ao resultado final da gravidez. Mas certamente, o enfrentamento das consequências da lei será mais tolerado se existir a angústia no adolescente (Lacan, [1962-1963] 2005, aula de 19/12/62).

REFERÊNCIAS

- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 10: a angústia* [1962-1963]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- LACAN, Jacques. *La logique du fantasme. Séminaire 1966-1967*. Paris: Éditions de l'Association Lacanienne Internationale, 2004. Publicação não comercial.
- LACAN, Jacques. *Les non-dupes errent. Séminaire 1973-1974*. Paris: Éditions de l'Association Lacanienne Internationale, 1981. Publicação não comercial.
- LACAN, Jaques. *L'insu que sait de l'une-bévue s'aïlle à mourre. Séminaire 1976-1977*. Paris: Éditions de l'Association Lacanienne Internationale, 1998. Publicação não comercial.

Enviado em 12/09/2008

Aceito em 28/10/2008

Revisado por Otávio Augusto Winck Nunes

TEXTOS

A ANGÚSTIA DA DANÇA ADOLESCENTE¹

Ângela Lângaro Becker²

Resumo: Este texto traz a Dança como inscrição do corpo adolescente no campo do Outro em direção à sexuação. Essa travessia requer uma escritura que refaça o corpo para coreografá-lo no ritmo da Voz do Pai e não mais no embalo materno.

Palavras-chave: angústia, dança, adolescência, sexuação.

THE ANGUISH OF TEENAGE DANCE

Abstract: The article approaches Dance as an inscription of the teenage body in the field of the Other towards sexuation. This passage requires an inscription that can remake the body in order to choreograph it in the rhythm of the Father's voice and no longer in the beat of the mother.

Keywords: anxiety, dance, adolescence, sexuation.

¹ Trabalho apresentado no Congresso da APPOA, *Angústia*, em Porto Alegre, outubro de 2008.

² Psicanalista, Membro da APPOA. Mestre em Psicologia Social e Insitucional (UFRGS). E-mail: angelalbecker@gmail.com

Falar de corpo dançante na puberdade é falar dos movimentos necessários para a reconstrução de uma nova imagem corporal; é falar da coreografia de um corpo na tentativa de compor uma nova escrita que o represente no campo do Outro; tentativa de se fazer reconhecer pelo Outro através dessa operação de ser homem ou ser mulher.

Dançar pode ser entendido como todo movimento posto em jogo no corpo que se direciona à sua captura no fantasma. Assim nos descreve a dança Daniel Sibony, no seu livro *O corpo e sua dança* (1995).

Na adolescência, o fantasma infantil é posto à prova, perturbado pelo Real da puberdade, que coloca em risco as construções infantis. É finalizada a latência; então, não é mais possível deixar o sexo de lado. A criança, objeto do fantasma materno, para advir como sujeito, precisa operar o tempo da separação. Na adolescência há um segundo tempo de separação, o que implica também criação. Criar é refazer o fantasma, buscar novos cenários para que esse novo corpo ganhe sentido e lugar. Criar é reescrever o corpo de modo que possa ser reinscrito. Compor essa travessia para a inscrição de um novo corpo no campo do Outro é o que podemos aproximar do dançar.

O fantasma que sustenta o laço com os pais da infância não é mais viável no tempo adolescente, e isso faz retornar o enigma: “O que o Outro quer de mim?” A desmontagem do fantasma infantil e a reconstrução do espaço pulsional entre o sujeito e o Outro exige ressituar os significantes que sustentam esse novo sujeito no mundo. Trata-se então de reconstruir o espelho, buscando uma nova organização entre espaço e tempo, na direção de um sintoma agora mais explicitamente sexual, mas ao mesmo tempo fazendo laço a este Outro social. O sintoma, anteriormente efeito das imagens parentais, será enlaçado agora com os enigmas do Outro sexo e da cultura.

Essa passagem, entre o mito individual e o social, põe em jogo um processo de construção de novas imagens, através de novos movimentos, novas coreografias e novos limites na relação entre sujeito e Outro. Isso se opera, muitas vezes, através de formas transicionais que possam acolher essa passagem, esse estado fronteiro, próprio da operação adolescente. Uma das formas transicionais produzidas e buscadas pela adolescência é justamente a dança.

A dança adolescente é invocada, convocada pelo Outro. A puberdade faz explodir esse efeito dançante, pois o movimento é de partida dos lugares reconhecidos da infância e nessa passagem é preciso coreografar em direção ao Outro que invoca. Conforme Sibony (1995), a dança é uma aproximação de seu próprio corpo, enquanto que próximo e estrangeiro; é o que está na mão e é o que escapa. Encontro do corpo por ele mesmo, do corpo enquanto mundo, num batimento que abre e fecha o espaço físico.

Carol, adolescente com 18 anos, depois de alguns meses do início de sua análise, consegue enunciar uma razão de estar ali. Sua preocupação é seu corpo. Confessa nunca ter se sentido bonita e sempre ter tido dificuldades de se integrar no grupo com outras meninas. Nunca foi bonita nem desejada como elas. Surpreendente, pois sua beleza é bastante evidente. Mas, por entre as lágrimas que escorrem no seu rosto, ela se diz muito parecida com o pai. A mãe, sim, é linda, mas ninguém saiu muito parecido com ela. Carol é a única menina, os outros filhos são todos homens, mas justamente ela é a cópia do pai.

– Onde estão meus traços femininos? Parece se perguntar. – Como ser mulher, tomada por um discurso em que a única reconhecida como tal, a mãe, é tão única que não declina desse lugar único; portanto, não se deixa identificar?

O desejo de Carol em ser mulher se confunde com a preocupação em emagrecer: – Preciso emagrecer pra poder usar saltos e saia. Se eu estou gorda, não adianta usar tudo isso; não fica feminino.

Ela lembra de um apelido que tinha desde criança e que a identificava como gordinha. Não quer mais esse apelido, mas, ao mesmo tempo, ainda fica comovida quando alguém se refere a ela dessa forma. Apegada a essa imagem infantil, não sabe como compor a passagem que a faça ultrapassá-la. Carol não briga, não reage, não protesta. Fala se lamentando e chora. Seu choro é sem expressão; enquanto fala, suas lágrimas escorrem, às vezes com o mesmo meio sorriso do início da frase. A inércia de seu rosto faz pensar no quanto se sente sem poder mover-se desse lugar infantil assexuado.

Didier-Weill (1999) nos fala que o corpo, quando cessa de ser simbolizado pelo ritmo da pulsão invocante, é tomado pelo que ele tem de mais real: seu peso. A dança que não chega a seu endereço é como um corpo que se agita no vazio ou se torna inerte. Ao invés de ser um potencial de deslocamentos, se torna inibido e impotente. O corpo dançante é aquele que possui dupla dimensão: uma visível e manifesta, outra secreta e latente. Entre esses dois corpos está o abismo a viver e a ultrapassar. A dança do corpo está entre essas duas dimensões: entre a carne viva carregada de memória e a memória invisível sempre pronta a se encarnar.

Na infância, Carol estudou balé, o que lhe exigia vigilância corporal permanente. Esta era exercida pela mãe, que controlava minuciosamente sua alimentação, para que seu corpo se aproximasse ao das “sílides”, exigidas pela dança clássica. Hoje Carol segue ainda a música da mãe, mas já não dança mais. Corpo vigiado é tornado demasiadamente visível, isto é, sua materialidade se excede. A voz materna, que na adolescência teria que reafirmar o segundo tempo dessa inscrição simbólica, confirmando-o como dançante, parece não

ter operado. Teria falhado esse segundo tempo da pulsão invocante, justamente no momento em que foi preciso que o corpo de Carol saísse da especularidade e que pudesse ganhar invisibilidade para advir como imaterial e poder tornar-se mulher?

A invocação a uma posição sexuada se conjuga com o olhar na forma de não mais se poderem evitar as questões do que é “olhável” e da estética desse “olhável”. Diz Eric Bidaud:

O que sou eu sob o olhar do Outro, e o que é este Outro, sob o meu olhar? Um objeto atraente, um objeto de desejo ou inversamente, um objeto sem atrativo, pendendo para o lado do risível, do vergonhoso e, mais ainda, da feiúra? (Bidaud, apud Costa e Rinaldi 2007, p. 201).

É no espaço entre o interior e o exterior, o íntimo e o estrangeiro que os objetos voz e olhar vão transitar. Objetos pulsionais que, num segundo tempo, delimitam as bordas dos buracos do corpo. Na adolescência, para que esse corpo se torne sexuada, será preciso que surja nesta extimidade a voz e o olhar que representarão o Outro-sexo.

Num dado momento, Carol chega com a idéia de uma tatuagem, notícia grave, causa espanto e se perguntam por quê? O que foi que não fizemos, para que ela leve a decair dessa forma sua imagem? Por que fazer uma marca tão definitiva? Marcar esse corpo de menina com algo que nada tem a ver com a família? O pai a proíbe; ela entristece e sonha em poder convencê-lo...

A tatuagem faz parte do velamento necessário nesse encontro de olhares. Provocar o olhar é tão importante quanto velar o corpo. O olhar paterno não é um simples olhar; trata-se da angústia de ser eleita; por isso é preciso velar-se. Na adolescência, a menina passa da avidez da demanda do objeto oral materno para a amargura da demanda de ser olhada. A relação entre a pulsão escópica e a oralidade faz com que o medo de ser devorada pela mãe dê lugar à vontade de ser comida pelo pai. Assim, ganha muito sentido o que diz Carol, quando refere que precisa estar magra pra se sentir feminina, pois a interdição à comida tem como sucedâneo a interdição ao amor.

Diz Paul Laurent Assoun:

Para romper o laço com a mãe, é preciso eleger um pai e fazer-se eleger pelo pai. O que ela espera do pai? Que ele lhe prometa ... o quê?

- que a amará (tanto, melhor e de outra forma que aquela pela qual nunca foi amada pela mãe);
- que ele lhe fará um filho (no fantasma, para sustentar seu desejo de ter, um dia, um filho real);
- que ela será uma mulher (entendamos que ela a isso tem direito e que sua mãe não será obstáculo a isso) (Assoun, 1999, p.185).

O velamento do corpo na adolescência é a apresentação dele como um rosto. A expressão *visage*, usada por Bidaud, se refere a essa *rostificação*³ do corpo, que diz respeito tanto à roupa, à maquiagem, à tatuagem, ao *piercing*, quanto ao gesto, ao caminhar, à relação com o espaço, ao ritmo, a tudo aquilo que faz parte desse jogo de descobrimento-recobrimento, na troca de olhares e na invocação do Outro.

O corpo é olhável, na medida em que ganha rosto para o Outro. Rosto-homem ou rosto-mulher é inscrever o corpo como sexuação, identificá-lo. Esse jogo entre interioridade e exterioridade é próprio da construção de uma nova imagem corporal que busca Carol.

A tatuagem que ela propõe, assim como a coreografia de uma dança, são escrituras do corpo, sendo que uma acontece na superfície da pele e a outra na relação desse corpo com o espaço e o tempo, mas ambas se fazem para desenharem um novo rosto, endereçando essa escritura à leitura do olhar do Outro. Escritura no corpo e leitura do corpo fazem parte dessa “rostificação” que está aí não apenas para ser olhada e invocada, mas também para ser lida.

Ler e escrever referem-se à pulsão escópica e invocante, e, assim como a voz e o olhar, a leitura e a escrita só se tornam próprias depois de fazer essa passagem, necessária ao adolescente, da apropriação do olhar e da voz maternos: Jean Bergès (2008) nos fala, na sua obra *O corpo na neurologia e na psicanálise*, que o adolescente retoma as inscrições da infância, inscrições da fala da mãe, retoma o que foi dito e esquecido, recalcado e, num segundo tempo, faz desse saber até então sem sujeito, renascer como um sujeito que lê. Ele nos diz que o mais importante para o adolescente é aprender a ler. Assim como o bebê demanda o testemunho do adulto sobre o que ele vê no espelho, o adolescente demanda a confirmação do que está lendo. Mas como a leitura de sua imagem lhe escapa o tempo todo, o adolescente fica jogado à imposição

³ Rostificação: expressão usada para referir a importância do lugar das duas pulsões: o olhar e a voz na constituição da imagem do corpo, a partir do encontro com o Outro.

dessa demanda ao Outro de lhe confirmar quem ele é. A tatuagem endereça-se a essa leitura possível. Mas, para poder ser lido no campo do Outro, é preciso ter se desvinculado do primeiro endereço, que é o corpo materno; é poder escrever uma nova coreografia para o corpo, nessa ultrapassagem do íntimo-familiar.

A queixa de Carol é de que, para se transformar em mulher, precisa fechar a boca. A oralidade, como nos lembra Bergès, está relacionada com as teorias sexuais infantis. Na adolescência, momento de reedição destas, é preciso guardar segredo; portanto, é preciso fechar a boca. O que nos diz Carol, com sua oralidade, é que seu corpo está desnudo, exposto, ameaçado de ser descoberto. A idéia de tatuá-lo parece ser seu desejo de velá-lo, encobri-lo ao olhar e à escuta do Outro, ancorando-se noutra forma de pertença, de uma pertença social. O pai bem percebe do que se trata, pois fica enciumado e pergunta por que ela precisaria de outra pertença, se já a possui.

Pertencer a quem agora, se pergunta o pai?

A tatuagem que Carol sonha em fazer representa o jogo da capoeira, grupo do qual a amiga faz parte e a que ela secretamente sonha também pertencer. Portanto, o desejo de Carol vai na direção de não apenas validar sua nova versão do sexual, mas também de poder coletivizar seu corpo, dando-lhe a marca de uma dança-ritual.

A capoeira é dança, mas também luta; aliás, como diz a bibliografia específica que a descreve, é uma dança que disfarça uma luta, pois os escravos encobriam sua resistência através desse modo de dançar.

Para Carol, não deixa de ser uma resistência, pois é preciso lutar para não estar seduzida por esse Outro materno. Podemos pensar que a luta também tem importância para Carol, na medida em que contrasta com sua passividade; não há sinais de luta nos seus protestos; aliás, são lamentos tristes, como algo já perdido antes de ser tentado.

A agressividade está presente necessariamente nessa passagem ao social, como refere Lacan (1981), quando nos descreve o complexo de intrusão, no seu texto dos complexos familiares. Na referência a um terceiro, o semelhante transforma-se em rival. Embora Carol se coloque como perdedora na competição feminina, seus rivais, nessa luta da capoeira são também masculinos. A vivência pulsional edípica reeditada pela adolescência traz a figura do rival de forma contundente. Ser aceito, incluído, estar por dentro, é poder estar protegido no seu lugar por um terceiro, que faz valer a função simbólica e que protege os lugares; ao contrário, estar excluído é estar ameaçado da perda de seu lugar.

A roda da capoeira é o espaço transicional onde se alterna o dentro e o fora, onde há alternância dessas posições de excluído, incluído e onde a voz do

Outro, na música do instrumento sagrado, o berimbau, faz a função desse terceiro.

A relação, antes exclusiva ao pai, precisa dar lugar a outros mestres, nos quais o adolescente suporá o saber sobre o gozo materno. Esses mestres da capoeira, cuja voz fica representada pela música do berimbau, garantem sua dança na imaterialidade de seu corpo. O jogo sexuado é possível com o rival, e ao mesmo tempo camarada, porque seu olhar, ao invés de deixá-la nua, como puro corpo, aceita sua dança na invisibilidade.

A forma circular dessa dança em grupo faz a função tão necessária ao adolescente desse espaço de transicionalidade. A roda sustenta a imagem corporal e lhe dá consistência nessa passagem do dentro para o fora e vice-versa. Não apenas lhe empresta corpo, mas oferece a possibilidade dessa amarração do Nome-do-Pai.

Através do batizado, o adolescente tem a possibilidade de ser reinscrito, recebendo um novo nome. Aqui, a filiação está referida não a uma paternidade ou a uma pertença geracional, mas, sim, a um parentesco fictício dentro de uma rede de referências identificatórias cuja origem remete às raízes de um povo. De um nome específico e familiar, o adolescente é inserido em um grupo que, por sua história, representa esse lugar estrangeiro, esse lugar marginal, do estado-limite, a quem a responsabilidade social é sempre reivindicada, mas não reconhecida, a história dos escravos. Também aí está presente a transicionalidade, que aparece nesse dentro e fora dos espaços urbanos.

Nessa dança, enfim, Carol parece desejar ser tomada pelo tempo de insistência da pulsão invocante, para que não a deixe cair, para que possa sustentá-la no além dos limites de seu corpo e no além do campo de significado da palavra. Sustentação necessária para que possa deixar sua casa-corpo e partir em direção à sexualização.

Como nos lembra Ernst Bloch (2005), a dança é a forma mais primária de partir.

REFERÊNCIAS

- ASSOUN, Paul-Laurent. *O olhar e a voz*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 1999.
- BERGÈS, Jean. *O corpo na neurologia e na psicanálise*. Porto Alegre: CMC Editora, 2008.
- BIDAUD, E. Reflexões sobre a passagem do oral ao escrito. In: COSTA, Ana Costa; RINALDI, Doris. *Escrita e psicanálise*. Cia de Freud: Rio de Janeiro, 2007
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Tradução Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005. v. 1.
- COSTA; RINALDI (org.). *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2007.

■ Ângela Lângaro Becker

COSTA, Ana. *Tatuagem e marcas corporais: atualizações do sagrado*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

DIDIER-WEILL, Allain. *Os três tempos da lei: o mandamento siderante, a injunção do supereu e a invocação musical*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

DIDIER-WEILL, Allain. *Invocações: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud*. Tradução Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 1999.

LACAN, J. *A família*. Trad. Brigitte Cardoso e Cunha, Ana Paula dos Santos, Graça Lamas e Graça Lapa. Lisboa : Ed. Assírio&Alvim, 1981.

SIBONY, Daniel. *Le corps et sa danse*". Paris: Éditions du Seuil, 1995.

Recebido em 10/10/2008

Aceito em 14/11/2008

Revisado por Daniel Ritzel

TEXTOS

**RASURA E ANGÚSTIA:
a função do velamento do corpo¹**

Ana Costa²

Resumo: Este artigo trata da proposição lacaniana sobre a escrita, detendo-se no tema da rasura e na sua relação com a angústia. Desdobra as maneiras mais corriqueiras de sua expressão, tanto na busca fora do corpo, como expressão da arte, quanto no seu contraponto, na produção de cortes no próprio corpo.

Palavras-chave: escrita, angústia, rasura, ato.

RASURE AND ANXIETY: THE FUNCTION OF COVERING THE BODY

Abstract: This article focuses Lacan's proposition on writing, closing on the theme of the rasure and its relation with anxiety. The text unfolds the most common ways of its expression, either in a search outside the body, such as expression through art, or in its counterpart, in the production of cuts on one's own body.

Keywords: writing, anxiety, rasure, act.

¹ Trabalho apresentado no Congresso da APPOA, *Angústia*, em Porto Alegre, outubro de 2008.

² Psicanalista; Membro da APPOA; Diretora do Instituto APPOA; Doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP); professora da UERJ, autora de diversos livros, entre eles, *Tatuagem e marcas corporais* (Casa do Psicólogo, 2003); *Sonhos* (Jorge Zahar, 2006) e *Clinicando - escritos da clínica psicanalítica* (APPOA, 2008). E-mail: ammcosta@terra.com.br

Mesmo quando estamos nus, nosso corpo é recoberto pela linguagem. Isso é o que permite o erotismo, que nos seja garantida uma função de véu, sempre construído na abordagem da erótica. Nesse sentido, é o véu que garante nossas diferentes circulações discursivas e as possibilidades dos jogos amorosos. Quando essa função do velamento não acontece, o real provoca angústia. Em diferentes situações desse acontecimento, o sujeito por vezes busca alguma forma de produzir rasura. A rasura é uma função da escrita assinalada por Lacan e que me interessa abordar na sua relação com a angústia. Desde já, deixo indicadas as maneiras mais corriqueiras de sua expressão: seja quando a rasura é produzida fora, externada em algum objeto, como expressão de suporte do olhar; ou mesmo no seu contraponto, na produção de cortes no próprio corpo. Nesses dois extremos, lidamos com o olhar na sua face limite, ou seja, na busca que o sujeito empreende de produzir uma borda, um recorte.

No seminário *A angústia*, encontramos a indicação de Lacan ([1962-1963] 2005), que situa o olhar como um objeto. O que significa essa afirmação? Passa-se por uma infinidade de variações para constituir essa condição “minimalista” do olhar como objeto. Primeiro, podemos situar a busca pelo olhar do outro, como reconhecimento, como erótica, como amparo... Depois, podemos reconhecer que, nessa busca, algo ultrapassa em muito o suporte que esse olhar que encontramos pode nos dar. Ou seja, podemos perceber que, para além desse outro que banca algo do que buscamos, o olhar é um traço que remete alhures, inscritível discursivamente num Outro de linguagem que nos constitui e que precisamos *ver*, corporificado de alguma maneira. O corpo é, aí, amparado por um traço inscrito no lugar do olhar. Podemos encontrar nessa dinâmica tanto o exercício da pulsão escópica, quanto um referente de linguagem – um significante. Assim, vemos sustentada a amarração de diferentes registros. Aqui, o olhar pode permanecer esse vazio efemeramente realizado em alguma imagem evanescente, que logo escapa, situando-se sempre alhures, alguém ou além. No entanto, quando essa montagem acontece, sempre é possível jogar com um véu que recobre o vazio, tal como o batom dos lábios, que segura nas bordas o vazio da goela.

A borda: esse recorte do objeto olhar; jogo erótico situando até onde é possível debruçar-se sem ser tragado. A borda permite que o olhar que se perde, correlativo da produção do insabido, do enigma que muitas vezes é jogado na paixão, seja revertido para o lúdico e para a face prazerosa do gozo. O que situa essa face diz respeito sempre a um enigma, a um sujeito suposto jogado nos significantes que o determinam. A borda e o enigma dão relevância à produção do sujeito, na medida em que o objeto olhar mostra sua face de falta. Essa face sempre traz a suposição de um sujeito, situando nele uma

causa de desejo. É a referência linguageira que cria essa ilusão, veiculada por significantes.

Mas temos também a face das sombras, que trazem – como menciona Lacan ([1972-1973]1985), no seminário *Mais, ainda – a compacidade da falta*. Lacan enuncia, nesse seminário, que não há nada mais compacto que a falta. O que significa que não é nas bordas e no jogo da erótica que se mantém o funcionamento da pulsão escópica, e, sim, na sua face de excesso: quando o que seria o furo aparece como compacto, sem mediação. A angústia das sombras atualiza o risco de que as bordas se percam e o sem-limite rasgue o corpo. Ali, nenhuma luz, nenhuma ideia, nenhuma suposição de sujeito para suportar um traço de olhar – o que equivaleria a um olhar suposto alhures. Nessas condições, sujeito e corpo estão reduzidos, na sua condição minimalista, ao objeto olhar: ele não está ali, é só uma miragem e, por isso mesmo, seu corpo é tão excessivo. A angústia é – como definiu Lacan ([1962-1963] 2005) – a expressão de que a falta pode vir a faltar.

Luz e sombra compõem, na nossa linguagem, uma multiplicidade de sentidos. Situar um ponto de luz significa não somente nomear “é isso”, mas também poder dizer “eu sei”. As derivações de seus usos expressam tanto construções de nossas percepções, quanto ideias, conceitos e teorias – desde a filosofia até a arte. A arte como experiência também desenvolve uma maneira de forçar os limites de nossa *building* corporal, dessa percepção das sombras que ameaçam os limites do corpo.

No seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, nos capítulos sobre o olhar, Lacan ([1964]1985) propõe que há um “dar a ver”, antes mesmo daquilo que é visto. Ou seja, ele sublinha essa face de captura que o olhar exerce em que nos situamos primeiro como objeto a ser olhado. Por essa razão, em nossa relação com as coisas algo sempre fica cindido entre o que se mostra e o que se vê, compondo essa organização mais complexa que se denomina *olhar*. Esse “dar a ver”, Lacan o denomina de mancha, na medida em que sua função é completamente elidida de nossa consciência. A função da mancha expressa nossa inextricável condição de corpo e nela sustentamos a possibilidade da construção do olhar. É preciso que um ponto do real seja rasurado, como uma mancha, para que o olhar se constitua, compondo secundariamente sua face de enigma, face essa com a qual podemos criar, na separação de um fascínio primeiro que levaria à paralisia. É sempre buscando essa face elidida que produzimos diferentes formas de rasura no real, como apoio para o que é elidido naquilo que vemos. Muitas produções – tanto artísticas, como literárias – buscam expressar essa condição de rasura. Uma passagem do romance de Marguerite Duras, *O deslumbramento de Lol V. Stein* (Duras,

1986) – retorna como exemplo da função da mancha: aquela em que a cabeleira negra de Tatiana moldura, e ao mesmo tempo mostra, seu corpo, nu.

Quero me deter no exemplo trazido num filme de Marcelo Masagão³, *Otávio e as letras* (Masagão, 2007), no qual ele constrói um personagem inspirado num caso de psicose. Esse caso-personagem recolhia folhas de revistas (jornais, livros) e riscava todas as palavras com movimentos circulares ritmados, submergindo-as na tinta da caneta. Sua expressão – que envolve outros gestos que não trabalharei aqui – não parece distanciar-se tanto do campo da arte, das *performances*. Encontramos artistas com produções semelhantes. Vemos expressões de rasura na exposição da obra de Waly Salomão, denominada *Babilaques*⁴. No entanto, nestas últimas reconhecemos a pertença a uma discursividade que faz laço social, o que não é o caso das expressões de rasura que se esgotam na repetição de atos, sem que um endereço possa ser configurado.

Podemos indagar-nos qual a busca constante nessa forma de expressão, no exemplo do caso-personagem que rasurava palavras. Para tanto, não é suficiente basear-nos tão somente na produção de seus atos, sendo necessário considerar também a relação com a fala. Esta se apresentava prenhe de estereotípias. Marcelo Masagão destacou desse personagem expressões extremamente interessantes: “bombas de efeito moral” – expressão que vem da repressão policial, principalmente da repressão com bombas de gás a um movimento popular. Foi bastante usada na época da ditadura, quando ainda tínhamos condições de organizar revoltas. Retorna, aqui, catada do lixo do desuso por esse personagem. Outra expressão que ele usa é “loura platinada”. São expressões “catadas” do lixo cultural, que não compõem mais sentidos corriqueiros, situando-se do lado de estereotípias esvaziadas de sujeito. Essas estereotípias interpelam esse personagem, então ele risca as palavras dos textos, anulando-as, numa espécie de incorporação da estereotípias, que insiste, tentando fazer laço com alguma coisa. São palavras esvaziadas, mas que – enquanto buracos sem borda – tornam-se absolutas e interpelativas. Na psicose, mais que nada, é a interpelação que se impõe nas palavras. São palavras

³ Marcelo Masagão é diretor e produtor do filme *Otávio e as letras* (2007).

⁴ Série produzida pelo poeta, letrista e produtor cultural baiano Waly Salomão (1943-2003) nos anos 70, entre Rio, Salvador e Nova York, “Babilaques” é composta por 90 fotografias de seus cadernos de criação. Eles eram abertos em certa página, escolhida pelo artista, e fotografados em diversos ambientes inusitados, também determinados pelo poeta, que voltaram a ser expostas no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 2008.

“sociais”, digamos assim, dessubjetivadas. Palavras de um código sem sujeito que perdeu, também, o contexto de ritual social.

Nesse exemplo em que estou me detendo, é na interpelação que encontramos a relação com a angústia, ao mesmo tempo em que nele pode ser situada a face de resto do objeto *a*. Podemos considerar – no contexto deste personagem – “loura platinada” e “bombas de efeito moral” como expressões de resto, palavras em queda, fora da circulação. Nesse sentido, a atração pelo lixo – *a letter, a litter*, que Joyce⁵ soube tão bem tratar – tem conotação bem particular, diferente da conotação que adquire em expressões artísticas. Podemos pensar que, se a queda das palavras interpela, é na medida em que nelas não se inscreve a dimensão da perda. A neurose aceita perder, na medida em que o acontecimento se situa na repetição de uma perda originária. Na psicose, é como se essa perda não tivesse registro, não compondo memória de repetição.

O que estou trabalhando como perda situa-se dentro da proposição lacaniana – magnificamente tratada no seminário *A angústia* ([1962-1963]2005) – que diferencia “todo” e “parcial”, diferença necessária na produção de nossos registros, inclusive da memória. Por um giro na nossa forma de pensar, Lacan propõe que nossa representação do “todo” – que se apresenta nas diferentes expressões fálicas – deriva de uma parcialidade, de um recorte de zonas, orifícios, que compõem um mapeamento do corpo. É daí que se instala a dimensão de uma perda originária, que é necessária, e se situa como condição de possibilidade das representações. Nas referências lacanianas, denominamos “desnaturação” pela linguagem, isso que Freud denominou de “recalcamento originário”.

No sentido que estamos tratando, “todo” não se confunde com absoluto. Na cultura, essas duas dimensões sempre tiveram registros sociais: o todo implica a identificação a um traço, que permite ao sujeito a pertença a um grupo, situando uma dimensão imaginária para o sujeito, de “ser alguma coisa”. Já o absoluto faz parte disso de que não se tem registro – morte, relação sexual – sendo que as religiões, a literatura e as artes inscrevem nesse lugar suas produções. Como bem descreve Lacan, ali se situa a dimensão do sacrifício: uma libra de carne, como na peça de Shakespeare *O mercador de Veneza* (1985). Ou seja, nessa dimensão do encontro de um litoral corporeolinguagem, onde a perda é da ordem da violência de um ato originário, que incide no corpo do sujeito.

⁵ Lacan utiliza-se da aproximação que Joyce faz entre a letra literária e o lixo para apresentar a face de resto do objeto *a*, ali colocado como uma face do Real, o resto do qual se faz literatura.

A partir dessas considerações, podemos retomar o encontro de nosso personagem com o lixo social das palavras. As palavras constituem lixo na medida em que elas “decaem”, perdem o paraíso, porque são faladas e adquirem um corpo. Se damos corpo às palavras é somente porque o Outro do código e o corpo são, para nós, esburacados. Como tornar minha essa palavra que me foi ensinada, sem que meu corpo seja engolido por ela? Essa pergunta veicula o que significaria um Outro absoluto do código. É com isso que se confronta a psicose: uma palavra absoluta desfaz as bordas do corpo e instaura determinada dimensão da angústia, que implica a necessidade da produção de um ato, uma ruptura. Assim, o incessante rasurar das palavras, de nosso exemplo, busca sua desmaterialização: seu isolamento sígnico, tornando-as palavras sem corpo. A rasura, ali, incide sobre o corpo da palavra. Na expressão do personagem Otávio, do filme de Marcelo Masagão: fazer, da matéria, essência. É assim que ele podia expressar o que era para ele a interpelação de uma palavra absoluta, que equivale a um corpo sem limites – ou seja, sem bordas.

A sustentação de nosso corpo deriva dessa constituição de suas bordas: os orifícios – tal como o são os olhos, ouvidos, boca – por onde se exercitam nossas pulsões. Lacan, no seminário 20, *Mais, ainda* ([1972-1973]1985), utiliza-se da expressão *amuro* para abordar a relação entre o exercício pulsional e toda uma busca exteriorizada como sexualidade, numa implicação com o Outro. Ou seja, o que situa essa estreita relação entre corpo e busca de representação, que joga a pulsionalidade na referência a uma gramática. Isso faz com que o corpo seja o alvo de uma escrita nunca evidenciada e sempre aberta à leitura e decifração. O muro do corpo sempre coloca, em alguma medida, o fracasso de uma inscrição originária. Sempre tentamos circunscrevê-la ou bem numa imagem, ou bem em cada ato: aquele que, enfim, constituiria a inscrição última-primeira, um ato enfim bem sucedido.

Qual a importância da relação entre corpo e inscrição? Em que ela expressa a função da queixa? Poderia dizer: é sua base e fundamento. Sem inscrição não há nossa referência mais ordinária: não há memória. Também é nesse sentido que nossa indagação sobre o ser se confunde com a procura da leitura de uma marca no corpo. No fim das contas, a memória por vezes vem como retorno de uma percepção. Em torno desta última – brecha sempre aberta na linguagem – é por onde transbordam metonimicamente as imagens.

Com essas indicações, retomo o que mencionei no início de meu trabalho, em que referi o outro extremo na produção da rasura: aquela que incide diretamente sobre o corpo, na produção de cortes: ranhuras auto-infligidas na pele em momentos de crise de angústia. Essas passagens ao ato acontecem tanto numa psicose já constituída, quanto na crise adolescente. Indico apenas

uma peculiaridade de alguns casos de púberes-adolescentes na produção dessas rasuras. Por um lado, pode-se dizer que a simples produção do corte pode trazer alívio a uma angústia que extravasa. Produz-se, ali, o furo num corpo que ameaça desbordar-se. O sangue que escorre, nessa imisção interior-exterior, provoca o mesmo fascínio que contém um sacrifício que se positiva numa imagem. Mas não se trata somente disso. Chamo atenção a um paradoxo, que penso ensinar-nos bastante nesses casos de púberes-adolescentes, e que diz respeito à relação ao olhar materno. Acontece, em alguns casos, de as mães não verem essas marcas, que, no mínimo, parecem dirigir-se a elas. No entanto, não se trata de endereçamento, trata-se, antes, da produção de um ponto cego. Que esse olhar caia, que esse corpo se desprenda, que um não saber se instale. É essa ânsia que parece mover tais atos de rasura que, como dizia, trazem em si um paradoxo, porque se esgotam na sua mesma produção, na medida em que não sustentam um furo na onividência do Outro.

REFERÊNCIAS

- DURAS, Marguerite. *O deslumbramento de Lol V. Stein*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- LACAN, J. *O seminário, livro 10: a angústia [1962-1963]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise [1964]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- _____. *O seminário, livro 20: mais, ainda [1972-1973]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- SHAKESPEARE, W. *O mercador de Veneza*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

Recebido em 28/11/2008

Aceito em 04/01/2009

Revisado por Otávio Augusto Winck Nunes

TEXTOS

**DO SIGNO AO SIGNIFICANTE:
a busca de um lugar de enunciação¹**

Tatiane Reis Vianna²

Resumo: Este artigo parte de pesquisa realizada em um serviço de saúde mental infanto-juvenil. Busca analisar as contribuições e impasses surgidos a partir da utilização das tecnologias digitais em oficinas com jovens atendidos nesse local. Discute como as especificidades do modo de operar dessas tecnologias, ao serem tomadas em um espaço de escuta e compartilhamento de experiências, podem vir a possibilitar a circulação da palavra, incrementar movimentos transferenciais e favorecer emergência de possibilidades enunciativas.

Palavras-chave: adolescência, tecnologia, formações inconscientes, signo, significante

**FROM SIGN TO SIGNIFICANT:
IN SEARCH OF A PLACE OF ENUNCIATION**

Abstract: This article part of a survey conducted in a mental health service for children and youth. Search analyze the contributions and dilemmas arising from the use of digital technologies to young people attended workshops there. Discusses how the specifics of the operation of these technologies, to be taken in a space of listening and sharing experiences, may make possible the movement of the word, increasing movements and encourage emergence of transference enunciative possibilities.

Keywords: adolescence, technology, unconscious formation, sign, significant.

¹ Este texto desdobra-se a partir da minha dissertação de mestrado *Oficinando enredos de passagem: o encontro do adolescer em sofrimento com a tecnologia*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, sob a orientação da Profa. Dra. Cleci Maraschin e co-orientação da Profa. Dra. Simone Rickes.

² Psicóloga e psicanalista: Membro da APPOA; Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS; Integrante da equipe multiprofissional do CIAPS do HPSP. E-mail: tativianna@cpovo.net

Em nosso cotidiano de trabalho em um serviço de saúde mental, que atende crianças e adolescentes, temos encontrado jovens que, por problemáticas psíquicas e sociais diversas, padecem de “desertificação narrativa”. Usuários que vivem num contexto social de exclusão e que, pelo esvaziamento de referências ou por referências excessivamente presentificadas, têm dificuldades de serem tomados na peculiaridade de suas trajetórias de vida e, assim, poderem falar de si e serem escutados na sua singularidade.

O encontro dessas crianças e adolescentes com um discurso social anônimo, homogeneizante e sígnico, deixa reflexos na suas histórias, dificultando que possam vir a se incluir em lugares outros que não os marcados pelo estigma da loucura, da violência ou do assistencialismo.

Acolhemo-nos num serviço que também carrega essa marca, já que é estruturado nas bordas do hospital psiquiátrico. Falamos nas bordas uma vez que se situa geograficamente num prédio dentro do hospital, que faz fronteira com a rua. Também porque, em relação aos paradigmas que constituem suas práticas, situa-se em um “entre”. Por um lado é atravessado por paradigmas que ainda sustentam o modelo hospitalocêntrico e a prática tutelar. Por outro, a partir das trajetórias dos seus diferentes atores, busca aproximar-se dos pressupostos do atendimento psicossocial e também da psicanálise, ou seja, orientar-se pela busca da inclusão social e pela escuta singular das marcas significantes passíveis de virem a constituir lugares próprios de existência .

A escuta singular dessas crianças e adolescentes e suas famílias, bem como o trabalho com os demais atores sociais com eles envolvidos, tem nos obrigado a buscar diferentes suportes que, nesse intervalo do seu “vir a ser”, possam favorecer a emergência da palavra, ampliando seus repertórios de experiências, contribuindo, assim, para retomada do seu “cerzir” como sujeitos.

Assim o falar, o brincar, o pintar, o cantar, o desenhar e, mais recentemente, o clicar e o fotografar – esses diferentes suportes de que a cultura dispõe para constituir sujeitos – têm habitado os diferentes espaços de escuta, compartilhamento e expressão ali criados.

A entrada da tecnologia digital nesse serviço, através de um projeto de pesquisa e extensão³, tem provocado movimentos de deslocamentos a nível institucional e nos levanta questões no sentido de vir a favorecer as transferênci-

³ Oficinando em Rede, projeto de pesquisa e extensão integrado por um grupo de profissionais do serviço e a UFRGS (Pós-graduação em Psicologia Social e Pós-Graduação em Educação).

as dos jovens com esse espaço da oficina, com osicineiros e demais participantes, bem como incrementar as condições narrativas das crianças e adolescentes ali atendidos.

As oficinas que foram sendo criadas têm sido tomadas como um trabalho de escuta, compartilhamento e construção, através da utilização de recursos virtuais como: pesquisas na internet, construção de histórias individuais e coletivas, construção coletiva de um blogue do projeto e a participação em chats de conversação. Nesses espaços, as crianças e os adolescentes atendidos têm oportunidade de estabelecer novas relações, bem como de experienciar diferentes formas de expressão e criação, assumindo lugares diversos de enunciação.

As oficinas tecnológicas e a passagem adolescente

As reflexões que nos movem a escrever este artigo partem de uma pesquisa realizada ao longo de 2007, com 6 jovens de 12 a 15 anos de idade, em atendimento ambulatorial, que estavam freqüentando uma oficina tecnológica no serviço e enfrentavam impasses de ordens diversas no seu adolescer.

Os jovens estavam começando a ser convocados a se situarem em outro lugar que não o da infância, tanto pelos desdobramentos das transformações da puberdade quanto pelos apelos da família e do meio social, como também do próprio serviço. Esse apelo a mudanças estava gerando conflitos e impasses. Para alguns, as mudanças vividas pareciam estar convocando a necessidade de recapitulação e reordenamento subjetivo a partir de um novo olhar e de uma nova relação com a alteridade; para outros, essa recapitulação parecia colocar em evidência a busca de ancoragens subjetivas, mas eles, pela fragilização das referências simbólicas, tinham entraves na sua constituição.

Estamos tomando a adolescência, neste estudo, como a operação psíquica de passagem entre a condição infantil e a condição adulta, tal como foi definida por Rassial (1999).

Assim, o que marcaria a diferença entre a condição infantil e a adulta seria a narratividade através da qual os sujeitos significam suas vivências. A adolescência é entendida como a operação que possibilita o sujeito fazer a transposição entre essa posição, na qual a narratividade em relação ao seu lugar está mais diretamente referida a Outro primordial (condição infantil), para outra condição, na qual o sujeito se autoriza a falar em nome próprio a partir do reordenamento desse Outro (condição adulta). Tal reordenamento se constituirá, como refere Rassial (1999), nessa passagem do sujeito do familiar, ao laço social.

Entendemos que, durante a passagem adolescente, existem algumas

necessidades de reordenamentos reais, simbólicos e imaginários relacionados à estruturação de um lugar sintomático próprio, que faz com que a operação de passagem adolescente, como refere Rassial (1999), possa ser vivida como um novo nascimento. Tal processo poderá possibilitar ou não que o jovem possa vir a encontrar outro lugar junto ao Outro, desde o qual possa falar e se representar.

Diferentes suportes na constituição de passagens

Na busca de elementos da cultura que possam operar na articulação de tramas e enredos de passagem, encontramos as teorizações de Ana Costa (2001).

Essa autora relaciona a função desempenhada pela escrita do diário, que muitas vezes opera como suporte na construção corporal da passagem adolescente.

“O diário permite o trânsito pelo limbo do reconhecimento: do corpo da infância, perdido na casa parental, para o corpo ainda não completamente constituído no grupo de iguais. Contém uma impossibilidade de registro que não fica nem metabolizada pelo endereço aos pais, nem pelo endereço aos iguais” (Costa, 2001, p.136).

Através do diário, os adolescentes colocam em construção essa travessia que a passagem adolescente convoca. Constroem um espaço privado que se situa fora do domínio dessas figuras parentais, já que pressupõem distância das mesmas, ao mesmo tempo em que reafirmam suas inscrições (se não houvesse inscrições não teriam do que se separar). Anunciam outro lugar (endereço ao grupo de iguais) mesmo que, muitas vezes, ainda não estejam referidos a ele.

Observamos que, com a ampla penetração das tecnologias digitais, essas diferentes formas de registro de si na adolescência têm diversificado seus suportes tecnológicos: não só a folha de papel, mas também a escrita digital e a fotografia, por exemplo. A experiência dos pesquisadores mencionados a seguir, e também a nossa com as oficinas de informática, mostra indícios de que a escrita de muitos jovens, que surge nesse espaço digital, também tem sido sustentadora e operadora dessa passagem adolescente.

Santos (2005), em pesquisa que guarda semelhança com esta, explorou como se opera a invenção de si em adolescentes, através dos diários e blogues na internet. Estes últimos, segundo a autora, são recursos que possibilitam a via metafórica de elaboração da relação dentro e fora, uma vez que a escrita é feita no

espaço íntimo, mas endereçada a ser reconhecida pelos outros e pelo Outro.

Freitas (2005), cuja pesquisa se dá nos *sites* produzidos pelos adolescentes, descreve o *site* como mais um espaço de construção de subjetividade. Segundo a autora, o espaço virtual apresenta-se integrado ao dia-a-dia do adolescente, constituindo um lugar de encontro com outras pessoas e também de compartilhamento de interesses próprios no seu processo de transição.

Prestes (2005) ressalta a importância dos *chats* e do *Messenger*, no contexto atual, como alternativas de contato permanente com os iguais, para jovens que se veem privados de interação social, favorecendo a criação de lugares de pertença junto aos pares, bem como oportunizando processos de identificação. A dimensão lúdica desses espaços e o jogo com a identidade, presente nos personagens criados através dos *nicks*, também favorece certo descanso frente às obrigações sociais.

Mayansi (2000) busca refletir sobre o novo gênero de comunicação que surge através dos *chats*, os *quais o autor* denomina como “gênero confuso”, já que impõem uma lógica própria, que é diferente das precedentes, pois mescla características da escrita formal (mais reflexiva), e do registro oral (espontâneo, onde há a presença de outros elementos, como os *emotes*⁴, que também favorecem a comunicação). Nesse novo gênero, no qual a escrita é desprovida da obrigação de cumprimento das regras gramaticais, a comunicação ocorre de forma instantânea, pouco elaborada, mas o seu potencial de compartilhamento e interação permite que se constitua, segundo a autora, como uma obra coletiva, fragmentária e vital.

Essa escrita espontânea e “apressada”, na nossa experiência de trabalho, torna-se favorável à enunciação e ao registro das manifestações inconscientes, explicitando equívocos (atos falhos) que, através de escuta clínica, podem ser enunciados pelos participantes e-ou sublinhados por eles e pela equipe. Dessa forma, ao possibilitar que as enunciações inconscientes possam ser escutadas e tenham efeitos nos participantes da oficina, o enriquecimento dessa experiência é favorecido, e, por vezes, ocorre a virtualização de significações rigidamente constituídas.

A seguir traremos o recorte de um chat, em uma oficina, em que essa possibilidade se coloca, para evidenciar alguns efeitos de abertura aos jovens, mas também para pensar as questões institucionais que ali emergiram.

⁴ Símbolos agregados ao texto que buscam comunicar emoções, na tentativa de substituir a comunicação gestual.

Do signo ao significante: brigar , bringar e brigar

Os recortes de oficina que tomaremos para análise ocorrem num encontro em que Manuel, novo participante das oficinas, é apresentado a outras duas jovens, Anelise e Cristiane, já participantes desse espaço e presentes na oficina nesse dia.

Após um momento inicial de interação presencial, francamente marcado pelo constrangimento entre eles, os jovens convidam osicineiros a dar continuidade à conversa no espaço virtual, através de um *chat*, como já vinha ocorrendo em outras ocasiões.

É importante ressaltar que o recurso de *chat* que utilizamos, através do sistema *Internet Relay Chat (IRC)*⁵, é um recurso de transmissão textual no qual a voz não está presente. Toda comunicação tem que se dar através da escrita ou, no máximo, da utilização de imagens. Essa restrição, tanto ao olhar do outro como à voz, traz matizes diferentes à interação.

Observamos nessa oficina, como também em outras, que a emergência do real do corpo, do pulsional, presentificado pelo olhar e pela voz do outro, convoca os jovens à necessidade de produzir algum anteparo. Assim, os computadores aparecem nesse lugar para, ao mesmo tempo, permitir a aproximação e produzir o afastamento, nesse momento de suas vidas em que tal emergência do pulsional ainda aparece como siderante. A criação do espaço entre, da “borda tecnológica transicional”, acaba favorecendo para os adolescentes o exercício de suas possibilidades de expressão através do recurso da escrita.

Nesse processo de produção de um anteparo e também de busca identificatória, os jovens escolhem nomear-se com nomes diversos. Essa gama de apelidos (*nicks*) gera algumas confusões. Já no andamento inicial do grupo não se sabe direito a quem cada um está se endereçando.

Uma dessas confusões aparece entre a Cristiane e mim, cujos *nicks*, inicialmente semelhantes, remetem-nos a ter que delimitar melhor a quem Manuel está dirigindo uma das suas perguntas no *chat*, sendo assim convocadas a colocar mais palavras no lugar dessa nomeação.

Inicialmente, questiono se é à psicóloga ou à jovem de 15 anos, questão que Cristiane corrige falando, à psicóloga ou à estudante, colocando em desta-

⁵ O *Internet Relay Chat (IRC)* é um protocolo de comunicação bastante utilizado na internet. Ele é utilizado como bate-papo (*chat*) e trocas de arquivos, permitindo conversas em grupo ou privadas (Wikipedia, acesso em 15/03/08) .

que também a marca de seu lugar social como estudante.

É interessante ressaltar que há repetição, em diversos *chats*, dessa confusão com as escolhas dos *nicks* por parte de Cristiane, que, seguidamente, escolhe nomes parecidos aos dos demais integrantes, ou nomes masculinos, ou se confunde com esse endereçamento durante os *chats*. Tais confusões talvez falem de sua história subjetiva, da dificuldade que encontra, no seu processo de estruturação, de poder habitar um lugar próprio desde onde falar, frente ao apelo engolfante da família. Nesse sentido, a saída identificatória, a partir do lugar social de estudante, assinalou um importante movimento durante essa oficina.

Cristiane também, nos momentos em que parece confusa, começa a falar em inglês. Pensamos que talvez ela pudesse estar literalmente colocando em ato o fato de estarmos falando línguas diferentes. Pergunto se os demais participantes entendem inglês, buscando que a jovem possa se dar conta de sua impossibilidade de interlocução, ao que o grupo responde que não.

Os temas que surgem, de modo geral, são introduzidos por Manuel. Busco coletivizar com os outros participantes as questões trazidas por Manuel, que parecem inicialmente dirigidas a um diálogo a dois.

Na seqüência do *chat* surge o interesse, por parte de Manuel, em relação aos signos do zodíaco de cada um. Comentamos, então, sobre os signos. Bibi (Manuel) conta que seu signo é touro, que é um boi. Gringa (Anelise) fala que é libra, que é uma balança. Nataly (Cristiane) mais adiante responde que é aquário. Também falo que o meu signo é virgem. Busco explorar como se enlaça o signo com o que pensam a respeito de si, questionando sobre quais as características dos signos deles que acham que têm.

Bibi (Manuel) fala que sabe que touro é forte. Questiono se ele se acha forte. Bibi responde contando da briga em que esteve envolvido pela manhã, ao buscar defender seu primo. Conta que “uns guris” tinham machucado o seu primo e ele se meteu para revidar.

Gringa (Anelise) aconselha Bibi (Manuel) dizendo que era melhor ele “falar grosso, mas não bater!”

Aproveito a fala de Anelise para trabalhar essa relação que ele fez entre “ser forte” e “agressão”, acentuando que Gringa pensa que a melhor via de ser forte e lidar com brigas é falar forte, mas não bater! Ao mesmo tempo, buscando que o comentário não entrasse para a via moral e, buscando associação com a

⁶ Manuel perdeu duas pessoas de sua família em função de situações de violência na comunidade.

história de Manuel⁶, falo da dificuldade que todos sentimos ao ver pessoas de quem gostamos serem agredidas e ter que nos controlar nessas circunstâncias.

As meninas perguntam sobre as circunstâncias da briga. Manuel conta que foi uma briga no futebol e fala também do seu desejo de agir diferente, mas relata sua dificuldade em controlar-se. Fala que na escola é assim que todos agem.

Ao escrever “brigar”, entretanto, Manuel se equivoca e escreve, por duas vezes, “bringar”. Cristiane, bastante atenta à literalidade da escrita questiona: “O que é bringar?”.

Aponto que essa mistura entre brincar e brigar talvez estivesse nos mostrando questões interessantes. Passam então a falar das pessoas que brigam ao invés de brincar; daquelas que brincam para não brigar e dos momentos em que a briga aparece como uma brincadeira.

A busca de um lugar de enunciação

Ao refletir sobre o encontro, observamos que desde o início se faz presente essa busca do lugar desde onde falar e ser escutado.

A questão está presente na escolhas dos nomes fictícios e nas possibilidades de cada um se dispor a virtualizar ou não suas identidades nesse espaço. O incômodo vivido por nós em relação a tal possibilidade virtualizante de escolher um *nick* torna-se evidente. Incômodo que talvez fale do lugar diferenciado que acabamos ocupando no *chat*; inclusive no meu caso, esse lugar de escuta a partir de um setting tão diferenciado de trabalho (oficina tecnológica), que ao mesmo tempo me convoca a uma posição em que sou convidada a compartilhar com o grupo a experiência virtual.

A função nomeante do nome, no sentido de inscrever uma diferença no Outro, e a impossibilidade de utilizá-lo (pelo seu velamento no *nick*), a função do lugar social a que cada um pode estar ou não referido (psicóloga ou estudante), aparece na composição dessa narrativa sobre o lugar de cada um.

Os signos (do zodíaco) também entram na trama dessa história, como marcas que dizem dos sujeitos e seus lugares.

No caso de Manuel: touro, forte e violência parecem enodados em um signo lingüístico fechado, que necessita ter deslocamento. Deslocamento que talvez possa permitir que Manuel prescindia da repetição de atos de violência, a fim de representar-se frente ao Outro.

Também para nós, enquanto técnicos do CIAPS, a violência, tão marcada no cotidiano dos jovens que chegam a nós, e presentificada no nosso cotidiano

como instituição, também torna difícil que não associemos qualquer manifestação física de brigas com violência. Nesse sentido, o ato falho “bringar” talvez também estivesse nos evidenciando o quanto essas brigas surgem como brincadeiras, ou formas de iniciação que preparam os jovens a um lugar de sobrevivência no universo social.

Observamos como a fala das demais jovens tem, nesse encontro, função fundamental. Tanto o dizer de Anelise, podendo acrescentar outros elementos na resignificação do que é ser forte para Manuel, quanto o apontamento de Cristiane, que, presa na literalidade da escrita, pôde sublinhar o ato falho da condensação entre brigar e brincar, o que permitiu que nos colocássemos a trabalhar esses significantes.

Essa trajetória do signo ao significante, na busca de lugar de enunciação que se desdobrou durante o chat, convida-nos a pensar na própria operação do adolescer; operação que é inaugurada pela convocação imaginária, sígnica, de ter que constituir uma nova imagem, que dê conta do pulsional frente à dissolução do sítio identificatório e dos lugares de referência. Entretanto, esse processo só se torna passível de ser sustentado pelas articulações significantes e simbólicas. Simbólico que possibilita o desdobrar narrativo, permitindo ao sujeito inscrever-se temporalmente na cadeia de gerações.

Ao contrário das críticas recorrentes, que muitas vezes responsabilizam a tecnologia por uma inflação imaginária e pela estabilização de sentidos prévios, observamos que, nesse caso, o recurso do *chat*, utilizado em espaço de compartilhamento e escuta, teve como efeito certa deflação imaginária e, decorrentemente, uma abertura a significar.

Isso nos leva a pensar que a forma de operar com as novas tecnologias pode ser vivida ou experimentada de diferentes modos pelos sujeitos, dependendo da condição contextual e subjetiva em que se dá esse encontro e das disponibilidades transferenciais, operativas e de mediações simbólicas ali colocadas.

A escrita em *chat* também revelou, como mencionou Miyansi (2000), seu gênero singular: nem tão espontânea, nem tão formal, uma escrita apressada. Tal escrita, pela sua instantaneidade, mais próxima à fala, permitiu que mais facilmente as formações do inconsciente se apresentassem e ficassem registradas na tela do computador. Assim, em alguns momentos, e com o auxílio dos próprios jovens, alguns atos falhos puderam ser sublinhados, dando vazão ao trabalho subjetivo.

Igualmente, esse recorte das oficinas coloca em evidência o lugar que nós, profissionais, a partir da transferência com a psicanálise e do compromisso com o atendimento em saúde mental, somos convocados a inventar no coti-

diano de nosso trabalho, e que nos transforma enquanto personagem-autor dessa narrativa. Remete-me a pensar nas nossas passagens institucionais, nesse exercício cotidiano de constituir espaços de abertura, flexibilizando as lógicas, tecnologias e dispositivos da instituição total, que ainda habitamos e que, por vezes, ainda insistem em se repetir.

REFERÊNCIAS:

- COSTA, Ana Maria M. *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FREITAS, Maria Teresa de A. Sites construídos por adolescentes: novos espaços de leitura escrita e subjetivação. *Cadernos CEDES*, Campinas, 25(65), jan./abr., 2005.
- MAYANSI Plannells, Joan. Gênero confuso: gênero Chat, [2000]. In: Textos de La Cibersociedad, 1. Temática Variada. Disponível em <http://www.cibersociedad.net>. Acesso em: 20 de agosto de 2007.
- PRESTES, Roberto. *El chat y el Messenger : instrumentos de entrenamiento en comunicacion para tiempos de incertidumbre y baja atencion* [2002]. Conferência apresentada na inauguração das VIII Jornadas de AIDEP, The British Schools, Montevideo, 2005. Disponível no ARCHIVO del Observatório para la Cibersociedad. <http://www.cibersociedad.net>
- RASSIAL, Jean-Jaques. *O adolescente e o psicanalista*. Tradução Leda Fisher Bernardino. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.
- SANTOS, Rosane P. *O weblog adolescente: estudo sobre um novo espaço para o íntimo*. 2005. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social, Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

Recebido em 10/12/2008

Aceito em 20/01/2009

Revisado por Sandra D. Torossian